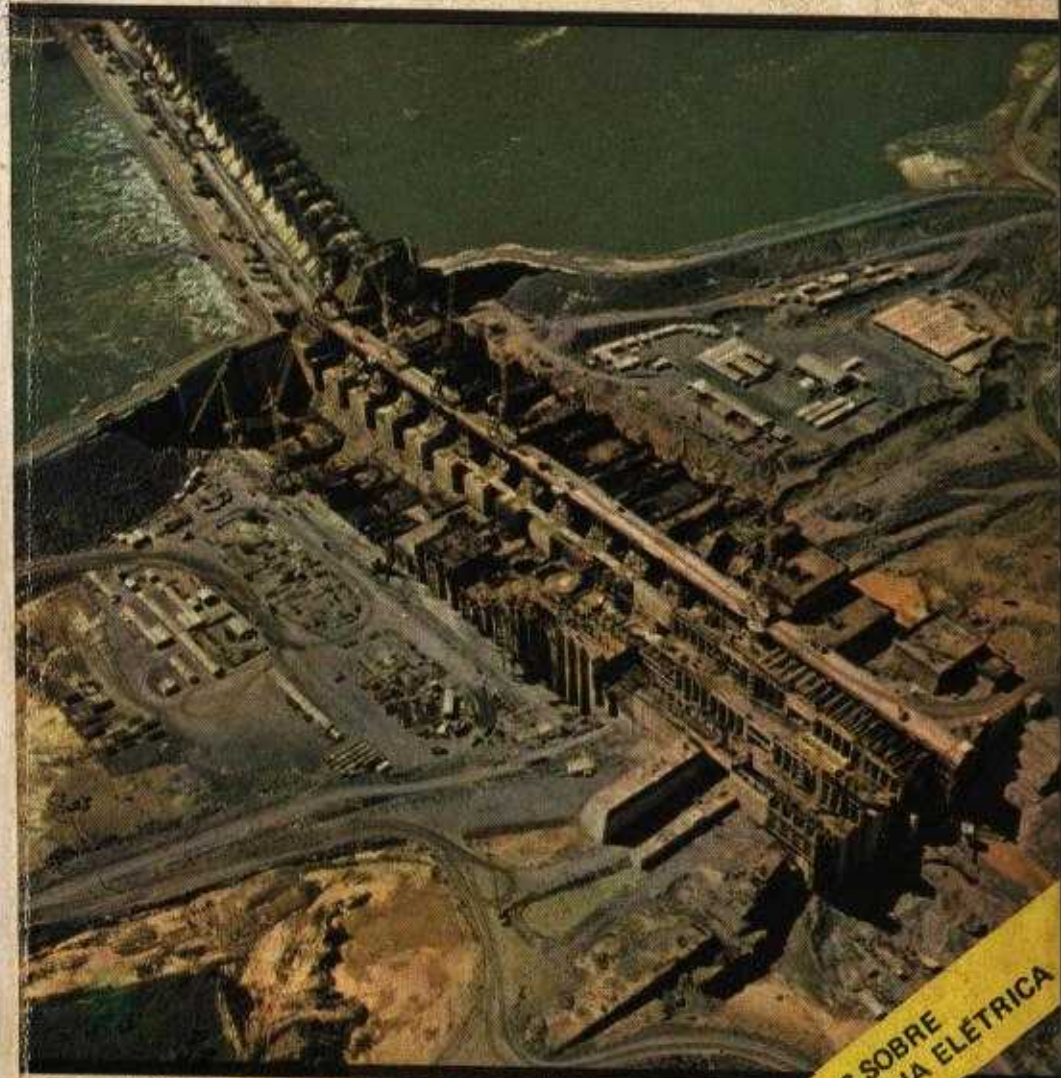




ISSN - 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



MODIFICAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Maria Nogueira Ramos

LOGOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS

BRASIL

in Daemon

COMENTÁRIOS SOBRE
O PLANO 2.000 DE ENERGIA ELÉTRICA

Nº 702
JUL/AGO/82



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1912

SUMÁRIO



POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

Págs.

DIÁLOGOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS NO BRASIL, <i>Professor Dalton Daemon</i>	15
ANTÁRTICA: SUAS IMPLICAÇÕES — <i>Professora Therezinha de Castro</i>	77

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS

COMENTÁRIOS SOBRE O PLANO 2.000 DE ENERGIA ELÉTRICA — <i>Pesquisa da Redação</i>	5
CADERNETA DE POUPANÇA — BOA OPÇÃO DE INVESTIMENTO — <i>Informe Especial do BNH</i>	151

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA DÉCADA DE 80 — <i>Ten Cel QEMA Roberto Jugurta Camara Senna</i>	91
O SERVIÇO DE SOCORRO E SALVAMENTO MARÍTIMOS NA MARINHA DO BRASIL — <i>CC Gilberto Roque Carneiro</i>	97
O CORPO DE ENGENHEIROS DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO, <i>Cel Eng QEMA Virgílio da Veiga</i>	107
O REINO UNIDO E O EXÉRCITO BRITÂNICO — <i>Cel Art QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	121

SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA MILITAR — <i>Cel Art QEMA Ney da Silva Oliveira</i>	37
--	----

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A CABODIFUSÃO NOS ESTADOS UNIDOS — <i>Cel Eng R/1 José Maria Nogueira Ramos</i>	61
INFORMAÇÕES	159
LIVROS	163
REGISTROS	167



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Diretor-Secretário:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	Major Walter Soares Vieira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Amaury Friese Cardoso Ten Cel Lino Palha de Castro Ten Cel José Pordeus Maia Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Redator-Executivo:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Redator-Assistente:	José Lívio Dantas
Redatores:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Edson Alves Mey Cel Prof Celso José Pires Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho Cel R/1 Asdrubal Esteves CF José Correia de Sá e Benevides Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas Ten Cel José Galaor Ribeiro Maj Hiram de Freitas Câmara Des Antonio de Arruda Prof José Alberto de Assumpção Renaldo di Stasio Florianio Serpa Raimundo dos Santos Pereira
Revisão:	
Publicidade:	
Expedição:	

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 800,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 200,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



COMENTÁRIOS SOBRE O PLANO 2000 DE ENERGIA ELÉTRICA

DAS RAZÕES E DAS REALIDADES
CONJUNTURAIS QUE ACONSELHARAM A
ELABORAÇÃO DE NOVO
PLANO ORIENTADOR DA PROGRAMAÇÃO
EM ENERGIA ELÉTRICA

Pesquisa da Redação da Revista A Defesa Nacional

O setor de energia elétrica brasileiro, desde a institucionalização da Eletrobrás (1962), vem conduzindo suas atividades com base em estudos e em planejamento sistematizado, substanciados em sucessivos e atualizados planos periódicos globais, sendo o penúltimo, o denominado Plano 1990/95.

Após divulgação, em 1979, do mencionado Plano de Suprimento aos Requisitos de Energia Elétrica até 1995, novos e importantes fatos ocorreram, no período 1979/1981, a saber:

- as definições governamentais com relação ao aproveitamento do carvão mineral brasileiro, na substituição do óleo combustível;

- a definição do Governo de que deverá haver um programa de expansão termelétrica a carvão,

visando a aquisição de tecnologia e o desenvolvimento de uma indústria de equipamentos nacionais nesse setor;

- o alongamento do cronograma de construção de algumas obras, em função de novos níveis de mercado e tetos de investimento;

- os estudos realizados posteriormente sobre o atendimento dos sistemas isolados de Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco;

- a implantação do Programa Nuclear Brasileiro e suas repercussões na área de geração de eletricidade.

Neste quadro, a Eletrobrás realizou o Plano 2000 com os seguintes objetivos fundamentais:

- a) definir o programa de obras que entrarão em operação de 1982 a

1985, bem como os correspondentes investimentos em geração, transmissão, distribuição e instalações gerais, levando em conta as condições de suprimento ao mercado e a necessidade de recursos financeiros ao longo desse período;

- b) definir o programa de obras que, embora visem o atendimento após 1985, já estarão em construção ou serão iniciadas no período 1982/85, bem como os respectivos cronogramas físico-financeiros, levando em conta limites de investimento compatíveis com a política econômico-financeira do Governo Federal;
- c) estabelecer um programa de referência, analisando alternativas de geração e transmissão para o suprimento do mercado de energia elétrica até o ano 2000 que incorporem o programa nuclear e o das usinas térmicas a carvão; propor o programa de estudos prioritários indispensável à implementação desse programa de referência;
- d) propor critérios gerais para o estabelecimento da motorização inicial e final dos projetos hidrelétricos a serem construídos até o ano 2000;
- e) indicar, a nível regional, fontes alternativas de energia que merecem ser consideradas para complementar o atendimento dos requisitos de energia elétrica em sistemas interligados, ou atendê-los totalmente, quando em sistemas isolados.

Novos condicionantes foram

ainda considerados no Plano 2000, como:

- O crescente empenho governamental em promover a integração da problemática energética em nível nacional e regional, objetivando: utilizar de forma racional os recursos energéticos disponíveis no país; minimizar a dependência externa em combustíveis fósseis, e otimizar a aplicação dos investimentos destinados ao setor energético do País.
- Os mecanismos de captação de recursos para investimentos no setor elétrico.
- O uso mais intenso da eletricidade na substituição dos derivados de petróleo (eletrotermia, transporte, irrigação e outros).
- O estímulo e apoio às concessionárias estaduais, para a expansão das linhas e redes de distribuição.
- As medidas de emergência para possibilitar o atendimento da expansão da demanda, caso a mesma venha a ocorrer a taxas superiores ao planejado, devido aos longos prazos de maturação das obras do setor.
- A utilização quase total do potencial hidrelétrico capaz de atender, o consumo de eletricidade das regiões Sudeste e Sul, no início do próximo século, requerendo do setor elétrico, condições técnicas e tecnológicas, para contar com participação crescente de centrais termelétricas a carvão e nuclear.
- A entrada em operação progressiva da central hidrelétrica de Itaipu entre 1983 e 1988 e seu

importante papel no suprimento das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

- O potencial hidrelétrico existente na Amazônia, capaz de ser economicamente utilizado no suprimento do Nordeste e da região Sudeste do País.

OS ELEMENTOS QUANTITATIVOS CONSIDERADOS PARA FORMULAR AS BASES PARA A PROGRAMAÇÃO DAS OBRAS DE GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PERÍODO ABRANGIDO PELO PLANO 2000

Por ocasião da elaboração do Plano (fins de 1981), em termos de infra-estrutura de geração, dispunha o País em funcionamento cerca de 287 usinas, das quais 280 hidrelétricas, representando em

energia firme, 18.500 MW ou em capacidade instalada, em torno de 35 milhões de kW.

Encontravam-se em construção, em todo o território nacional diversas usinas para entrada em operação entre 1982 e 1990, perfazendo um total em energia firme, de 18.100 MW/ano, aí incluída a contribuição de Itaipu.

Em termos de interligação regional, encontrava-se em serviço, na região Nordeste-Norte, a linha Sobradinho—Tucuruí—Belém, numa extensão da ordem de 1.800 km, e em construção as linhas de corrente contínua e de corrente alternada, que transmitirão para as regiões Sudeste e Sul, a energia de Itaipu.

OFERTA POTENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

O potencial brasileiro para fins de geração está sintetizado nos quadros a seguir:

Potencial Hidrelétrico em Energia Firme MW Ano

POTENCIAL HIDRELÉTRICO BRASILEIRO = 106.570 (100%)

Levantado (Inventariado) = 66.470 (62,4%), dos quais 22.921 na Amazônia

Estimado Individualizado = 30.064 (28,2%), dos quais 22.181 na Amazônia

Estimado Remanescente = 10.036 (9,4%), dos quais 5.267 na Amazônia

UM BALANÇO DAS POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA

	Brasil	Regional em Relação ao Brasil	
Potencial inventariado já aproveitado em usinas em funcionamento ou em construção	32.708 (100%)	Norte/C. Oeste	1.908 (6%)
		Nordeste	3.637 (11%)
		Sudeste	12.414 (38%)
		Sul	14.677 (45%)
Possibilidades de expansão de geração — hidroeletricidade	73.862 (100%)	Norte/C. Oeste	47.389 (64%)
		Nordeste	3.666 (5%)
		Sudeste	13.070 (18%)
		Sul	9.737 (13%)
↓ (Potencial inventariado não aproveitado + potencial estimado.)			

**Potencial Termelétrico Nuclear
(266.300 Ton. U_3O_8)**

Energia firme MW ano	30.468
Capacidade instável MW	43.526
Número de usinas	34*

* Já inclui a unidade Angral I com 626 MW. Todas as demais são de 1.250 MW.

**Potencial Termelétrico a Carvão
(22.773 Milhões de Toneladas)**

Energia firme MW ao ano	28.500
Capacidade Instável MW	38.000
Número de usinas	115*

* Já inclui as 3 usinas existentes em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Todas as demais são de 330 MW instalados.

**Um Balanço entre o Potencial já Aproveitado
(Usinas em Funcionamento e/ou em Construção) e
o Potencial Disponível para Expansão da
Geração de Eletricidade**

Em Energia Firme MW Ano

Recursos	Potencial Total	Potencial já Aproveitado e/ou em fase de Aproveitamento	Potencial Disponível para Expansão da Geração
Hídricos	106.570	32.708	73.862
Urânio	30.500	2.194	28.306
Carvão Vapor	28.570	840	27.660
Soma	165.570	35.742	129.828

Comparando-se o potencial total disponível, e o potencial já aproveitado (usinas em funcionamento ou em construção) verifica-se que o potencial disponível para expansão da geração de eletricidade representa cerca de 77% do potencial total.

Sobre oferta do potencial, há que se fazer uma referência a outras fontes de energia disponível, para gerar energia elétrica, como a biomassa, a energia solar e a energia eólica, para as quais a Eletrobrás vem fomentando programas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

O Mercado de Energia Elétrica considerado para o período 1982-2000

O mercado de energia elétrica apresentou, a partir de março de 1981, sensível redução a vista das projeções realizadas, baseadas no comportamento do último decênio acima de 10% ao ano, fato esse decorrente das medidas tomadas pelo Governo visando ao controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos, com influência do nível de utilização do parque industrial do País.

Por ser difícil avaliar por quanto tempo será necessário manter a aplicação de tais medidas e quais seus reflexos em cada setor da economia, alterando, pelo menos temporariamente, o processo de desenvolvimento que se vinha observando na década passada, ficou mais difícil avaliar a evolução da economia, a curto e longo prazo. Consequentemente, também au-

mentou o nível de incerteza que envolve as previsões do mercado de energia elétrica.

O crescimento do mercado de energia elétrica considerado no Plano 2000 reflete as perspectivas de evolução da economia e da população, indicadas pelos principais órgãos oficiais de planejamento global e setorial.

No tocante à evolução da economia, foram considerados três diferentes cenários para o longo prazo: mercados alto, médio e baixo.

A evolução provável, e adotado foi aproximadamente, a média que reflete a médio e longo prazos, um cenário que se aproxima daquele observado nas últimas décadas, tendo em conta, porém, as alterações havidas no quadro internacional, principalmente quanto à oferta de combustíveis e de recursos financeiros. Considera-se que, superado um período inicial de ajustes, a economia poderá apresentar um ritmo de desenvolvimento mais acelerado, embora inferior ao da última década. Haveria ênfase na autonomia energética e no aproveitamento de oportunidades, oferecidas pelo mercado internacional, para desenvolver alguns setores de modo a reforçar a posição comercial e financeira do país.

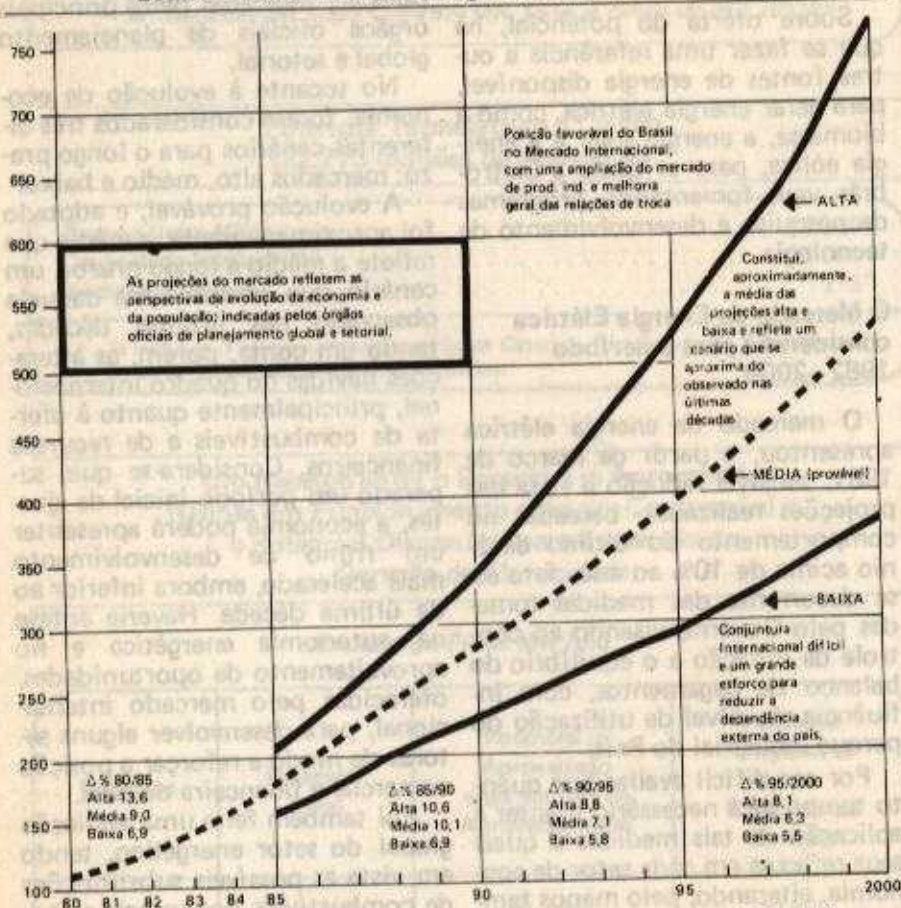
Foi também feita uma avaliação global do setor energético, tendo em vista as possíveis substituições de combustíveis por energia elétrica nos principais setores industriais, com base nos custos de adaptação e de operação. Estimase, no cenário provável, que em meados desta década a substituição possa apresentar um acréscimo

da ordem de 10% do mercado médio, o que, pelo menos parcialmente, compensaria um comportamento da economia menos favorável.

As três projeções de crescimen-

to do consumo de energia elétrica correspondentes a estes cenários, denominadas alta, média e baixa, e as respectivas taxas médias de crescimento são apresentadas na figura a seguir:

Brasil - Consumo de Energia Elétrica (1980/2000)



NOTA: Exclusão autoprodutores. Projeção média - GCPS - Dez/81. Projeção alta e baixa - DEME - ELETROBRÁS - Ago/81

OS REQUISITOS DE ENERGIA ELÉTRICA ATÉ O ANO 2000

O quadro a seguir inserido mos-

tra a evolução dos requisitos de energia elétrica, em termos de taxa média, para os períodos considerados.

Requisitos de Energia Elétrica Previsão Média — Em Energia Firme

Regiões de Planejamento	Em MW Ano				
	1980	1984	1990	1995	2000
Norte mais Maranhão	300	600	2.800	3.900	5.200
Nordeste menos Maranhão	1.700	2.400	4.900	6.900	9.200
Sudeste mais Centro-Oeste					
menos Mato Grosso do Sul	10.300	13.300	21.400	29.800	40.400
Sul mais Mato Grosso do Sul	1.900	2.800	5.700	8.300	11.300
Brasil	14.200	19.100	34.800	48.900	66.200

Conclusão: Os requisitos de energia elétrica estimados em 66.200 MW ano, no ano 2000, representam apenas 40% dos recursos energéticos totais (165.570 MW ano), o que significa que não haverá perspectiva de escassez de energia primária para geração de energia elétrica, até o horizonte do Plano 2000.

O Plano 2000 apresenta três períodos básicos em que o planejamento do programa de obras do setor foi realizado, conforme mostrado no quadro a seguir:

A Concepção do Plano 2000, Quanto ao Planejamento a Curto, Médio e Longo Prazo

1982	1990	1995	2000
<p>Programa Recomendado de Expansão da Capacidade Geradora dos Sistemas Interligados e Principais Sistemas Isolados</p> <p>Regulando dois subperíodos 1982 - 1984 (Gov. Pres. Figueiredo) 1985 - 1990)</p> <p>Desse programa constam as usinas que entrarão em operação até 1985 e as que terão sua construção iniciada até aquele ano.</p>	<p>Programa de Referência de Obras de Geração</p> <p>Inclui as usinas que têm início de construção a partir de 1985 e que entram em operação até 1995.</p>	<p>Cenário da Expansão da Geração de Energia Elétrica De 1996 a 2000</p>	
<p>Investimentos 1982/1984 — Cr\$ 2.074 Bilhões*</p> <p>1985/1989 — Cr\$ 3.801 Bilhões**</p>	<p>Investimentos Cr\$ 3.100 Bilhões**</p>	<p>Investimentos Cr\$ 3.788 Bilhões**</p>	

Investimentos a preços de Jun/81

* Inclui nuclear

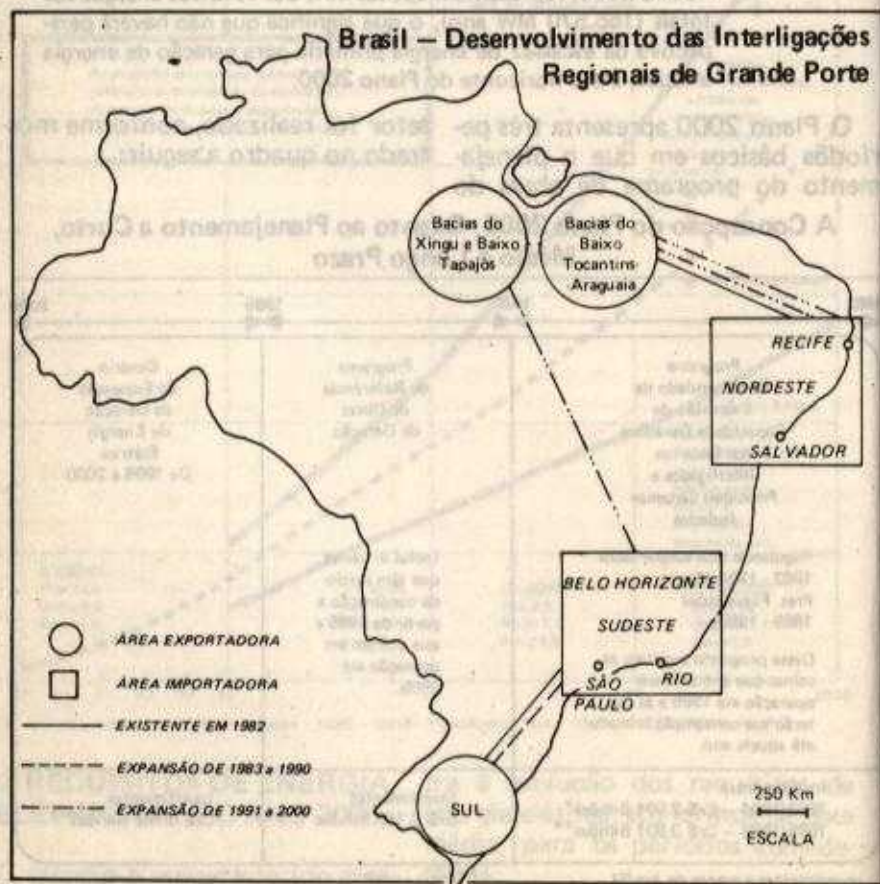
** Não inclui nuclear

SISTEMAS DE TRANSMISSÃO

No que concerne ao Programa de Transmissão associado ao Programa de Geração estão mostradas de forma esquemática na figura a seguir as Interligações Regionais. A interligação Norte-Nordeste até 1982 é composta por 1 circuito em 500 kV, devendo até o ano 2000 ser ampliada em 2 circuitos adicionais de 500 kV.

A interligação Norte-Sudeste está com sua implantação prevista no período 1995-2000, sendo ad-

mitidos no ano 2000 intercâmbios da ordem de 3.700 MW da área de geração do Xingu para o Sudeste, com possível chegada em Belo Horizonte. Os elos da interligação deverão ter extensão da ordem de 2.400 km, com perspectivas de transmitir potências da ordem de 6.000 MW por elo, após o ano 2000, devendo para isso ser utilizada a transmissão em extra e ultra alta tensão, em corrente alternada e a transmissão em corrente contínua.



Em termos de número de usinas a serem implantadas por efeito da implementação do Plano 2000, o quadro a seguir pode proporcionar uma visão a respeito.

OUTROS ASPECTOS ABORDADOS NO PLANO 2000

O Plano 2000 inclui em seu contexto a abordagem de outras questões básicas relacionadas com um programa de obras de geração e de transmissão de energia elétrica:

a) a análise dos bens e serviços destinados a usinas geradoras, hidrelétricas e termelétricas convencionais, bem como aos sistemas de transmissão e redes de distribuição.

Neste quadro foram considerados os seguintes tópicos, relativamente ao atendimento dos requisitos industriais e de serviços de engenharia resultantes do programa de obras:

- Capacidade de Fabricação
- Evolução Tecnológica
- Evolução dos Índices de Nacionalização — Substituição de Importações
- Ocupação da Indústria Nacional
- Demanda e Serviços de Engenharia, de Construção e de Montagem.

O Plano 2000 deixa de analisar quanto aos tópicos acima, as usinas termonucleares, por considerar que as mesmas serão implantadas pela Nuclebrás, responsável por

Um Balanço Relativo ao Número de Usinas Geradoras de Eletricidade no Brasil

— Plano 2000 —

Ano		Número de Usinas em Operação, Total ou Parcialmente				
		Hidrelétricas	Termelétricas			Total
			A Carvão	Nuclear	Subtotal	
1981		280 (97,5%)	7	0	7 (2,5%)	287 (100%)
Previsão	1985	284 (97,2%)	7	1	8 (2,8%)	292 (100%)
	1990	305 (95,9%)	10	3	13 (4,1%)	318 (100%)
	1995	329 (94,2%)	14	6	20 (5,8%)	349 (100%)
	2000	384 (93,4%)	18	9	27 (6,6%)	411 (100%)

complexo programa, abrangendo desde o ciclo completo do combustível até a fabricação, instalação e comissionamento dos equipamentos, e seus problemas de capacitação industrial ou de serviços.

- b) O estudo da sistemática de captação e aplicação dos investimentos necessários para dar suporte à implantação das diretrizes premissadas pelo Plano 2000.

CONCLUSÃO

Através destes comentários busca-se uma visão abrangente do

conteúdo do denominado Plano 2000 para energia elétrica, que vem de ser aprovado pelas autoridades governamentais.

Evidentemente, o documento estará sujeito a revisões periódicas ou toda a vez que sofrerem modificações as premissas consideradas por ocasião de sua elaboração. Contudo, o seu mérito é de valor indiscutível, pois proporciona uma base racional e realista para a atuação da Eletrobrás, no cumprimento de sua atribuição de executar a política governamental no setor da energia elétrica.

Plano 2000

Unidade: Bilhões de kWh

Ano	Tecnologias			Total
	A Carvão	Nuclear	Subtotal	
1981	7	0	7	381 (100%)
1985	7	1	8	393 (100%)
1990	10	2	12	510 (100%)
1995	14	6	20	540 (100%)
2000	18	8	26	614 (100%)



DIÁLOGOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS NO BRASIL

Dalton Daemon

Bases de Reorganização

O diálogo a que nos referimos neste trabalho não é a simples fala entre duas ou mais pessoas, uma conversação ou um colóquio. É a troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos com vistas à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia entre os diversos países do mundo. O Brasil não vive isolado, ele faz parte da comunidade internacional, como tal sofrendo as influências e os reflexos de outros países e de vários organismos, todos sujeitos a permanentes modificações conjunturais. Nossa intenção é a de apresentar, em determinado período (fim da 2ª Guerra Mundial aos dias atuais), um conjunto de fatos determinantes, inovações e proposições internacionais que devam merecer maiores

atenções, face às repercussões implícitas ou explícitas que possam ter para o Brasil.

O mundo sofreu, em realidade, grandes transformações no período em que nos situamos. Em parte, em razão da desorganização existente, imediatamente após ao término da guerra, de outra parte pela própria dinâmica dos países desejosos de traçar novos caminhos e alcançar outras metas. Ao terminar a guerra, o quadro não era otimista. A Alemanha dividida, a França desorganizada (de 1945 a 1954 tiveram 19 governos, nenhum com mais de 13 meses), o Reino Unido com cidades destruídas e a economia em decadência, a Itália em situação precária, isto para não estender a lista dos países, alguns em situação ainda pior. Em realidade, no início do período considerado, foi realizado um gran-

de esforço de diálogo entre muitos países, procurando-se reorganizar a economia e promovendo certa ordem, que permaneceu por alguns anos.

Os Estados Unidos, grande vencedor da guerra, tomou uma série de iniciativas, ele mesmo sofrendo uma série de transformações. Entre elas a modificação radical de sua política de total protecionismo e isolamento para uma abertura de suas fronteiras aduaneiras e a ofensiva comercial internacional. Como resultado das guerras mundiais, ele se converteu em principal empregador, principalmente para os perdedores. Para resolver, ou ao menos definir as regras do jogo internacional, em 1943, portanto antes do final da guerra, já tinha sido proposto a organização do Banco Mundial, que não mereceu a atenção devida. Mas, em julho de 1944, se reúne em Bretton Woods uma Conferência Monetária e Financeira, com a presença de 44 países.

Os diálogos atingem o ano-chave de 1945, quando em San Francisco, em 26 de junho, chega-se à carta das Nações Unidas e os debates iniciados em Bretton Woods, polarizados pelo Plano White dos Estados Unidos e o Plano Keynes do Reino Unido, chegam a uma conclusão. Em síntese o Plano White propunha a estabilização dos balanços de pagamentos, com fundos de 5 bilhões de dólares, constituídos por ouro e títulos governamentais dos países participantes, tendo como contrapartida a supervisão da política econômica interna de cada país e o controle direto de sua política mo-

netária. O Plano Keynes tinha como base características auto-reguladoras.

Predominou o Plano White, com o Reino Unido aceitando, já que necessitava ajuda para a sua reconstrução. Nasce, então, o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 27/12/45 e também o Banco Mundial, sendo requisito para adesão ao Banco ser membro do FMI. Os objetivos do FMI, voltados para empréstimos de curto prazo, visavam corrigir desequilíbrios transitórios nos balanços de pagamentos dos países-membros, devido a situações conjunturais ou emergências provocadas por fenômenos aleatórios. Os objetivos do Banco Mundial orientados para empréstimos de longo prazo, com vistas a corrigir desequilíbrios fundamentais nos balanços de pagamentos dos países-membros, através de grandes investimentos em setores básicos.

Os acordos iniciais se complementam no espaço mundial com vários eventos, alguns que só mais tarde vão dar verdadeiros frutos. Surge, por exemplo, a Liga dos Estados Árabes (1945), fez-se a independência das Filipinas (1946). Traça-se o Plano Marshall com a ajuda em dinheiro e mercadorias (1947) e com ele, para coordená-lo, em 1948, a Organização para a Cooperação Econômica Européia (OCEE).

No lado do comércio, na mesma fase, os Estados Unidos apresentaram, em 1945, uma proposta técnica de regularização. Em 1946 o Governo do mesmo país submete à ONU, para tornar prática a pro-

posta, o anteprojeto da Carta para a Organização Internacional do Comércio. Assim foi criado, em 30/10/1947, o GATT — *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em Genebra, com uma Estrutura, Conselho de Representantes, Comitês, Grupos de Trabalho e Secretaria.

São criados os procedimentos de adesão e saída, adesão ordinária, adesão provisória e adesão especial dentro do GATT. Também os princípios de não-discriminação e as cláusulas de nação mais favorecida, de tratamento nacional e de proibição das restrições quantitativas.

O princípio de reciprocidade, assim como as negociações multilaterais, tarifárias e não-tarifárias ganham corpo dentro do mesmo organismo, ao lado de sistemas de consulta e soluções de controvérsias. O GATT permanece como um órgão em parte dogmático, em parte operativo.

Em 25 de janeiro de 1949 aparece o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) dos países do Leste Europeu, para assistência econômica e tecnológica recíprocas. Novas independências surgem na África: Líbia (1952), Marrocos (1956), Sudão (1956) e Costa do Ouro (1957).

Em 1957 surge a Comunidade Econômica Européia (CEE) a partir da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, criada em 1950, englobando o BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e iniciando no mundo ocidental um processo de integração econômica mais forte.

No ano de 1959 aparece na África a União Aduaneira e Econômica da África Ocidental. Instala-se o governo revolucionário de Cuba. Surge a EFTA — *European Free Trade Association* (Associação Européia de Livre Comércio), com outros países como resposta ao CEE ou Mercado Comum Europeu.

Desenvolvimento de Integrações

Na Ásia criaram-se Estados autônomos da Índia, Paquistão, Laos, Ceilão, Vietnã, Indonésia. Depois alguns destes países (Filipinas, Tailândia, Singapura, Indonésia e Malásia) reúnem-se com outros na ASEAN — *Association of South East Asian Nations* (Associação do Sudeste Asiático).

Em 1962 surge a União Monetária da África Ocidental e a União Aduaneira e Econômica da África Central, UDEAC — *Union Douanière Economique de l'Afrique Centrale*.

Começa a ser criado em 1964 o ACM — *Arab Common Market* (Mercado Comum Árabe).

Surge uma série de agrupações de países, dentro e fora das Nações Unidas, como por exemplo a UNCTAD — *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento).

A UNCTAD adquiriu caráter institucional a partir da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas de 30/12/62. A primeira reunião de avaliação foi em Genebra (1964) que teve como tema "Promover o Comércio Internacio-

nal". A segunda reunião em Nova Delhi (1968) marcou como tema "Fórmulas Políticas de Comércio e Desenvolvimento Econômico".

No âmbito do GATT, os diálogos principais nos quais participou o Brasil deram-se na Rodada Kennedy (1964-1967), tratando de:

- Reduções tarifárias
- Países com estrutura especial de comércio
- Barreiras não-tarifárias
- Produtos agrícolas
- Participação de países menos desenvolvidos
- Análise do Protocolo de Genebra
 - Acordos sobre produtos químicos
 - Código Antidumping
 - Ajustes de impostos
 - Acordos sobre tecidos de algodão

Surgem os movimentos dos países não-alinhados, no início somente com caráter afro-asiático. Depois cresceu com princípios exclusivos políticos (soberania, não agressão, coexistência pacífica etc.). Em seguida preocupou-se com problemas econômicos como a estabilização de preços dos produtos primários, criação na ONU de um Fundo para o Desenvolvimento, política comum de petróleo etc. A primeira Conferência de cúpula foi em Belgrado (1961) e a segunda no Cairo (1964).

A América Latina vivia dificuldades de desenvolvimento, principalmente comercial. Calcula-se que entre 1950-1961 a América Latina sofreu uma perda de 12 bilhões de dólares somente em razão

da deterioração dos termos de intercâmbio, apresentando, naquele período, as menores taxas de desenvolvimento comercial do mundo.

Em 1959 tinha sido estabelecido o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Em 1960 aparece o programa da Aliança para o Progresso e nascem a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e o MCCA (Mercado Comum Centro-Americano). Surgem depois a CARIFTA - *Caribbean Free Trade Association* (Associação do Livre Comércio do Caribe), depois transformada em CARICOM, *Caribbean Common Market and Community* (Comunidade do Caribe) e a partir do Acordo de Cartagena, a constituição subregional do Grupo Andino que reúne agora Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela.

Depois vão aparecer outros organismos setoriais de integração, novos acordos bilaterais, intercâmbio de tecnologias. Também outros esforços de união como por exemplo o SELA (Sistema Econômico Latino-Americano), Cuenca del Plata e Tratado de Cooperação Amazônica.

Nascimento do Diálogo Norte-Sul

Em 1974 surge o Grupo dos 77 procurando interesses comuns de desenvolvimento. Nas 3ª e 4ª reuniões da UNCTAD (Santiago e Manilha) procuram coordenar atividades, o que vai propiciar o aparecimento do chamado Diálogo Norte-Sul e a necessidade de novas

formulações designadas como NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional) na 5ª Reunião da UNCTAD.

O diálogo Norte-Sul foi originalmente proposto pelo Ministro da Arábia Saudita, Abimed Zaki, mas em realidade ganhou força depois que o Presidente da França aceitou-o para evitar confrontação sobre o preço do petróleo entre os blocos produtores e importadores.

O Ministro da Argélia, Aledelazis Banteflika, convenceu a vários países em desenvolvimento que os novos preços da OPEC — *Organization of Petroleum Exporting Countries* (OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo) constituíam o primeiro passo para alcançar a NOEI.

Foi também a procura de um abastecimento adequado de produtos energéticos a preços estáveis a principal motivação para os países em desenvolvimento participarem no diálogo Norte-Sul.

Na mesma fase, no interior do GATT, processava-se a chamada RODADA TÓQUIO (1973-1979), promovendo uma série de acordos sobre: Normas de Valorização de Aduanas, Compras do setor público, Procedimentos para trâmites de licenças de importação, Obstáculos técnicos de comércio, Carne bovina e Produtos lácteos.

Na América Latina surge o Tratado Amazônico (1978), constituído pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para promover a colaboração em: navegação fluvial, aproveitamento de recursos hídricos, proteção da fauna e flora, me-

didatárias sanitárias, investigação científica, tecnologia.

Nova Ordem Econômica Internacional — NOEI e o Diálogo Norte-Sul

O programa de Ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional foi adotado pela Assembléia das Nações Unidas em 1975, além de em outros foros internacionais.

Tem a NOEI três temas prioritários:

- Restauração da ordem econômica mundial após o colapso do sistema de Bretton Woods e suas conseqüências: recessão, desemprego, inflação, protecionismo.
- Redução da desigualdade de riquezas e poder entre os diferentes países.
- Diminuição ou eliminação da pobreza mundial.

Os países em desenvolvimento passaram a questionar uma série de elementos, como: verificar os seus interesses reais e não os supostos por outros países; quais os nossos interesses de longo prazo, além dos de curto prazo; o que é e o que não é importante para os nossos países e para os países desenvolvidos.

Passa-se a exigir que os técnicos e os pensadores econômicos dos nossos países possam dizer até que ponto as circunstâncias podem alterar os argumentos, assim ajudando a fortalecer a vontade política e criando situações que conduzam a conclusões mais otimistas que as

existentes. Que eles também colaborem na formulação de políticas que eliminem idéias simplistas de causa e efeito, que às vezes choca-se com a realidade, estabelecendo juízos de valor sobre o que é ou não é generalizável a nível internacional, já que cada país é um mundo em si.

Entre as pretensões comerciais dos países em desenvolvimento passam a constar a abertura real de mercados, a reforma do sistema monetário mundial, um fundo comum para financiar os estoques de matérias-primas, a análise das empresas transnacionais, a transferência de tecnologias e as relações com os países desenvolvidos.

A partir da reunião de Manilha (1979), atesta-se que os países ricos não querem ceder suas posições e a debilidade do Sul. Chega-se à conclusão que antes que fortalecer o diálogo Norte-Sul dever-se-ia apoiar o diálogo Sul-Sul em quatro pontos:

- Como restaurar a unidade do Sul.
- Preparar soluções tendo em vista as diferenças entre os países.
- Acertar posições do Sul com a OPEP.
- Reconhecimento nacional da importância do problema (criando estrutura permanente).

Reflexos da NOEI no Início dos Anos 80

Em janeiro e fevereiro de 1980, na reunião da III UNIDO — *United*

Nations Industrial Development Organization (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), o plano de ação traçado só foi aprovado pelos países em desenvolvimento e os países coletivistas. O Vaticano ficou neutro. Tratava-se, entre outros problemas fundamentais, de transferências de indústrias do Norte para o Sul, envolvendo 500 bilhões de dólares até o ano 2000.

Chegou-se à conclusão de que a NOEI deveria tratar de uma concepção de política global, tendo como temas: código de conduta das empresas transnacionais, transferência de tecnologia, matérias-primas e comércio, endividamento, ajuda em alimentos.

No entanto, na Assembléia das Nações Unidas (1980), onde de um lado ficaram Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha Ocidental e do outro lado 155 países, não foi aceito discutir o FMI e o Banco Mundial (os 3 países citados têm mais de 1/3 dos votos nesses organismos).

O que a grande maioria dos países em desenvolvimento deseja em relação ao FMI é maior ação sobre este organismo e mais flexibilização quando estiverem em dificuldade.

As políticas de ajuste dos programas de estabilização que o FMI obriga os países-membros a adotar para ter acesso aos recursos financeiros do próprio Fundo ou da comunidade financeira internacional são em geral um conjunto sobre desvalorização monetária, liberalização de preços e contração da demanda.

**Política de Preços e Custos
Relativos: Desvalorização e
Liberação**

- Desvalorização do tipo de câmbio — Para elevar os preços relativos dos bens comercializáveis.
- Liberação do câmbio, comercial e de controles dos preços internos.
- Controle de salários.

**Política de Contração da Demanda
Agregada**

- Política monetária — Restrições de crédito ou de altas de taxas de juros, mediante o aumento das reservas do sistema bancário.
- Política fiscal — Redução do déficit do setor público.
- Política de financiamento externo e interno — Limitando a contração de créditos do setor público.

Atualmente, os países devem participar com uma cota determinada. Antes da última reforma cada país depositava uma parte em ouro de sua cota em um dos quatro bancos depositantes do Fundo: Banco de Reserva Federal de New York, Banco da Inglaterra, Banco de França e Banco da Índia.

- A "Cota ouro" equivale a 25% da cota total.
- O restante da cota se deposita em moeda nacional no Banco Central do país membro.

A cota serve de base para fixação do poder de voto (250 para

cada sócio + 1 voto por 100.000 dólares de cota).

O país-membro pode comprar do Fundo a quantidade de moeda que necessita em troca de uma quantidade igual de sua própria moeda, com reembolso de 3 a 5 anos. Uma solicitação correspondente ao valor da cota é concedido automaticamente. Quando excede 25% o valor da cota o FMI é liberal, mas o país deve fazer esforços. Para solicitação maiores (que podem atingir 125% da cota), o FMI exige programas estritos. Existem os financiamentos compensatórios de exportações e financiamentos de estoques reguladores, em que os países em desenvolvimento desejam maiores facilidades.

Em 1978 apareceu a 2ª emenda do Convênio Constitutivo do Fundo. A 1ª emenda criou os Direitos Especiais de Saque — DES. A 2ª diminuiu a importância da função ouro e intensifica a dos DES.

O Grupo dos 30, oficialmente chamado Grupo Consultivo sobre Assuntos Internacionais Econômicos e Monetários, decidiu criar uma conta de substituição no Fundo que emitisse títulos denominados DES, em troca de ativos de reservas oficiais de dólares dos Estados Unidos. Insiste na importância de fortes vínculos com o setor privado, mas várias das modificações propostas são tímidas em relação ao que pretendem os países em desenvolvimento.

Outro evento de significativa importância do início dos anos 80 para o Brasil é a transformação da ALALC em ALADI (Associação

Latino-Americana de Integração). Considerando que a zona de livre comércio regula o intercâmbio comercial entre os países contratantes e cada um deles mantém sua política comercial independente frente a países situados fora da zona. Que a União Aduaneira existe quando Estados soberanos formam um só território aduaneiro e que o Mercado Comum se estende aos demais setores da política econômica constituindo uma unidade econômica integral entre os Estados participantes, ficam explícitas as intenções quando o Tratado de Montevideu adotou o sistema de zona de livre comércio para a ALADI.

São 11 os países-membros que formam o novo Tratado, classificados da seguinte forma:

- Países de menor Desenvolvimento Econômico Relativo: Equador, Bolívia, Paraguai.
- Países de Desenvolvimento Intermediário: Colômbia, Chile, Peru e Uruguai.
- Venezuela.
- Outros países: Argentina, Brasil e México.

Os princípios que regem o Tratado são: Pluralismo (integração acima das diferenças); Convergência (multilateralização); Flexibilidade (coordenação de ações); Tratamento diferencial (em função da classificação); Multiplicidade (utilizar distintas formas de correlação).

As principais diferenças entre o Tratado de 1960 e o de 1980 são:

- No Tratado de 1960 a cláusula de nação mais favorecida tinha uma aplicação incondicional, isto é, as vantagens, favores, privilégios aplicados a uma parte contratante (produtos), devia ser imediatamente estendida ao produto similar de outro país da ALALC.
- No Tratado de 1980 a situação é diversa. Podem ser feitos acordos sem obrigação de estender aos outros países da ALADI (salvo para os países de menor desenvolvimento econômico).

Informe Brandt

A Comissão Brandt (Comissão Independente sobre Assuntos de Desenvolvimento Internacional), presidida por Willy Brandt, grupo de 17 membros, foi constituída no outono de 1977 por sugestão de McNamara, Presidente do Banco Mundial (BIRD); terminou seus trabalhos no outono de 1979, que foram publicados em inglês em fevereiro de 1980.

De uma maneira sintética, apresentamos a seguir as principais recomendações do Informe Brandt.

Países mais pobres

- É preciso estabelecer programas imediatos e de longo prazo para eliminação da pobreza na África e Ásia. Isto exige pelo menos 4 bilhões de dólares anuais nas duas próximas décadas.

Fome e Alimentação

- A fome em massa e a subnutrição devem ser eliminadas.
- Em muitos países a reforma agrária assume papel fundamental.
- Acordo internacional sobre cereais. Criar reservas internacionais de emergência.

População — Crescimento, mobilidade e meio ambiente

- Estimular o planejamento populacional e familiar.
- Proporcionar atenção especial aos imigrantes do mundo.
- Direito de asilo aos refugiados.
- Desenvolvimento industrial e meio ambiente.
- Exploração com estabelecimento de regras internacionais nos mares (além das 200 milhas).

Desarmamento e Desenvolvimento

- Perigo da corrida armamentista e o desvio de recursos pesando nas economias nacionais.
- O mundo precisa adquirir uma compreensão mais abrangente do problema de segurança, que não seja limitada ao aspecto militar.
- Deverá ser criado um mecanismo respeitado que assegure a manutenção da paz, fortalecendo o papel das Nações Unidas.
- Pesquisa para possibilitar a transformação da produção bélica em produção pacífica.

Tarefa do Sul

- Realização de reformas sociais e econômicas internas nos países em desenvolvimento.
- Redistribuição de meios de produção e de renda.
- Pacotes de intervenção estatal: ampliação dos serviços públicos para os mais necessitados, reforma agrária, mais recursos para o desenvolvimento rural, fomento às pequenas empresas, melhor administração fiscal.
- Formação e aperfeiçoamento profissional.
- Desenvolvimento de tecnologia de nível médio e intercâmbio de experiências.
- Aperfeiçoamento da gestão econômica e mobilização de recursos.
- Substanciais melhorias na política fiscal, administração pública, manejo da estrutura de preços.
- Integração regional e sub-regional.
- Ampliação das tarifas preferenciais entre si.
- Aumento de acordos de pagamentos e de créditos entre si.
- Promover a colaboração econômica e ajuda mútua entre si.

Comércio de matérias-primas e desenvolvimento

- Maior participação dos países em desenvolvimento no processamento, venda e distribuição de suas matérias-primas.
- Estabilização dos preços das matérias-primas.

- Fundo Comum para: financiar acordos internacionais de estabilização de preços de matérias-primas e financiar estoques nacionais.
- Facilidades de financiamento compensatórios para enfrentar melhor as perdas de rendimentos reais nas exportações de matérias-primas.

Energia

- Acordos especiais, inclusive ajuda financeira para assegurar abastecimento energético dos países mais pobres.
- Novas organizações financeiras para proporcionar maiores financiamentos para busca de novas fontes de energia.
- Sob os auspícios da ONU criar um Centro Mundial de Pesquisa Energética para coordenar informações, projeções e apoio às pesquisas de novas fontes de energia.

Industrialização e Comércio Internacional

- A industrialização dos países em desenvolvimento abrirá novas perspectivas para o comércio internacional, não devendo ser contra aos interesses dos países desenvolvidos.
- Desmantelar o protecionismo dos países desenvolvidos em relação às exportações dos países em desenvolvimento. Novas regras e orientações do comércio internacional.
- Medidas protecionistas de-

vem ser negociadas internacionalmente.

- Reduzir a rigidez do SGP (Sistema Generalizado de Preferências).
- Criar uma Organização de Comércio que abranja o GATT e a UNCTAD.

Empresas Transnacionais, investimentos e transferências de tecnologia

- Necessidade de leis nacionais e diretrizes internacionais eficazes para dirigir a transferência de tecnologia, controlar as práticas restritivas que limitem a concorrência e estabelecer um enquadramento das atividades de empresas transnacionais.
- Entre as regras de investimentos, foram propostas:
 - Regulamentação mútua entre os países receptores e os países de origem, no que diz respeito ao investimento externo, transferência de tecnologia, remessa de lucros *royalties* e dividendos.
 - Uma legislação coordenada entre os países receptores e de origem que regule as atividades das empresas transnacionais quanto ao comportamento moral, domínio público das informações, práticas comerciais restritivas da livre concorrência e condições de trabalho.
 - Cooperação entre governos

quanto à política fiscal e controle de preços de compensação.

Harmonização dos incentivos fiscais e outros entre os países em desenvolvimento nos quais atuem empresas multinacionais.

- Poder permanente de controle sobre recursos naturais é um direito de todos os países.

Sistema Monetário Internacional

- A reforma deve abranger: aprimoramento do sistema de câmbio; do sistema de reservas; do processo de compensação dos balanços de pagamentos; do manejo geral do sistema.
- Deve-se chegar a um acordo sobre os mecanismos através dos quais se possa criar e distribuir uma moeda internacional que seja utilizada para definir e compensar os saldos em aberto entre os Bancos Centrais. Tal moeda substituiria a utilização das moedas nacionais como reservas internacionais. Ela teria a forma de um direito especial de saque aperfeiçoado e poderia se tornar mais acessível através de uma "conta de substituição" apropriada.
- Devem ser criados novos direitos especiais de saque na medida em que houver necessidade de extensão não-inflacionária da liquidez mundial.
- O FMI deve evitar a tutela inadequada sobre as econo-

mias nacionais e não deve prescrever medidas muito deflacionárias como modelo-padrão para a política de adaptação. Deve estender suas linhas de financiamento compensatório, reduzindo a rigidez nas limitações de quotas e concedendo condições de reembolso mais flexíveis.

- Deve-se ampliar a participação dos países em desenvolvimento no quadro pessoal, na direção e nas decisões do FMI.
- Para promover a "desmonetização" do ouro, deve-se utilizar a maior parte das reservas em ouro do FMI, depois de efetuadas as vendas atualmente já negociadas, como garantia sobre a qual o FMI poderá obter créditos no mercado.

Financiamento do desenvolvimento

- A transferência de capital para os países em desenvolvimento deve ser incrementada para financiar: projetos e programas que amenizem a pobreza e aumentem a produção de alimentos; prospecção e desenvolvimento de fontes de energia e matérias-primas, estabilização de preços das matérias-primas e processamento crescente das matérias-primas nos países em desenvolvimento.
- A disponibilidade de recursos públicos para a ajuda ao de-

envolvimento deve ser ampliada por intermédio de: sistema internacional de captação de recursos; aumento do nível de ajuda pública ao desenvolvimento nos países industrializados para 0,7% do PIB até 1985 e para 1% no fim do século; alteração automática de recursos através de contribuições internacionais.

- A concessão de créditos por parte das instituições internacionais de financiamento deve ser aperfeiçoada através de: incremento na capacidade de financiamento do Banco Mundial; evitar a imposição de condições políticas na atuação de instituições de financiamento multilaterais; canalização de financiamentos através de instituições regionais; participação maior dos países devedores nos processos de decisão e gestão dos financiamentos.
- Criação de uma nova instituição de financiamento — Fundo Mundial de Desenvolvimento — com participação universal e igual de devedores e credores no processo de decisão, como suplemento às instituições existentes. Para suprir as carências existentes nos programas de créditos.
- Facilitar aos países em desenvolvimento a contratação de empréstimos no mercado internacional de capitais (abolir restrições, criar outros mecanismos de garantia, novas disposições para avaliação de riscos).

Prosseguimento do Diálogo Norte-Sul

A partir de informes jornalísticos diversos, apontamos algumas notícias na fase preparatória para a Conferência de Cancun.

Bruxelas — 6 de abril de 1981.

A CEE considerou que a segurança dos interesses internacionais e o planejamento dos comportamentos econômicos devem ser a base para a renovação do diálogo Norte-Sul.

O problema da carência energética, que corre paralelo com os excedentes de petróleo e a escassez de alimentos, foram considerados prioritários pela CEE. Ela pediu a maior atenção para os problemas do Terceiro Mundo nas próximas reuniões: Comitê de desenvolvimento do FMI (maio de 1981) e Conferência sobre energia em Nairobi (agosto de 1981).

A CEE propôs a criação de uma filial do Banco Mundial para energia, visando facilitar o acesso aos capitais da OPEP. Ela demonstrou desejos de contribuir à estabilidade dos preços de produtos de base.

Moscú — 6 de abril de 1981

Notícias publicadas hoje indicam que é possível que Brejnev e Reagan se encontrem no México (Cancun) em outubro de 1981 para a reunião Norte-Sul, caso a União Soviética aceite a imposição dos Estados Unidos para comparecer, que é o não comparecimento de Cuba.

Florença, Itália — 17 de outubro de 1981

O Ministro italiano de Relações Exteriores, Emilio Colombo, qua-

lificou de "erro político" a exclusão da Itália da próxima reunião de cúpula de Cancun, no México, onde se discutirão os problemas do diálogo Norte-Sul.

México — 18 de outubro de 1981

O Instituto Interdisciplinar de Planeación Urbana Regional sugeriu que em Cancun se estabeleçam os mecanismos e instrumentos necessários para analisar o funcionamento da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), para que seja eliminado, através de um diagnóstico, o que for obsoleto. Indica que, dos recursos designados para a pesquisa agrícola no mundo, a região latino-americana recebe somente 1,36%.

Segundo opiniões de Edem Kodjo, da secretaria geral da OUA (Organização da Unidade Africana), noticiadas em Paris, talvez dez países da África, entre cinquenta, serão capazes de sobreviver a crise atual. As perspectivas do Banco Mundial para os anos 1985/90 são de um crescimento de 1% ou de crescimento negativo. Se as tendências alimentícias atuais persistirem, diz Kodjo, a África cobrirá no ano 2000 apenas 60% de suas necessidades alimentícias.

Washington — 18 de outubro de 1981

Ao iniciar hoje em Yorktown conversações com o Presidente Reagan, o Presidente Mitterrand disse que se o diálogo Norte-Sul não servir para aproximar as posições dos países industrializados com os países do Terceiro Mundo, seria melhor não realizar a reunião de Cancun.

Paris — 18 de outubro de 1981

O Presidente Mitterrand ao chegar hoje na cidade do México, declarou que, a longo prazo, a França deseja o desaparecimento simultâneo da OTAN e do Pacto de Varsóvia, mas atualmente sua eliminação pura e simples equivaleria a colocar o efeito antes da causa.

Quanto à Reunião de Cancun, o Presidente Mitterrand declarou que as negociações devem ser abertas e que os países menos favorecidos devem conseguir os meios necessários para explorar seus próprios recursos energéticos. E que devem existir compromissos concretos e precisos, que a França está disposta a assumir.

Washington — 18 de outubro de 1981

O setor privado dos Estados Unidos manifestou hoje, com júbilo, seu apoio ao programa de ação que o Presidente Reagan propôs para ser discutido em Cancun, já que significa que a ajuda dos Estados Unidos aos países em desenvolvimento será por meio de um papel ampliado das empresas privadas norte-americanas (Michael Samuels, vice-presidente da Divisão Internacional da Câmara de Comércio dos Estados Unidos).

Tóquio — 19 de outubro de 1981

O Japão assegura que os problemas Este/Oeste influem muito nas relações Norte-Sul, disse o Sr. Tanabe, máximo dirigente da Mitsubishi, que assinalou que a posição do Governo japonês em Cancun é a da iniciativa privada de seu país, pois ambos atuam no mesmo ru-

mo, já que a economia e a política não devem ser independentes.

O Ministro Suzuki expressou o interesse do Japão em realizar um papel mais positivo no desenvolvimento da agricultura e da alimentação. A recomendação que será feita em Cancun a esse respeito é de que se deve incrementar os sistemas de irrigação, melhoria das espécies, tecnologia de cultivo e preparação de solos.

Pequim — 20 de outubro de 1981

O chefe da delegação da China à Reunião de Cancun, 1º Ministro Zhao Ziyang, disse que apoia firmemente a posição do grupo dos 77. Acrescentou que a fim de estabelecer uma nova ordem econômica internacional os países em desenvolvimento devem estreitar seus laços e apoiar-se mutuamente.

Cancun — 20 de outubro de 1981

A postura do Presidente Reagan e do Secretário de Estado Haig, antes de virem a Cancun, é de liberdade de comércio, estabilidade política, capacitação técnica e iniciativa privada. Reagan anunciou que proporia em Cancun um programa de ação centrado no aumento da produção mundial de alimentos, através de investimentos e assistência técnica ao setor agropecuário dos países produtores de matérias-primas. Em matéria energética, o Presidente Reagan anunciou seu apoio à ONU sobre o desenvolvimento de novas fontes de energia e ao sistema generalizado de preferências (SGP) para impulsionar o comércio mundial, acertando polí-

ticas antiprotecionistas no seio do GATT.

No seu discurso de Filadélfia, pronunciado recentemente, o mais importante pronunciado por Reagan desde que assumiu o poder, ele fez propostas julgadas úteis por muitos países em matéria de comércio, energia e alimentação.

Washington — 20 de outubro de 1981

O Secretário de Estado, Alexander Haig, disse que o Presidente Reagan sustentou na recente assembléia do FMI e do Banco Mundial, que a atividade e o capital privado devem ser o motor do desenvolvimento. Que o Presidente irá para Cancun com a mente aberta para escutar e aprender.

Cancun — 20 de outubro de 1981

Willy Brandt declarou que o crescente desemprego, a persistente instabilidade monetária, as exorbitantes taxas de juros, os insuportáveis deficits de pagamentos, as dívidas sem precedentes exigem negociações internacionais baseadas na cooperação, com respostas firmes audaciosas.

México — 20 de outubro de 1981

O Governo do México gestiona com as nações exportadoras de petróleo que participarão da reunião de Cancun seu apoio político para dar respaldo ao Plano Mundial de Alimentos, que será apresentado pelo Presidente Lopez Portillo, do México.

Viena — 20 de outubro de 1981

O Chanceler Kreisky declarou hoje que os Estados Unidos terão

em Cancun uma oportunidade única para apresentar um plano de ajuda aos países subdesenvolvidos.

Em mensagem enviada aos Estados Unidos, o Chanceler Kreisky deu o exemplo da Áustria que, graças aos Estados Unidos, começou de zero e conseguiu um nível de renda aceitável.

Cancun — 21 de outubro de 1981

Enquanto os Estados Unidos manter-se-ão na negativa em relação à interdependência e opor-se-ão a realizar negociações globais para chegar a uma nova ordem econômica internacional, os países europeus, com exceção do Reino Unido e Alemanha Federal, procurarão entendimentos com os países em desenvolvimento, fundamentalmente, por meio de apoio tecnológico e financeiro.

Frente a estas posições, o Grupo dos 77 que representa 110 países do Terceiro Mundo, encabeçado pela Argélia, propugnarão, por uma organização global dos interesses internacionais sobre produtos básicos e matérias-primas; estabilizar os preços de exportação dos países em desenvolvimento; constituição de reservas reguladoras; criação de um fundo de financiamento para amortizar a deterioração dos termos de intercâmbio.

A posição dos Estados Unidos é de subordinar as relações Norte-Sul a Este-Oeste, convencimento absoluto da totalidade do gabinete republicano de que a reativação econômica internacional depende do auge das economias centrais e não da prosperidade do conjunto.

O Grupo dos 77, além das posições citadas anteriormente, traçou um programa de solidariedade e intercâmbio econômico Sul-Sul nos campos de energia, comércio, finanças, matérias-primas, agricultura, alimentação e tecnologia.

A União Soviética, apesar de demonstrar apoio à formulação de uma nova ordem econômica internacional, como potência tem posições muito próximas dos Estados Unidos ao não aceitar o critério de interdependência.

O seu não comparecimento pode estar vinculado à chamada "consciência ativa" que se abstém para chamar atenção, que ela contradiz citando que não aceita ficar englobada no Norte ao lado de economias de mercado desenvolvidas.

Tóquio — 21 de outubro de 1981

O Japão oferecerá aos países em desenvolvimento tecnologia para produzir alimentos nos campos de cultivo, preparação de terrenos, melhoramento de espécies.

Os japoneses, em seus considerandos, argumentam que de acordo com documentos das Nações Unidas, das vinte principais indústrias de alimentos do mundo, 16 são dos Estados Unidos, 3 são do Reino Unido e 1 da Suíça.

Asseguram, também, que os Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha Federal e Reino Unido empregam cerca de 70% dos "experts" em pesquisa e desenvolvimento do mundo e destinam 85% de seus fundos totais para esse fim, enquanto as nações

em desenvolvimento empregam menos de 3% para esses fins.

O Primeiro-Ministro japonês, Suzuki, oferecerá em Cancun o envio de técnicos japoneses agrícolas para os países em desenvolvimento da mesma maneira que aceitará técnicos estrangeiros para treinar no Japão.

Reunião de Cancun

Em sua intervenção, o Presidente Reagan disse que está disposto a apoiar as negociações globais multilaterais se elas se orientarem de maneira prática.

Sugeriu a liberação comercial, o desenvolvimento de recursos energéticos, alimentos e a melhoria do clima de investimentos.

A segunda condição seria que as conversações respeitem a competência, funções e poderes das agências internacionais especializadas e não se criem novas instituições.

A terceira é que busquem benefícios mútuos para as partes Norte e Sul.

A quarta é que subsista o espírito de Cancun para não polarizar os pontos de vista.

Apresentou um programa de ação para o desenvolvimento dos subdesenvolvidos com os seguintes pontos:

1. Estimular o comércio internacional abrindo mercados.
2. Desenhar estratégias de desenvolvimento individuais que respondam às necessidades e ao potencial específico de cada país ou região.
3. Dirigir nossa assistência ao desenvolvimento de atividades

produtivas auto-suficientes, particularmente quanto a energia e alimentos.

4. Melhorar o ambiente para os fluxos de capital privado, em particular pelo que respeita ao investimento privado.
5. Criar uma atmosfera política na qual possam progredir as soluções práticas.

O Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Trudeau, mencionou que a posição de seu país se traduz em determinar prioridades nos itens alimentos, energia e desenvolvimento dos recursos humanos, acompanhando estas opções de ações concretas.

O programa de infra-estrutura produtiva do Terceiro Mundo, conhecido como Plano Marshall II, foi recebido com muita simpatia em Cancun. Ele requer um fluxo financeiro de 200 bilhões de dólares na primeira etapa. A Áustria propôs os princípios básicos deste plano e os Estados Unidos o vê de forma positiva.

A Argélia tomou posições fortes em defesa dos pontos fundamentais do Grupo dos 77.

A Venezuela pediu um ajuste apropriado do sistema monetário e das políticas fiscais. A tese do Presidente Campins inclui ajustes na instabilidade de preços de produtos agrícolas e nas tendências inflacionárias e deflacionárias e sobretudo ajustes estruturais e de localização industrial.

Por iniciativa do Presidente Portillo, do México, com apoio dos representantes do Reino Unido, Tanzânia, Nigéria e Argélia, será

criado o Clube do México, destinado a tratar com prioridade o problema alimentar. Será integrado, para isso, um organismo similar ao Clube de Roma.

A proposição do Presidente Mitterrand, da França, para criar uma filial energética do Banco Mundial, que fundamente o desenvolvimento energético dos países menos desenvolvidos, foi muito bem recebida, inclusive pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher, do Reino Unido.

Houve uma Declaração de Cancun que pede à ONU para iniciar negociações globais para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

O Sr. Willy Brandt foi convidado para presidir os trabalhos de organização do Clube do México, em que participarão uma centena de intelectuais, cientistas, técnicos, filósofos e políticos.

A Primeira-Ministra da Índia considerou que a Reunião de Cancun foi o primeiro passo positivo para iniciar a colaboração e diálogo entre países ricos (Norte) e pobres (Sul).

A ausência dos soviéticos em Cancun mostra seu cinismo com relação aos países do Terceiro Mundo, declarou hoje o Secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig. Acrescentou que eles escondem a cabeça na areia e, realmente, não contribuem para o desenvolvimento internacional.

Os Estados Unidos não fecharam as portas às negociações globais, disse o Chanceler da Nigéria, Ishaya Audu, mas impuseram condições muito duras para realizá-las.

O Presidente Reagan declarou que os países podem orientar seus esforços utilizando organismos como o Banco Mundial e o FMI para as negociações que se deseja chamar globais.

É neste ponto citado por Reagan que está uma das diferenças principais entre a posição americana e as da maioria dos países presentes a Cancun. O Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, defendeu a tese de que não se pode deixar os principais problemas somente a critério dessas instituições (Banco Mundial, FMI etc.), onde o poder de voto dos países ricos prevalece para decidir sobre questões de desenvolvimento que abrangem áreas como comércio, tecnologia e energia. Exige-se, portanto, disse ele, um foro mais amplo de discussões, sugerindo levar o debate à ONU.

Admitiu o Ministro Saraiva Guerreiro que não há país participante do Diálogo Norte-Sul, cuja posição coincida exatamente com a defendida pelos Estados Unidos, nem mesmo dentro do bloco dos países industrializados.

O Presidente Nyerere, da Tanzânia, mostrou que nenhum dos países participantes de Cancun é contra a iniciativa privada, mas o problema não pode ser centrado em investimentos privados em países do Sul, mas na necessidade de financiamentos para infraestrutura, que só podem ser obtidos através de ajuda oficial, já que a iniciativa privada jamais se interessaria pela baixa rentabilidade dos investimentos.

Esta também foi a opinião expressada pelo Ministro Saraiva

Guerreiro que mostrou que não há problemas de liquidez nos países do Sul. A questão é buscar eficiência maior dos recursos aplicados nesses países. Ele destacou a necessidade de mudanças estruturais nas relações financeiras internacionais, com novas bases para reciclagem dos recursos.

O destaque do último dia da Conferência de Cancun foi o interesse e apoio de muitos países desenvolvidos e de países-membros da OPEP para a criação de uma filial de energia do Banco Mundial. A Arábia Saudita mostrou-se também favorável, com recursos adicionais do BIRD, desde que as contribuições não sejam limitadas aos países da OPEP. A Alemanha, Suécia e Canadá também mostraram-se favoráveis.

Quase ao final da reunião o Diretor de Comunicações da Casa Branca, David Gergen, declarou que os Estados Unidos continuam opondo-se à criação de uma filial energética do Banco Mundial.

O Ministro Saraiva Guerreiro, em Cancun, defendeu a necessidade de apoio financeiro dos países do Norte para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia do Sul. Deu seu apoio à criação da filial de energia no BIRD com recursos adicionais (a proposta inicial envolvia 12 bilhões de dólares em uma primeira etapa, atingindo 22 bilhões de dólares em uma segunda etapa).

Ele abriu os debates sobre comércio internacional pedindo mudanças nas regras do jogo. Mostrou que é necessário medidas favorá-

veis aos países em desenvolvimento em todas as áreas do GATT.

O Ministro Guerreiro defendeu a eliminação de barreiras tarifárias para produtos produzidos nos países em desenvolvimento e ampliação das listas de produtos no Sistema Geral de Preferências (SGP), pelo qual os membros do GATT concedem vantagens às exportações dos países em desenvolvimento.

No âmbito do GATT condenou a tese da graduação de alguns países de maior desenvolvimento relativo, classificando-a de ineficaz e contraditória. Solicitou que em 1982 a reunião do GATT deve deter-se nos temas do Diálogo Norte-Sul.

O Brasil mantém a expectativa que se obtenham alguns progressos de negociações globais, mesmo que seja em grau genérico.

Comentários

A evolução das posições dos países, a nível mundial logo após a Segunda Guerra, conduziu à organização econômica pela constituição de diversos organismos que passaram a ser a parte complementar com que cada país contava para solucionar seus problemas.

Os países em todos os continentes iniciaram pelos processos de integração a ter maiores diálogos, muitas vezes, é verdade, não chegando a conclusões, mas orientando-as para o futuro.

Os contatos e as comunicações ficaram mais fáceis, cada país sabendo, quase no mesmo momento,

o que os outros pensavam. Sente-se problemas similares e condução isoladas de decisões e de proposições.

Fica claro a necessidade de modificações, através ou não dos organismos existentes. Chega-se ao interesse por uma Nova Ordem Econômica Internacional e desenvolve-se o Diálogo Norte-Sul. Discutem-se proposições conjuntas. As reações de parte a parte ficam mais abertas. Os problemas são apresentados com mais nitidez.

Assim é que se pode criticar os resultados da reunião de Cancun, que teve o intento de reunir uma cúpula representativa para movimentar o Diálogo Norte-Sul. Aí discutiu-se com ênfase tecnologia, comércio, alimentação e energia, problemas prementes dos países em desenvolvimento. Mas algumas soluções foram apontadas e estão evoluindo, mesmo com posicionamentos firmes e contrários.

Agora mesmo, em janeiro de 1982, quando finalizávamos este artigo, o Presidente do BIRD (Banco Mundial), Sr. Tom Clausen, afirmou em Tóquio que não acha adequado o Diálogo Norte-Sul, já que coloca os países industrializados em um lado e os países em desenvolvimento de outro.

Disse ele que o Diálogo Norte-Sul tornou-se estático, simplificado e contencioso, com tendências à confrontação, obscurecendo a realidade.

O Sr. Clausen disse que a divisão em países industrializados e

países em desenvolvimento é falha. Que a divisão deve ser mais ampla: Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão, Europa Oriental, Oriente Médio, países recém-industrializados, países populosos como a China e países desesperadamente pobres, como os da África subsaariana.

Até que ponto novas proposições como essas do Sr. Clausen podem interessar ao Brasil, é algo que devemos considerar e analisar; ou fortalecer outras proposições mais integradas.

Além dos comentários sobre as intervenções brasileiras feitas em Cancun, que registramos, uma coisa fica muito clara: o Brasil hoje posiciona-se ao lado dos países em desenvolvimento, com maturidade e espírito transformador.

O Brasil não agride, mas em política externa tem posições firmes e aproveita sua vocação para o diálogo, fazendo uma opção universalista.

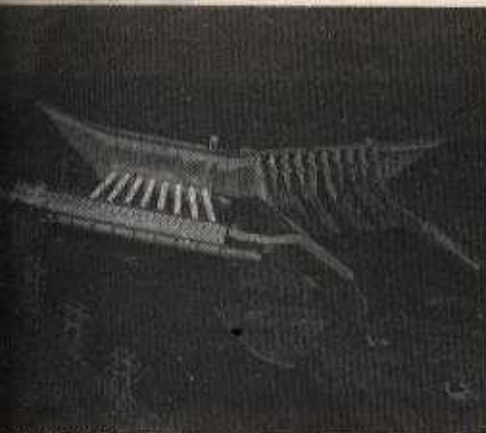
Nosso país não está presunçoso e excluído do diálogo mundial. Passou do milagre irreal à ação concreta. Participa, conjuga interesse, com modéstia ganha posições.

Na última década a segurança e o fortalecimento de nossa política externa são tão nítidos que seria o caso de até questionarmos os nossos dirigentes e políticos em geral, se aí não estaria, com pequenas divergências, um ponto de apoio e concordância para o diálogo aberto, também a nível interno.



Dalton Daemon é Economista da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia da ECEME. Economista e geógrafo. Especialização em Planejamento Econômico — França. Doutor em Comércio Internacional. Cursos da AMAN e da ECEME.

A história da energia no Brasil tem um capítulo inteiro escrito pela Mendes Júnior.



Hidroelétrica de Marimbondo



Hidroelétrica de Itumbalara



Ilha de concreto "off shore"



Usina de aço

Ná década de 50 o Brasil deu o primeiro passo para superar o racionamento que então justificava a construção de uma usina. Foi o capítulo "hidroelétricas promovendo a política de desenvolvimento nacional."

Com apenas 7 anos de vida, a Mendes Júnior enfrentou o seu primeiro grande desafio na construção de Furnas e comprometeu-se integralmente na geração de energia para o País.

Já estão em funcionamento as hidroelétricas de Cachoeira Dourada,

Rio da Casca, Boa Esperança, Jaguará, Volta Grande, Moxotó, Marimbondo e Itumbalara. A Mendes Júnior participa agora da construção de Taquanaçu, Itaparica e Itaipu.

Hoje a Mendes Júnior é responsável por 25% da potência hidroelétrica instalada no País. Mas, a sua contribuição não se limitou ao capítulo hidroelétricas.

Ela se integrou ao esforço de exploração do nosso petróleo. No mar, construiu plataformas off-shore de concreto que operam no Nordeste e constrói uma Jaqueta

metálica para a Baía de Campos. Na terra, construiu a primeira usina de beneficiamento de algodão.

Hoje, quando a Mendes Júnior olha para trás, não pode exaltar o orgulho pela sua parcela no desenvolvimento do País.

E, com muita satisfação continua aumentando sua capacidade técnica, vontade e determinação, para escrever novos capítulos da história de nossa luta para alcançar a auto-suficiência energética.

Quanto forem necessários.



Mendes Júnior



SOCIOLOGIA MILITAR

Ney da Silva Oliveira

A existência de inúmeras definições, todas elas incertas e questionáveis, torna muito difícil chegar-se a uma que seja plenamente aceita como retratando com exatidão o que é a Sociologia. Até mesmo entre os autores considerados importantes no desenvolvimento do pensamento sociológico, e que as diversas escolas indicam como precursores dos atuais conceitos, ocorrem divergências. Auguste Comte, Herbert Spencer, Emile Durkheim e Max Weber, aceitos por todos como figuras centrais da história do pensamento sociológico e do desenvolvimento da sociologia moderna, exerceram profunda influência sobre sua concepção como matéria científica e o modo de encará-la.

Auguste Comte (1798-1857), a quem se atribui o termo "sociologia", considerou-a dividida em duas partes principais: a estática social e a dinâmica social, que, em

diversas formas, ainda persistem nos dias de hoje. Segundo sua concepção, na estática social, as principais unidades de análise sociológica são as maiores instituições ou complexos institucionais, tais como a família, a economia, a política etc. Concebeu a Sociologia, então, como o estudo das relações entre tais instituições.

Na dinâmica social, Comte considerou como unidade de análise a Sociedade como um todo, procurando demonstrar seu desenvolvimento e suas transformações através dos tempos. Comte estava convencido de que todas as sociedades movem-se através de determinadas fases de desenvolvimento e progridem em busca de uma perfeição sempre crescente. Hoje, embora tais teorias tenham poucos defensores, é importante recordar que ele considerou o estudo comparativo das sociedades como um todo unitário, um dos conceitos

mais importantes da análise sociológica.

Herbert Spencer (1820-1903), com sua obra *Princípios da Sociologia*, foi muito mais preciso que Comte na especificação dos temas ou campos particulares sobre os quais a Sociologia deve ocupar-se. Segundo ele, os vários campos de indagação sociológica compreendem a família, a política, a religião, o controle social e a indústria ou o trabalho, citando explicitamente, também, o estudo sociológico das associações e comunidades, a divisão do trabalho, a estratificação social, a sociologia do conhecimento e da ciência, o estudo da arte e da estética.

Spencer sustentava que a Sociologia deve ocupar-se das relações entre os diversos elementos da sociedade, explicar o modo pelo qual as partes influenciam o todo e são, por sua vez, por ele influenciadas, como elas podem transformar-se e ser transformadas. Para ele, a unidade de análise sociológica é a sociedade como um todo, sua estrutura e as funções por ela desenvolvidas, independentemente, sempre que possível, dos fatos e circunstâncias particulares.

Emil Durkheim (1858-1917), fundador da primeira revista francesa de Sociologia, compreendia essa matéria dividida em sete partes: sociologia geral, da religião, do direito e da moral, criminal, econômica, demográfica e da estética. Esse esquema, datado de 1896, poderia, ainda, ser usado para uma análise geral da Sociologia contemporânea. Durkheim enfatizou a

importância da análise das relações entre as instituições e o ambiente. Cada fato social, no seu entender, deve se referir a um particular ambiente social.

Max Weber (1864-1920) era de opinião que os sociólogos deviam estudar a ação social interpretando os processos motivadores dos personagens de uma situação. Atribuía um significado muito amplo à expressão "ação social" ou "relação social", que, para ele, é o objeto particular da Sociedade.

Considerando-se os pontos de vista desses quatro autores, a Sociologia deve, segundo o pensamento clássico:

- estudar uma ampla série de instituições, desde a família até o Estado;
- analisar essas instituições sob o ponto de vista sociológico;
- examinar as relações entre as diversas instituições.

Então, as Forças Armadas merecem tratamento sociológico.

DEFINIÇÃO DE SOCIOLOGIA

O que é, afinal, a Sociologia?

Segundo Comte, ela é, antes de tudo, um instrumento de ação social, empenhado contra a ideologia revolucionária e reacionária. Para Spencer, a Sociologia é a ciência destinada a esclarecer as leis espontâneas da evolução da sociedade concebida como um organismo social. Para Durkheim, ela é a ciência dos fatos sociais. Para Weber, é a ciência que visa à interpretação da ação social.

Como já visto, tanto essas como as inúmeras outras definições são incertas e questionáveis, particularmente quando se considera o desenvolvimento moderno da Sociologia. Entretanto, pode-se chegar a uma conceituação aceitável da matéria quando se encara "o que ela faz", ao invés do "que coisa ela é".

Assim considerando, pode-se dizer que a Sociologia "é a ciência que estuda os vários fenômenos e processos sociais, mediante técnicas inspiradas na metodologia das ciências naturais, com a finalidade de definir as tendências de desenvolvimento das diversas Sociedades".

Então, reforçamos, as Forças Armadas merecem tratamento sociológico.

A SOCIEDADE MILITAR NA SOCIEDADE GLOBAL

No início deste século, alguns sociólogos sustentavam que o Exército, assim como outros grupos, não merecia ser considerado como sociedade, por lhe faltarem raízes biológicas, idéia posteriormente contestada por Levi Strauss, para quem todos os fatos sociais pertencem à Sociedade, razão por que os referentes aos militares também nela devem estar compreendidos. Realmente, a Sociedade, modernamente, é considerada de modo global, como uma entidade total, concreta e referente intimamente à história da evolução do grupo, em seu todo.

A distinção entre civis e militares carece de base; nunca existiu,

efetivamente, nem mesmo nos tempos mais antigos. Todos derivam do mesmo espírito de sociedade, a qual, como estrutura global, une todos os seus membros, independentemente da profissão que exercem.

A idéia de "força em contraposição ao povo", apresentada comumente como representando militares e civis, respectivamente, é uma figura errônea da História da humanidade. Provém dos tempos medievais e caracteriza, sobretudo, o obscurantismo social daquele período, quando sobressaíam-se os exércitos a soldo (origem do termo soldado) dos reis e senhores feudais, opressores do povo.

A sociedade militar, em realidade, é a mesma sociedade civil, embora nela se façam sentir, de modo mais forte, os antigos laços que unem os homens entre si, e estes às armas e a seus chefes. Ainda que constituindo, por suas características e sua problemática, uma coletividade específica, não é e não deve ser considerada como entidade isolada do resto do País, até mesmo como consequência direta da atual concepção de Segurança Nacional e da evolução sócio-econômica da Nação.

De fato, a Segurança Nacional, encarada como uma situação da Nação como um todo, não pode ser considerada como da responsabilidade exclusiva do Estado, e sim de toda Nação, com todos os seus indivíduos, seu patrimônio, suas instituições, seus valores e sua cultura, reclamando a cooperação de toda a comunidade nacional. Tais considerações induzem à ne-

cessidade de se ter uma visão mais adequada sobre o papel das Forças Armadas, que transcendem o aspecto unicamente militar, isto é, uma visão sócio-militar.

Se a Segurança Nacional é entendida como um dever coletivo, que abarca todos os campos (político, econômico, militar e psicossocial), e como, por outro lado, ela influi profundamente sobre a posição dos militares, que, necessariamente, devem estar a par de todos os aspectos da vida nacional, os limites existentes entre a esfera civil e a militar vão se esvanecendo consideravelmente, e a interdependência entre o complexo social e a instituição militar mostra-se, hoje, tão grande que dificilmente, pode-se conceber as Forças Armadas como um organismo autônomo e isolado.

A SOCIEDADE MILITAR: ORIGENS

Nos tempos mais remotos, as sociedades primitivas não conheciam distinções entre civis e militares: todos eram pastores, agricultores, artesãos etc, durante os períodos de trégua, e todos eram guerreiros durante os conflitos. Com o passar dos anos e até tempos não muito remotos, a antiga e perfeita identificação povo-exército era ainda evidente nas manifestações da coletividade organizada, cujo chefe situava-se no vértice da hierarquia, reproduzindo, ainda que exteriormente, a posição que os chefes ocupavam na época em que os grupos eram dirigidos por aqueles que os conduziram durante as guerras.

Essa ambivalência — civil e militar — da organização social pôde subsistir enquanto os conflitos entre os grupos se desenvolveram sob a forma de pequenas escaramuças, de rápida duração. A partir do momento em que os conflitos passaram a se desenvolver, assumindo características mais sérias e duração mais prolongada, não mais se tornou possível empregar todo o povo nas ações de combate, quer por falta de adestramento de muitos de seus componentes, quer para não serem prejudicados os trabalhos voltados para a produção de recursos vitais, que, se não fornecidos, provocariam o colapso dos grupos combatentes.

A guerra, portanto, existia antes mesmo que se formassem grupos especificamente adestrados para as ações de combate. A necessidade de a população ser repartida em grupos voltados para o combate e grupos dedicados à produção dos recursos indispensáveis a sua manutenção fez surgirem as primeiras manifestações de distinção entre guerreiros e trabalhadores, entre esses últimos incluídos, também, os inimigos capturados, depois que se compreendeu a vantagem de se empregá-los como força de trabalho, ao invés de exterminá-los.

Por isso, pode-se dizer que a guerra é o fenômeno social em decorrência do qual tornou-se necessária a constituição das Forças Armadas, como grupo com a função específica de desenvolvê-la e regido por princípios organizacionais compatíveis com tal fim.

Com o passar dos tempos, formaram-se dois grupos distintos: um dedicado prevalentemente à política e às atividades civis em geral; outro encarregado prevalentemente da preparação para a guerra. Isto provocou uma tendência à diferenciação cada vez mais acentuada entre as atividades civis e as atividades militares, até mesmo devido ao tecnicismo que essas últimas comportavam, e fez surgir, no ambiente militar, valores e sistemas de vida totalmente particulares, que, com o tempo, estabilizaram-se e universalizaram-se.

Depois disso, teve lugar uma fase de desenvolvimento e difusão do poder econômico, que levou seus dirigentes a um distanciamento cada vez maior em relação aos assuntos militares, os quais, entretanto, tornavam-se progressivamente mais técnicos (especialização de cavaleiros, arqueiros, balestreiros; organização da engenharia militar, tendo em vista a travessia de cursos de água, o assédio às cidades e fortificações, o preparo das defesas fixas etc), exigindo o concurso de militares profissionais. Generalizou-se a resistência das diversas classes em se dedicarem à atividade militar, ao mesmo tempo em que se acentuava, cada vez mais, a exigência de serem aumentados os efetivos militares.

Na época medieval, enquanto a burguesia tornava-se uma classe cada vez mais rica, ante o crescimento das cidades e das atividades comerciais, a aristocracia feudal foi se tornando progressivamente isolada do resto da população, até que os ricos burgueses se apossa-

ram do poder, favorecidos pela tendência de se formarem grandes estados, com o conseqüente e necessário desmantelamento do poder feudal. Mas, para ser verdadeiramente forte, um soberano precisava ter um exército capaz de impor sua vontade; e os ricos burgueses não possuíam vocação para as lides militares.

Tal dificuldade foi superada da pior maneira possível: a constituição de forças mercenárias. Surgiu, então, um grande número de profissionais da guerra, que se colocavam à disposição de quem pagasse melhor e passavam, indiferentemente, de um patrão para outro. Assim nasceram as "companhias de aventureiros", cujas primeiras manifestações de que se tem notícia remontam aos fins dos anos de 1300. Indiretamente, segundo alguns, essas companhias foram a razão do nascimento dos exércitos nacionais permanentes, se é verdade que esses se moldaram sobre o núcleo de soldados que Carlos VII constituiu para ter a sua disposição uma força que lhe permitisse dispensar os mercenários após uma campanha findar.

De qualquer modo, não há dúvida de que os exércitos permanentes surgiram em razão da necessidade de as companhias de aventureiros serem substituídas. Sua formação, pois, foi favorecida pela dissolução do feudalismo, que fez surgir, na França, a necessidade de se encontrar uma solução social para o gravíssimo problema representado pelas milhares de famílias que viviam nos feudos, e que pro-

curavam resolver sua situação até mesmo com violência.

Assim, no reinado de Luís XIV, nasceu o primeiro exército permanente, modernamente entendido, com hierarquia de postos, graduações e funções; uniformidade de armamento e fardamento; princípios organizacionais específicos, inteiramente diferentes dos utilizados pelas classes dedicadas às atividades civis; e um código moral próprio, baseado no respeito à honra militar.

A sociedade feudal havia elevado a valores extremos a fidelidade pessoal, a honra, a lealdade, o prestígio do combatente e o valor militar, caracteres que foram introduzidos no exército permanente. O ingresso de um nobre no exército do rei implicava em sua renúncia aos direitos feudais que possuía. Não obstante, conservava todos os seus demais privilégios (isenção de impostos, foro especial, manutenção de seus outros empregos públicos etc), em reconhecimento a sua obrigação de defender o estado. Dizia-se que ele pagava, em lugar do imposto em dinheiro, o imposto de sangue. O princípio de não intervenção dos militares nos negócios políticos tornou-se, bem rapidamente, uma tradição nos exércitos e, juntamente com os atributos de honra, valor e fidelidade, formaram-se os cânones imprescindíveis à vida militar.

Durante a época do iluminismo, sob a égide da racionalidade, os valores ideais do combatente foram refutados. A moral burguesa não desejava nem guerra, nem guerrei-

ros, mas somente cidadãos dedicados ao trabalho e ao progresso econômico e civil. A sociedade, entretanto, viu-se constrangida a tolerar a sobrevivência das Forças Armadas, como preço a pagar para conservar o sistema de equilíbrio entre as potências européias. E a separação entre civis e militares agravou-se.

A Revolução Francesa, revalorizando a figura do combatente, envolveu não apenas os militares, mas todos os cidadãos da nação em armas. Com efeito, foi uma grande conquista democrática, dentro do princípio do direito-dever de todos os cidadãos defenderem o próprio país. Além disso, o grande afluxo dos burgueses ao Exército francês trouxe consigo toda a força intelectual, a capacidade de iniciativa e a operosidade que a classe havia acumulado e amadurecido em suas conquistas no campo civil, promovendo uma grande renovação da organização militar, que continuou mantendo, no entanto, sua coesão e os valores atribuídos à honra e à fidelidade militar.

Os outros países, tendo imitado o modelo francês, também adotaram os mesmos valores morais, que se tornaram atributos comuns a todas as Forças Armadas européias, mas especificamente e exclusivamente militares, distintos de qualquer outro grupo de normas ou princípios. Assim, quando o absolutismo deu lugar aos regimes burgueses, que suprimiram o privilégio de os oficiais serem recrutados somente entre os nobres, as novas levas de militares não ti-

veram dificuldade em se adequarem a esse estilo de vida, nele encontrando motivo de elevação social.

Os valores fundamentais das Forças Armadas — honra e valor — originários do feudalismo, permaneceram íntegros, enquanto que o mais recente atributo — fidelidade — dedicado à dinastia reinante, transformou-se em lealdade à nação, ao estado, ao povo e à pátria. Não obstante, a separação entre civis e militares, experimentada durante o regime feudal, permaneceu como idéia viva através dos tempos, manifestando-se ainda hoje, mais que como simples e infundada opinião, a despeito da crescente e indiscutível interdependência existente entre o complexo social e a instituição militar.

A SOCIEDADE MILITAR ATUAL

Hoje, as Forças Armadas, resultantes do processo evolutivo examinado no parágrafo precedente, constituem um organismo social de características próprias, sobre o qual influem cada vez mais fatores sociais e psicológicos diversos. Além de serem um grupo social específico, no qual os indivíduos sentem-se unidos, sobretudo, pela consciência de possuírem um mesmo código moral e uma mesma forma de pensar, mais do que pelo fato de desenvolverem atividades comuns, as Forças Armadas possuem fortes traços típicos, por terem uma estrutura racional, na qual à eficiência organizacional se aliam uma absoluta centralização

do comando e um rigoroso sistema disciplinar.

Para essa tipicidade, contribuiu notavelmente a psicologia particular do militar, que, ainda que conservando as características tradicionais da classe, vem absorvendo muitos aspectos do mundo moderno. Ao senso de disciplina, ao espírito de sacrifício, à coragem física, ao culto à honra e a outros atributos, vão se somando algumas deformações que podem, inclusive, provocar um distanciamento entre militares profissionais e os não-profissionais, e, de modo geral, do resto da nação.

Uma dessas deformações é a tendência à burocratização, da qual decorre o risco de se multiplicar a figura do "funcionário uniformizado", e quando isto "eclipsa o soldado, o papel substitui a espada, e o odor de naftalina toma o lugar do da pólvora do canhão". Somente o emprego prioritário do militar nas funções concernentes à atividade-fim da Força garantirá sua operacionalidade.

Outra deformação decorre, em contrapartida, da extrema profissionalização dos militares, causando um dos mais agudos problemas de nossa sociedade: a tendência ao isolamento em relação a outros grupos sócio-profissionais, favorecida pela adoção, pelos militares, de uma diferente escala de valores, por sua formação diferente e suas frequentes mudanças de guarnição.

Não obstante os aspectos negativos desse isolamento, que pode conduzir a sociedade militar a um completo distanciamento do resto da nação, nela permanecem vivos

os traços geralmente considerados positivos, tais como a conservação do próprio sistema de valores e a possibilidade de seus integrantes manterem-se à margem de tensões e contrastes da vida política, sem que isso signifique um imobilismo abstrato em relação às mutações de uma sociedade que se desenvolve, e que é possível evitar-se mantendo-se as Forças Armadas abertas aos interesses da sociedade nacional, às transformações em curso e às correntes culturais da época.

Mas, justamente disso decorre uma outra deformação, criada na estrutura militar em consequência a um novo tipo de conflito experimentado pela sociedade contemporânea — a subversão, com suas armas prediletas: a guerrilha e o terrorismo — surgido em inúmeros países.

Esse novo conflito social fez com que, em defesa da sociedade nacional, as Forças Armadas desses países passassem a ser empregadas em atividades que, cada vez mais, afastavam-nas de sua finalidade tradicional, muitas vezes com sérios reflexos negativos na manutenção de sua operacionalidade com vistas à segurança externa, quer quanto ao adestramento do pessoal, quer quanto ao seu equipamento.

O emprego das Forças Armadas contra o inimigo interno, nos muitos países em que a subversão se manifestou, afetou grandemente seu relacionamento com a sociedade civil, que passou a encará-las como forças policiais, o que as diminuiu, delas se distanciando ainda mais, não mais experimentando

o mesmo orgulho que, normalmente, toda a nação sente por suas forças militares, como ocorre nos momentos em que a segurança externa é ameaçada, ocasião em que todos se unem — civis e militares — contra o inimigo comum.

A esses reflexos, vieram se somar os oriundos das dificuldades econômicas experimentadas pela maioria dos países, nos últimos anos, a impedir dispêndios de verbas visando a atender às reais necessidades de suas Forças Armadas. Concentrados no desenvolvimento e no bem-estar social, os governos passaram a restringir os gastos nacionais com suas forças militares, decisão até certo ponto explicável, ante as necessidades de menor monta que a segurança interna exigia, tudo isso no quadro de restrições econômicas realmente incontornáveis.

Entretanto, no âmbito da sociedade militar, tais fatos acarretaram profundos reflexos, não apenas no tocante à aquisição de materiais e desenvolvimento de tecnologias próprias, que permitissem o atendimento de suas necessidades, mas, também, quanto ao seu próprio adestramento. E quando uma organização, qualquer que seja, não consegue desenvolver convenientemente nem mesmo o adestramento de seus integrantes, com vistas à atividade-fim a que se destina, sofre profunda frustração, com efeitos extremamente maléficos em cada um de seus integrantes e, em sentido mais amplo, sobre sua profissionalização.

Além de todos esses fatos, a problemática do militar de carreira

sofre, ainda, outra influência do ambiente real da sociedade contemporânea. Ocorre, também, avaliar em que medida essa sociedade oferece idênticas possibilidades aos indivíduos que pretendem escolher a profissão militar, em particular no que diz respeito a um mercado de trabalho no qual, para um nível técnico-cultural análogo, existem perspectivas de numerosos outros empregos, de elevada remuneração.

A vocação militar não pode deixar de se ressentir ante toda essa gama de influências, e somente um alto grau de aceitação dos valores próprios da vida militar pode equilibrar o esforço necessário à sujeição a tal situação. E não se tem mostrado fácil, na sociedade moderna, o recrutamento de um número suficiente de pessoal adequadamente em condições de servir profissionalmente nas Forças Armadas, justamente em consequência de todas essas influências experimentadas pela sociedade militar.

No futuro, uma série de acontecimentos, como a evolução das sociedades e o aperfeiçoamento cada vez maior dos equipamentos bélicos, transformarão enormemente as instituições e os próprios conceitos de guerra e de paz, em todo o mundo.

Nesse quadro, é válido indagar-mos: como será a futura organização militar?

A essa indagação, as respostas são, sem dúvida, incertas. Todavia, é-nos possível delinear uma tendência: a mudança no tipo de relações entre Forças Armadas e o restante do país. Realmente, uma

maior participação de todos os cidadãos nos problemas relativos à Segurança mostra-se como fator cada vez mais imperioso. Como consequência, é perfeitamente correto esperar-se uma crescente integração das duas sociedades — civil e militar — componentes que são do mesmo grupo social, a sociedade nacional.

A CONDIÇÃO MILITAR

Torna-se indispensável verificarmos, sob o ponto de vista sociológico, a posição daquele que, ainda que componente da sociedade geral, pertence, também, por profissão, à sociedade militar. Não uma visão apenas quanto a sua função, seu status, sua situação administrativa, mas, sobretudo, como um conjunto de motivações, impulsos, normas de comportamento, vínculos e condicionamentos que o modelam segundo características particulares e acabam por torná-lo uma figura exclusiva e inconfundível.

O militar pode ser conceituado, em rápidas palavras, como um cidadão como qualquer outro, mas que, a partir do momento em que, por vocação, escolheu a carreira das armas, assumiu uma carga extremamente onerosa, que outros dificilmente suportariam. Este conceito expressa a essência da condição militar, que, hoje, parece sofrer uma forte crise de credibilidade, no quadro crítico maior atravessado por todos os setores da vida moderna e instituições da sociedade.

As contestações e as críticas atingem o homem também na es-

fera moral, individual e comunitária, nas artes, no trabalho, na escola e na própria família. Seria ilusório, evidentemente, pensar que a condição militar, que diz respeito a indivíduos pertencentes a uma sociedade em crise, pudesse estar livre dos efeitos de tal situação.

Ainda que não exista alguém capaz de, em sã consciência, negar a necessidade de as Forças Armadas existirem, essenciais que são para a segurança de qualquer país, inexiste, também, qualquer aspecto da condição militar que seja imune a toda sorte de críticas e ataques. O alvo principal dessas críticas é sempre a chamada "mentalidade militar".

Diz-se que "o militar é desejoso, se não de verdadeiras guerras, pelo menos de acontecimentos excepcionais que lhe permitam o uso da força e, com essa, a afirmação da autoridade que, juntamente com a disciplina, representa o credo de sua vida". Diz-se, também, que "nutrindo-se desses conceitos sagrados e invioláveis, o militar profissional vive uma vida fora da realidade em curso, baluarte de tradições, nostálgico de tempos mais adequados ao seu modo de agir, incapaz de inserir-se harmonicamente na sociedade, que diz querer defender".

Um outro sociólogo declara que "o hábito de vida de caserna, onde a hierarquia e a disciplina são absolutas, onde não se discutem ordens e onde o uso da inteligência crítica torna-se supérfluo, conduz ao autoritarismo. Tal tendência se transfere para fora dos quartéis, com um desejo inevitável de intro-

duzir a mesma ordem absoluta na vida civil".

Mas as críticas não se litam apenas a esses pontos. Em meio a uma sociedade eminentemente voltada para os aspectos econômicos, a situação do militar sofre constantes e violentas contestações, conseqüentes à discussão que se estabelece a respeito da validade da organização militar sob tal ponto de vista, e que provoca um desajustamento cada vez maior entre a sociedade militar e a sociedade civil. Realmente, a avaliação do desempenho das organizações, modernamente, sendo feita segundo critérios econômicos, ou seja, em função de sua contribuição para o desenvolvimento econômico da sociedade, dá margem a que a organização militar se veja contestada, e os gastos militares sejam considerados desperdício de investimentos públicos, particularmente em épocas em que as disponibilidades em recursos governamentais mostram-se muito aquém das necessidades, de onde decorre o estabelecimento de prioridades entre os programas de desenvolvimento a serem postos em execução.

Nesse quadro — muito semelhante ao ocorrido durante a época do iluminismo — a condição militar sofre constrangimentos de toda a ordem, a ponto de os militares verem-se sob a pecha de "parasitas da nação". Além disso, a própria organização, pouco contemplada na alocação de recursos, particularmente em países que atravessam longos períodos sem problemas ligados à segurança externa, sofre um processo de enfraque-

cimento gradativo, com graves reflexos não só sobre sua operacionalidade, mas, também, sobre seus próprios integrantes, que passam a sentir profunda frustração profissional e alienação em relação à sociedade nacional, à qual nunca deixaram de pertencer, mas que os marginaliza, de certo modo.

Diante de tal situação, não é fácil a um jovem, em época de definir-se quanto à profissão que abraçará, escolher a carreira das armas. A vocação militar, devido a esse progressivo esvaziamento de seu conteúdo genuíno ideal, muito mais do que por outras causas colaterais, entre as quais a da escassa competitividade econômica com outras carreiras (o que nem sempre é verdade, especialmente para os jovens), resulta desacreditada, pouco atraente.

Na realidade, a condição militar em uma sociedade democrática — porque em uma sociedade não democrática ela é indiscutível, como numerosos exemplos o comprovam — tem que ter uma exata colocação.

Se uma revisão e uma atualização de conceitos são necessárias — e a nós nos parecem indispensáveis — devem ser evitadas algumas “soluções fáceis”, que, na verdade, não resolvem nada e, mais do que isso, agravam o problema. Uma delas diz respeito à renovação da condição militar com base em conceitos do passado, em hiperbólica exaltação das virtudes militares e desprezando as críticas que lhe são dirigidas. Outra, diametralmente oposta, versa sobre uma total mudança daquela condição, visando a

transformá-la em uma situação idêntica à das inúmeras outras profissões, sem uma característica de vida própria, numa tentativa de absoluta paridade com a “condição civil”.

Parece-nos possível afirmar que a tendência ao estabelecimento de um confronto entre a condição militar e a de um elemento de qualquer organização civil não seja racional. Certamente existem muitos pontos de contato entre ambas, e é necessário identificá-los, mas as duas diferem substancialmente quanto a seus objetivos, deveres e natureza de trabalho que desenvolvem.

Se quisermos adaptar o serviço militar às regras e costumes do trabalho nas organizações civis, acabaremos por nos esquecermos de que a função basilar das Forças Armadas é a de preparar seus homens para o cumprimento de missões sob circunstâncias extraordinárias, isto é, situação de guerra. E esquecer isto significa tirar todo o sentido da condição militar, fazendo-a perder credibilidade muito mais do que se sustentarmos, abertamente, a clara e insofismável diferenciação que existe entre ela e a condição civil. Mas, se a condição militar tem características próprias, que a impedem de absorver indiscriminadamente todas as transformações por que passam as profissões civis, existem entre militares e civis relações indissolúveis, que nascem da natural necessidade de ligações funcionais entre ambas as sociedades e que são, na época atual, cada vez mais indispensáveis.

A Segurança Nacional, em qualquer país, não é mais uma exclusividade de suas Forças Armadas, como já afirmamos. Ela é assegurada pela ação conjunta de todos os recursos materiais e morais do país. À luz de tal princípio, a evolução da condição militar, na época atual, deve se processar tendo presentes dois objetivos fundamentais:

- salvaguardar suas características intrínsecas mais importantes;
- alinhar-se, harmonicamente, com o sistema de vida adotado pela sociedade nacional.

Se assim for feito, cremos que a organização militar renovar-se-á refletindo em si a tendência dos tempos, sem renegar seus princípios estruturais básicos e desenvolvendo ao máximo as relações de colaboração, no pressuposto de que nessa podem ser perfeitamente conciliadas autoridades, disciplina e obediência. Se isto for verdade — e é — o militar moderno encontrará na sua condição motivos de interesse e de satisfação e sentir-se-á perfeitamente integrado na sociedade nacional, de que faz parte.

A SOCIEDADE CIVIL: PARTICIPAÇÃO NOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA E DAS FORÇAS ARMADAS

É importante focalizarmos um aspecto dos mais interessantes no estudo das relações entre civis e militares: a participação dos cidadãos e da opinião pública nos problemas de Segurança e das Forças Armadas. Parece oportuno para

todos — e essencial para os militares profissionais — conhecer a colocação das Forças Armadas no âmbito da sociedade que as circunda e à qual os "cidadãos uniformizados" pertencem. Porque trata-se, fundamentalmente, das relações entre a sociedade militar e a sociedade civil, que se configuram, na maior parte, no grau de participação dessa última nos problemas da primeira.

Há muito tempo ouve-se falar da dificuldade de relacionamento entre as duas "culturas" — a militar e a civil — que, no entanto, são a mesma cultura nacional. Durante todo esse tempo, assiste-se ao constante trabalho das Forças Armadas no intuito de demonstrar que são parte integrante do País, que não constituem um "corpo estranho", que representam os ideais mais altos da Nação. Mas, pode-se afirmar, têm sido obtidos resultados bem escassos com vistas à solução desse problema. Por que isso?

A Segurança, ainda que tenha como principal componente as Forças Armadas, pressupõe, também, a efetiva participação de todos os demais cidadãos, o que nem sempre se consegue, apesar de o assunto vir sendo objeto de um crescente interesse. As Forças Armadas querem desempenhar seu papel, mas num clima de participação, básico para a obtenção de resultados positivos num país onde, à luz da Constituição, a Segurança é dever sagrado de todos os cidadãos.

O que entender por *participar*? No sentido tratado, significa "as-

sociar-se pelo pensamento ou pelo sentimento; ter traços em comum, pontos de contato, analogias; ter ou tomar parte". Dentro desse entendimento, para existir o desejo de participação nos problemas de uma instituição, essa deve ser reconhecida como necessária, útil, essencial, prestigiosa e confiável. A esse desejo, seguir-se-á a vontade de inserir-se naquela instituição, de fazer parte dela. Ou seja, participação significa tomar parte efetiva nas atividades do conjunto, nas preocupações da instituição considerada, na formulação dos objetivos comuns a serem alcançados, nas decisões a serem tomadas. Significa uma parte (sociedade civil) considerar a outra (sociedade militar), e vice-versa; significa colóquio, cooperação.

Da participação deriva a co-responsabilidade, como consequência da personalização dos valores. Em nível racional, de fato, o indivíduo tende a considerar seus os processos em que toma parte. Logicamente, a responsabilidade é função do grau de participação de cada um no processo considerado. Se isto é verdade para qualquer modelo racional de sociedade, também o é quanto ao problema de participação em nível Segurança Nacional e Forças Armadas.

O princípio de defesa (segurança) é um instinto primário, que determina, desde os tempos mais remotos, os mais fortes laços (participação) do indivíduo com a sociedade. A união foi buscada, inicialmente, para aumentar a segurança do indivíduo, segurança que lhe permitia dedicar-se às ativida-

des necessárias a sua sobrevivência.

O homem primitivo participava da vida em grupo por se sentir protegido pela força daquela organização e, com sua força, concorria para o aumento do poder e, em consequência, da segurança coletiva. A evolução da sociedade compreende uma longa série de conflitos e guerras, que, durante todo esse tempo, condicionaram a própria estrutura social, de modo que a necessidade de participação de todos nos assuntos ligados à Segurança sempre ocupou lugar relevante.

Ainda que não seja o caso de se tratar, neste trabalho, da evolução histórica do conceito de Segurança, seria interessante um exame da transformação por ele sofrida, através dos tempos, até os dias atuais, em que pode ser, de forma prática, considerado como tendo assumido um significado muito semelhante ao de "delegação de competência".

Embora sem idéias de generalização, é forçoso concordarmos que o cidadão, com o passar dos séculos, quanto mais evoluía, mais procurava substituir sua participação direta nos assuntos ligados à Segurança por uma participação indireta. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que, nas ocasiões em que os interesses do Estado estiveram em jogo, novamente a participação direta tomou vulto proeminente. Tudo isto mostra que a interesses diversos têm correspondido níveis de participação diferentes. No caso brasileiro, pode-se indagar: existe ou não existe, atualmente, a partici-

pação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e das Forças Armadas? Existe a co-responsabilidade dos cidadãos nesses problemas?

As respostas a tais problemas podem ser consideradas como equivalentes à que se obterá diante de outra indagação: em que grau a sociedade militar está integrada na realidade social de que faz parte?

Continuando o processo indagatório, surgem imediatamente outras questões:

— Se não existe nada disso, por quê?

— Tal participação — admitindo-se que ela não exista — é considerada necessária? O que fazer para criá-la ou reavê-la? Quais as ações indispensáveis a isso? A quem elas competem?

São essas as indagações que, hoje, o problema de participação suscita. De imediato, pode-se afirmar que a participação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e nos problemas das Forças Armadas deixa muito a desejar. Não seria inverídico dizer-se, até mesmo, que ela inexistia.

Se isto é verdade, ocorre procurarmos o porquê desse afastamento. As causas são muitas. Dentre elas, se recordarmos nossa evolução histórica, salientam-se:

- a natural repulsa do elemento civil para com os militares, conseqüente ao mau relacionamento da população brasileira com as tropas portuguesas, durante a época colonial;
- a má imagem do Exército, após a Independência, perante a elite

civil, para quem a monarquia significava uma ameaça de centralismo absolutista, garantido por forças de características pretorianas;

- a presença maciça, no Exército Imperial, de oficiais não nascidos no Brasil, os chamados "brasileiros adotivos", vistos como muito mais leais ao Imperador do que à Nação brasileira;
- o espírito antimilitar liberal durante o I Império, contrário à existência de um Exército permanente e profissional, suspeito de ameaçar a existência da ordem civil, preferindo a constituição de milícias civis sob comandos regionais;
- as idéias antimilitares da classe política, continuadas após a abdicação de D. Pedro I, e que favoreceram a criação da Guarda Nacional, diminuindo drasticamente os efetivos e os orçamentos do Exército, que passou a ser visto como organização sem função específica e dispensável;
- o evidente desinteresse da classe civil em relação aos problemas da defesa nacional, mesmo após a Guerra do Paraguai, retratado nas opiniões de que os efetivos do Exército deveriam ser mantidos em níveis reduzidos, constituindo "núcleo para emergência de uma guerra inesperada";
- os preconceitos da população civil contra a organização militar, como conseqüência da forma violenta segundo a qual se fazia o recrutamento, do mau tratamento dispensado aos recrutas, do longo tempo que o serviço militar comportava, dos

grandes atrasos no pagamento dos soldos e da prática de castigos físicos impostos à tropa, tudo contribuindo para o militar ser visto como indivíduo grosseiro e violento;

- o baixo status social do militar, decorrente do desprestígio vivido pela organização e provocando maior fratura entre militares e civis, com o inevitável desinteresse desses últimos pelos assuntos ligados ao Exército;
- a ascensão de chefes militares como estadistas ou em virtude de movimentos políticos, causando descontentamento na elite civil, durante o II Império e o processo republicano;
- a adoção, por parte do Exército, de uma atitude de retraimento, no período compreendido entre a Abdicação e a Questão Militar, como defesa contra sua situação de desprestígio e a hostilidade civil;
- o rompimento dos vínculos de dependência absoluta do Exército em relação à sociedade civil, ante a mudança de regime ocorrida com a Proclamação da República, acentuando a consciência da condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta na sociedade brasileira;
- a ascensão militar aos primeiros governos do Brasil-República, significando, para a sociedade civil, a usurpação do poder político pelos militares;
- as diversas intervenções militares no processo político nacional.

Verifica-se, facilmente, que a participação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e, particularmente, nos ligados às Forças Armadas nunca existiu. Pelo contrário, os fatos históricos contribuíram decisivamente para o afastamento mútuo entre ambas as sociedades.

Os militares, praticamente, sempre viveram isolados pela sociedade civil. O Exército, em particular, viveu como um Estado dentro do Estado, durante muitos anos, como um mundo fechado, com um código próprio de comportamento e suas próprias convicções. E sempre lamentou a desatenção do Estado para com ele. Mais modernamente, outros motivos concorreram e ainda concorrem para o alheamento da sociedade civil em relação à Segurança Nacional e às Forças Armadas.

Dentre eles, salientam-se:

- a contestação da validade da Organização Militar por parte dos pacifistas.

A tendência das correntes pacifistas atuais, no mundo, é a de convergência em direção ao pacifismo ativo. Diante do perigo de destruição, a paz é um bem muito importante, que merece ser conservado a todo custo, inclusive pela eliminação dos meios bélicos. Daí o fato de os pacifistas propugnam por essa eliminação ou, pelo menos, por uma drástica limitação daqueles meios. Tal conceito é largamente utilizado, nos dias atuais, para se demonstrar a inutilidade das Forças Armadas. Usando, como instrumentos, motiva-

ções de caráter ético-religioso e filosófico, emocionando a opinião pública por meio das imagens de sofrimentos que uma guerra produz, os pacifistas contestam a validade das forças militares.

A associação da idéia de instrumento bélico com a violência, com a guerra e a destruição é outro dos argumentos empregados.

E fazem adeptos em todas as partes, em todos os países. Esquecem-se que o pacifismo, idealismo baseado em palavras de concórdia e de paz, nunca conseguiu impedir as guerras e, provavelmente, nunca conseguirá.

— a improbabilidade de uma guerra envolvendo o Brasil.

Entre os argumentos adotados contra a existência das Forças Armadas, alia-se o que pretende demonstrar quão improvável é o envolvimento do Brasil em uma guerra.

Nosso país, realmente, há muitos anos não vive problemas dessa ordem, excetuadas as limitadas participações nas duas guerras mundiais, assim mesmo em teatro de operações extracontinental. Ações bélicas em território brasileiro não se vêem desde a Guerra do Paraguai.

Do aspecto referente à validade das Forças Armadas, esse raciocínio, alimentado pelo sentimento de que constituímos — e é verdade — uma Nação que ama a paz, é entendido quanto ao significado de Segurança Nacional, cujo conceito passa a ser considerado, meramente, sob o ponto de vista de formulações e discussões teóricas.

— distorções econômicas.

As Forças Armadas são consideradas a "mais deficitária indústria nacional". Seus componentes pessoal e material — ainda que infundadamente, são considerados como absorvendo, anualmente, uma grossa fatia dos recursos financeiros do País, que é retratada de modo mais exorbitante ainda através de comparações com outros setores carentes — por exemplo, o de saúde e o de educação — que necessitam tratamento prioritário.

Para a maioria da opinião pública, os recursos destinados às Forças Armadas são, além de tudo, muito mal administrados, sendo empregados, em grande parte, nas despesas com o pessoal, pouco restando para a modernização de seus meios, como se a Organização Militar fosse uma entidade assistencial unicamente voltada aos problemas da sociedade militar.

— a falta de função social das Forças Armadas.

Diz-se freqüentemente, que as Forças Armadas não realizam uma função social no País, porque tratam os jovens incorporados ao serviço ativo sem lhes dar uma formação técnico-profissional e, sobretudo, sem desenvolver as qualidades espirituais do indivíduo.

Parece-nos uma volta aos tempos passados. Parece-nos a revivificação das palavras de Alberto Torres: "a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o so-

cius da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel, não podendo criar tais qualidades, não chega, também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos...".

Talvez fosse válido rebater tudo isso com dizeres também passados, palavras de Olavo Bilac, segundo o qual o quartel apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo.

De modo equilibrado, afirmamos que muito se faz sob o ponto de vista social nas Organizações Militares. Mas, concordamos, há muito por realizar, e a sociologia militar, quando for implantada nas Forças Armadas, contribuirá, sem dúvida, de modo determinante, para a formação social do indivíduo, que, durante seu tempo de serviço militar, poderá, dentre outros aspectos, desenvolver ou até mesmo adquirir, em expressão bem mais significativa, os atributos atualmente tratados na área afetiva.

Neste ponto, achamos suficientemente caracterizado o afastamento da sociedade civil em relação aos assuntos de Segurança Nacional e das Forças Armadas, bem como as principais causas dessa situação, bastante numerosas e não muito fáceis de serem removidas. A responsabilidade por tal estado de coisas deve ser atribuída, em

parte, à sociedade civil e, em parte, à sociedade militar.

Mas isso não é o importante. O que interessa, realmente, é resolvermos tão grave problema.

A SOCIOLOGIA MILITAR EM OUTROS PAÍSES

Os estudos sociológicos tendo como objeto a Organização Militar são muito recentes. Nenhum trabalho importante foi realizado nesse campo até a 2ª Guerra Mundial, época em que a sociologia militar se desenvolveu de modo imprevisto nos Estados Unidos, pressionados pela transformação de um exército de pequenas dimensões e formado à base do voluntariado no mais formidável instrumento de guerra que o mundo jamais vira.

Os 266.065 militares existentes em 1940 transformaram-se em 8.078.717 em agosto de 1945, sem contar cerca de 10 milhões de trabalhadores empenhados na indústria bélica, desequilibrando completamente a relação exército/sociedade existente naquela época. Para responder às exigências de funcionalidade de tamanho aparato e compreender os novos soldados incorporados ao serviço ativo, o Exército dos Estados Unidos, pioneiro entre todas as demais instituições, empregou a ciência social, criando uma Seção de Pesquisa em seu Estado-Maior, encarregada de:

- estudar o Exército norte-americano como sistema social, a fim de definir os fatores potencialmente disfuncionais, com o ob-

jetivo de preveni-los e/ou atenuá-los;

- estudar as sociedades e os Exércitos inimigos e aliados, sempre com a finalidade de definir os elementos disfuncionais, com o objetivo de acentuá-los e aproveitá-los.

O resultado desse primeiro e grandioso trabalho contido nos volumes do *American Soldier*, foi considerado ótimo, ainda que a Seção de Pesquisa do Estado-Maior tenha sido acusada de desenvolver "Sociologia Para o Poder" e não "para o Soldado".

Críticas à parte, o *American Soldier* representa o primeiro estudo sistemático das relações exército/sociedade e o primeiro exemplo verdadeiro de sociologia militar. A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, esse ramo da Sociologia praticamente foi esquecido. As únicas obras dignas de citação são setoriais, parciais e dedicadas, quase que unicamente, a demonstrar que as organizações militares são "subsistemas sociais destinados à aplicação da violência armada".

Entretanto, mais recentemente, o assunto voltou a despertar atenção, ressurgindo em vários países, agora não mais limitado aos aspectos exclusivamente relacionados com os interesses específicos da Organização Militar.

Despertados para a importância de que o mesmo se reveste, aqueles países passaram a encará-lo de forma bem mais abrangente e profunda, envolvendo, também, o relacionamento entre a sociedade militar e a sociedade civil, quase sempre mantido em níveis muito

baixos de participação mútua até então, havendo, mesmo, casos de completo divórcio entre ambas. Os dados disponíveis, ainda que não sendo muitos, permitem-nos citar alguns exemplos.

Na Espanha, em 1970, foi criado o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE), por reorganização do Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional. O IEEE compete, dentre outras atribuições, a de realizar estudos sociológicos de aplicação militar. O Instituto desenvolve suas atividades essencialmente à base de seminários ou grupos mistos de trabalho, compostos por personalidades civis e militares que estudam problemas e questões intimamente relacionados com a Defesa Nacional, a Sociologia Militar e a Polemologia (ciência que estuda a Guerra). Atualmente, existem quatorze Seminários, que se reúnem periodicamente e são apoiados pelo IEEE; desses, três estão desenvolvendo estudos sociológicos de interesse para a Defesa Nacional: o de Demografia e Problemas Sociológicos, sobre questões referentes à Nação em geral; o de Sociologia Militar, estreitamente vinculado à História Social do Exército espanhol; e o das Forças Armadas nas Sociedades Modernas.

Na França, em 1974, Lucien Mandeville e Jean-Pierre Marichy, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Toulouse I, criaram o Centre d'Études et de Recherches Sur l'Armée (CERSA), que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento de pesquisas sobre as Forças Armadas e a análise

comparativa das instituições militares em seu próprio contexto. O CERSA é reconhecido como um dos centros universitários franceses especializados no estudo das instituições militares e dos problemas de defesa, tanto pelo Ministério das Universidades (missão de pesquisas), como pela Fundação para os Estudos de Defesa Nacional e pelo Secretariado Geral da Defesa Nacional. Embora não seja vinculado diretamente ao Ministério da Defesa, o CERSA com ele trabalha em íntima cooperação, tendo colaborado para a fundação da Associação Universitária para os Estudos de Defesa. Mantém ligações com diversos organismos do Sistema Francês de Defesa, tanto em nível nacional (Estado-Maior das Forças Terrestres, Direção de Gendarmeria e de Justiça Militar, Direção Central do Serviço de Saúde das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Serviço de Informações e de Relações Públicas das Forças Armadas), como em nível regional (11ª Divisão Pára-quedista e 9º Regimento Pára-quedista). No plano internacional, mantém íntimo contato com os pesquisadores do Seminário Interuniversidades sobre as Forças Armadas e a Sociedade, de Chicago; o Comitê de Pesquisas sobre as Forças Armadas, da Associação Sociológica Internacional; o Instituto Internacional dos Estudos Estratégicos, de Londres; o Instituto de Ciências Sociais da Bundeswehr; a National Defense University; o U.S. Army Military History Institute; a Universidade de Lancaster; o Instituto Nacional de Questões

Internacionais, de Madri; e o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE).

Sobre os motivos que levaram à criação do CERSA, diz Mandeville: "Nosso interesse pelo militar data dos primeiros anos da década de 70, quando, em vista das bobagens que se diziam sobre o Exército e da necessidade de esse importante campo ser tratado em profundidade, de modo científico, decidimos prestar-lhe a devida atenção". Além disso, a França, atenta para a importância do assunto, fez incluir, no currículo de suas universidades, as cadeiras de História Militar e Defesa Nacional, incrementando o interesse de seus jovens frequentadores por tão relevantes problemas. Atualmente, o Governo francês considera que os grandes grupos sociais nacionais acabam de encontrar preocupações comuns, porque devem fazer face a responsabilidades análogas em situações sociais idênticas. Assim, a importância da Defesa Nacional é largamente admitida, hoje, nas universidades francesas, mesmo nos setores mais conhecidos por seus sentimentos antimilitaristas, que, ainda assim, consideram plenamente válido tal interesse, sob o ponto de vista da evolução da mentalidade e da multiplicação dos debates sobre o assunto, sendo conduzidos, então, a aprofundar seus conhecimentos e a enriquecer suas reflexões.

A Defesa Nacional é, para o universitário, um novo campo de pesquisas. As Forças Armadas e as Universidades são, de fato, tentadas permanentemente a viver à

parte da Sociedade. Ambas sentem, hoje, a necessidade de sair desse isolamento. Aproximando-se mutuamente, elas só poderão reencontrar a própria Nação, para cuja estabilidade e desenvolvimento são necessárias, ao mesmo tempo, as armas da inteligência e a inteligência das armas.

Na Itália, recentemente, foi criado o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre a Defesa (ISTRID), em Roma, destinado a estudos relativos à Segurança Nacional e aos Problemas do Pessoal Militar. O ISTRID nasceu como uma solução para o desinteresse e o ceticismo revelados no trato dos problemas de Defesa Nacional, procurando engajar a classe política e a opinião pública nas questões militares, através de uma programação integrada dos diferentes setores nacionais. Como extensão de sua ação, contribuirá, também, para solucionar a insuficiente integração das instituições militares na sociedade italiana. O Instituto enfatiza que sua criação não deve ser vista como uma tentativa de militarizar a cultura ou a sociedade, ou de desmilitarizar as Forças Armadas, e sim como um meio, dentro do interesse maior da Defesa Nacional, de buscar a fraternidade entre militares e demais cidadãos, e de estudar, sob o ponto de vista sociológico, os assuntos que dizem respeito àquelas Forças. Considera que a pesquisa exige a colaboração de expertos provenientes dos mais diversos setores — difíceis de serem recrutados no seio da sociedade militar — e uma reflexão de caráter científico à qual

não podem se dedicar, a não ser superficialmente, aqueles que têm responsabilidades operacionais ou funcionais. Entende, também, que a realização de debates em seu âmbito poderá contribuir para o desenvolvimento do pensamento militar italiano, para situar a cultura militar em seu devido nível e para permitir uma melhor identificação dos interesses nacionais, a fim de melhor defendê-los no cenário internacional.

Na maioria dos países ocidentais, enfim, Centros e Institutos voltados especificamente para a pesquisa sobre as Forças Armadas consagram-se aos problemas de Defesa e de Sociologia Militar, ante a magna importância de que esses assuntos se revestem.

CONCLUSÃO

Cabem, aqui, com admirável exatidão, as palavras de Edmundo Campos Coelho, a respeito do Exército brasileiro: "... é aquela organização que vez por outra merece dois ou três parágrafos de sociólogos mais atentos ao processo político nacional. Porque o grosso do caudaloso discurso sociológico se ocupa preferentemente com o operário e o sindicato, com a empresa e o empresário e, genericamente, com qualquer outro setor que com estes constituem, ou podem vir a constituir, o que supõe-se seja a face progressista da sociedade nacional. Com o Exército tem permanecido no limbo da imaginação — ou falta de imaginação — sociológica os componentes da "reação", demônios exorcisa-

dos do espírito da sociologia acadêmica. (...) A questão que interessa aqui é a da escassez de estudos sobre o Exército. (...) Neste particular, parece suceder aos sociólogos brasileiros algo semelhante ao observado por Janowitz com relação ao desenvolvimento da chamada sociologia militar nos Estados Unidos. Aí, por longo tempo, os sociólogos julgavam incompatível com suas posturas políticas liberais a análise de instituições ou organizações com caráter ou tendências autoritárias, tal como julgavam ser as militares".

Essas palavras podem ser entendidas, perfeitamente, como abrangendo as demais Forças Singulares. Em realidade, nossos sociólogos não se preocupam em desenvolver estudos tendo como objeto a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Sem medo de errar, podemos afirmar que a Sociologia Militar, no Brasil, não existe.

"Considerando que os grupos sociais mais complexos — as nações — têm interesses e aspirações altamente diversificados, que devem ser pesquisados, identificados e fixados para que ação de maior responsabilidade que o homem é chamado a desempenhar — a ação política — se oriente por objetivos nacionais claramente definidos; que a adoção desses objetivos cria um estímulo à ação coletiva e um universo semântico comum a governo e povo, permitindo àquele aglutinar esforços populares em termos dos objetivos da nação, e a este um referencial com que avaliar o desempenho governamental; e que a Segurança Nacional é o es-

tado de garantia proporcionado à nação, para a consecução dos seus objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente", pode-se concluir que justamente aí reside a chave para a solução do problema do afastamento entre a sociedade civil e a militar.

A Segurança Nacional exige a ação coletiva das duas sociedades; logo, representa o ponto de convergência de ambas, de integração entre elas, e, ao mesmo tempo, de irradiação do consenso das grande sociedade brasileira. E isto é o mais prioritário.

Julgamos oportuno, ainda, aduzir uma outra consideração, que ouvimos mais de uma vez, partida de elementos civis. A idéia é deles, a redação é nossa: "considerando que a participação e a co-responsabilidade derivam da *confiança*, os militares estão certos de que têm feito tudo que é possível para que sua imagem inspire à sociedade civil um sentimento de seriedade e responsabilidade, isto é, que se creia na *eficiência* das Forças Armadas no que concerne a sua destinação constitucional?".

Sobre esta indagação, de fato, concentram-se as bases daqueles que querem demonstrar a inutilidade de nossas Forças Armadas, reforçando suas opiniões através de comparações com as das grandes potências. Se as Forças Armadas, destinadas à garantia da Segurança Nacional contra ameaças de toda a ordem, não são tão eficientes quanto deviam, isto deve ser mudado rapidamente. Opinar por sua inutilidade, obviamente, é ridículo. Dar as costas à sociedade

militar também é ridículo. Ignorar o problema é mais ridículo ainda. O necessário é que a sociedade brasileira, como um todo, acorde para a extrema importância dos assuntos que interessam à Segurança Nacional. Não um interesse limitado a formulações e reformulações de conceitos. Ela tem que ser trazida em ações; tem que ser praticada.

Em suma, ao contrário do que muitos opinam, temos que melhorar nossas Forças Armadas, modernizá-las, torná-las atuais em efetivos e meios materiais, confiáveis e eficientes. Só assim teremos Segurança. Mas, enquanto tudo isto não for objeto de estudos científicos, continuaremos assistindo a discussões que só servem para demonstrar a inexistência de um consenso nacional.

Bibliografia

- BOLUFER, J. P. — *Défense et Université: Une Rencontre Nécessaire* — Paris, 1975 — *Revue Défense Nationale*.
 CALMON, Pedro — *História do Brasil* — Rio de Janeiro — Livraria José Olympio Editora.
 COELHO, Edmundo Campos — *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira* — Rio de Janeiro, 1976 — Editora Forense — Universitária Ltda.
 ISNARD, Jacques — *Un Dialogue Académique* — Paris, 1976 — Editorial: *Le Monde*.

- JEAN, Carlo — *Culture Militaire et Contrôle Politique sur les Forces Armées* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEEE.
 KENNETT, Lee — *Military History in France* — Georgia, 1978 — Military Affairs.
 MADOZ, JL — *El Centro de Estudios e Investigaciones Sobre el Ejército de Toulouse* (França), *Revue Defensa*, 1980.
 MONTEIRO, Tobias — *História do Império: O Primeiro Reinado* — Rio de Janeiro, 1946 — F. Briguet e Cia. Editores.
 PALÁCIO, Leo — *Janowitz, Créateur de la Sociologie Militaire* — Paris, 1977 — Editorial: *Le Monde*.
 ROUX, Patrick; COMTE, François — *Les Etudiants et les Problèmes de Defense* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEEE.
 SANCHEZ-BARBA, Mario Hernández — *La Generacion del Desastre — Factores Psicológicos en un Conflicto Antimilitarista de Opinion Publica* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEE.
 SCUOLA DI GUERRA — *Governo del Personale e Sociologia Militare* — Civitavecchia, Itália.
 SORBARA, Alain — *Les Forces Armées Italiennes: La Representation Collective* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEE.
 UNIVERSITE DE TOULOUSE I — *Centre d'Études et de Recherches sur l'Armée* — Toulouse, 1980 — Institut d'Études Politiques.
 VIANNA, Oliveira — *O Ocaso do Império* — Rio de Janeiro, 1959 — Livraria José Olympio Editora.



O Cel Art QEMA Ney da Silva Oliveira tem os seguintes cursos militares: Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Estado-Maior, da Escola de Guerra da Itália; Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Foi Instrutor da AMAN e da ECEME. Serve atualmente na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, Brasília, D.F.



A CABODIFUSÃO NOS ESTADOS UNIDOS

José Maria Nogueira Ramos

Vários artigos foram escritos nos últimos anos nesta Revista sobre cabodifusão ou televisão por cabo ou cabo, desde 1974, sendo *A Defesa Nacional* pioneira nesse assunto, abordando não somente a parte técnica como também, a política de concessão em vários países do mundo. Informações resumidas sobre a cabodifusão americana eram fornecidas nesses artigos. Este, no entanto, apresenta a mesma matéria dentro de uma visão ampla.

O autor, em recente viagem durante os meses de abril e maio desse ano, colheu substancial documentação sobre o assunto nos Estados Unidos e na Europa e visitou organismos relacionados com a televisão por cabo nesses lugares. No momento atual, a televisão por cabo é um tema que merece ampla divulgação a fim de que seja bem

dominado por setores da sociedade como Forças Armadas, Universidades, Igrejas, imprensa, radiodifusão, sindicatos e sobretudo pelo Congresso Nacional.

Existem hoje sistemas com mais de 100 (cem) canais de tevê, o que evidencia a importância social dessa nova tecnologia. Prevê-se para dentro de mais algum tempo o advento da cabodifusão no Brasil, porquanto algumas tentativas já foram feitas nesse sentido. É imprescindível que a legislação nessa matéria tenha em mira também a educação do nosso povo.

Não se pode desejar que se realize a sinistra previsão de Marguerite Yourcenar em seu livro *Archives du Nord* escrito há alguns anos: 'Maciços meios de comunicação a serviço de interesses mais ou menos camuflados derramarão sobre o mundo, com visões e ruídos fantas-

mas um ópio do povo mais insidioso do que nenhuma religião do mundo tem sido acusada de espalhar”.

ORIGEM DA CABODIFUSÃO

Os sistemas de cabodifusão desenvolveram-se inicialmente como um meio de extensão da tevê convencional, em comunidades aonde não chegava a imagem por impedimento do terreno. Daí seu nome inicial CATV (Community Antenna Television). A denominação “televisão-por cabo” é devida ao uso do cabo coaxial entre a antena comum e o televisor do usuário. O primeiro sistema instalou-se com finalidade não comercial em 1949 em Astória (Oregon). Hoje, o maior desenvolvimento do cabo ocorre nos grandes centros urbanos e em seus subúrbios imediatos.

Somente a partir de 1968 a CATV começou a gerar programas, sendo então denominada cabodifusão de 2ª geração. A 3ª geração surgiu em meados da década de 70 com as redes interativas ou bilaterais que permitem a participação do usuário nos programas. Instalou-se a primeira rede deste tipo em Columbus (OHIO).

Algumas redes utilizam parte de suas instalações para o serviço de transmissão de dados, valendo-se do fato de que o cabo coaxial possui uma faixa de frequência 45 mil vezes maior que a do fio simples. Essa nova tecnologia tem hoje a possibilidade de oferecer mais de 1 centena de canais de tevê num mesmo sistema.

No Brasil, fora dos centros urbanos, a televisão por cabo deverá desenvolver-se lentamente, porque exige do usuário o pagamento de uma mensalidade. E mesmo dentro das cidades os bairros menos favorecidos não acompanharão o ritmo dos mais abastados.

DADOS SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL NOS ESTADOS UNIDOS

Existem 82 milhões de lares com televisores, dos quais 25 milhões estão dotados de cabodifusão. Isto significa que 30% desses lares acham-se ligados a pelo menos um dos 4.700 sistemas de tevê por cabo em operação no país. Essa percentagem é denominada “penetração”. No momento a penetração máxima possível é de 50%, porque a outra metade não tem o cabo coaxial passando por perto. Referem-se esses dados ao mês de maio do corrente ano. Estima-se para 1990 que a penetração atingirá a 60%. A mensalidade média dos sistemas é de 10 dólares e o faturamento total chegou a \$ 2 bilhões em 1980. Embora haja redes com mais de 50 canais, setenta por cento delas operam com 12 canais ou menos. Somente 66% têm possibilidade de gerar programas e 25% conseguem apresentar programa local ao vivo. Mais de 3 mil sistemas oferecem pelo menos 1 canal de tevê paga (*pay-cable*), isto é, canal com programa especial e pelo qual é pago uma taxa adicional.

Há quase 200 sistemas interativos ou bilaterais nos quais o telespectador pode enviar sinais a um

computador, indicando, por exemplo, sua preferência numa votação ou selecionando um produto oferecido à venda. O televisor de cabodifusão apresenta 5 tipos de informações possíveis: a) programas das estações de tevê convencional que operam na área; b) programas de estações distantes; c) programas de tevê paga (*pay-cable*) em canais especiais; d) serviços de videotextos tipo bolsa de valores, meteorologia, cotação de cereais; e) canais de acesso público ou destinados à educação, administração ou serviços governamentais como bombeiros e polícia.

Os sistemas bilaterais, além desses itens, permitem a instalação de serviços de segurança. Convém ressaltar que o serviço de alarma nos Estados Unidos é anterior à indústria telefônica. As primeiras companhias telefônicas no século passado utilizavam as linhas de transmissão das campainhas de alarma.

Em 1980 a publicidade nos programas de tevê por cabo atingiu somente a 30 milhões de dólares, o que significa menos de 0,1% da publicidade em todos os meios de comunicação, que foi de \$ 54 bilhões. Na maioria dos sistemas os recursos financeiros provêm em 95% das mensalidades e 5% da publicidade.

Recentemente algumas guarnições militares passaram a instalar sistemas próprios. É o caso da Base de Holiman, Campo de provas de Yuma, e Estação aérea de Yuma, todas no Arizona e servidas pelo mesmo sistema com 3 mil assinantes. O mesmo acontece com as Bases aéreas de Randolph e Lack-

land no Texas. A base aérea de Homestead, na Flórida, possui um canal especial no sistema da cidade que opera durante as 24 horas.

No Brasil, talvez, um sistema bilateral com 12 canais conviesse ser instalado na Vila Militar, inclusive possibilitando aos alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ouvir conferências em suas residências e participar dos debates.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DA COMISSÃO FEDERAL DE COMUNICAÇÕES (FCC)

Como na década de 50 a finalidade da CATV era somente melhorar a imagem transmitida pelas estações próximas, a FCC expressamente desconheceu qualquer jurisdição sua nesse setor. No entanto, quando o cabo começou a captar sinais distantes, a FCC impôs restrições impedindo maior desenvolvimento dessa tecnologia. Em 1958, a FCC recebeu reclamação de 13 estações de tevê contra 288 operadores de cabo em 36 estados. Foi o primeiro caso no qual a Comissão teve que exercer sua autoridade sobre sistemas de cabodifusão. A primeira regulamentação sobre a nova tecnologia surgiu em 1965 e nela era evidente o favorecimento das estações de radiodifusão em detrimento do cabo. A mais extensa regulamentação foi adotada em março de 1972 pela FCC. Embora menos restritiva que a anterior, mesmo assim limitava os serviços que a cabodifusão podia oferecer a seus assinantes. Nos últimos anos modificou-se o regulamento permitindo que um sistema possa retransmitir o programa de

qualquer outra estação que preferir, independente da localização e não somente das mais próximas (*leapfrogging*). Isso contribuiu para encorajar uma maior competição entre radiodifusão e tevê por cabo em busca de telespectadores. Resultou daí um explosivo crescimento da televisão por cabo. Mesmo tendo sido modificada várias vezes a regulamentação de março de 1972, seus pontos básicos permanecem intocados.

Propriedade dos Sistemas

A análise da propriedade (concessão) dos meios de comunicação de massa é muito mais importante do que a análise da propriedade na maioria das demais indústrias. Assim, por exemplo uma concentração exagerada da propriedade na indústria do vidro de um país atinge sobretudo os utilizadores deste produto. As características de propriedade dos meios de comunicação de massa (MCM), concernem, no entanto todos os cidadãos. É que esses meios controlam a criação e disseminação da programação em forma de idéias e imagens que irão modelar nosso pensamento social, cultural e político.

Nos Estados Unidos, as 3 principais cadeias de televisão ABC, NBC e CBS foram impedidas pela FCC de possuir sistemas de cabodifusão em qualquer parte do país. Recentemente, porém, a CBS excepcionalmente foi autorizada a adquirir pequenas redes de número limitado de assinantes.

Nenhuma entidade ou grupo de interesses pode possuir mais de 7

estações comerciais de televisão na faixa de frequências de VHF (30 MHz — 300 MHz). Não há limites para as TV educativas não comerciais. Na cabodifusão praticamente não há um número limite na posse de sistemas. Mas o proprietário de uma estação de tevê não pode possuir uma rede de cabodifusão no mesmo local.

Também as empresas telefônicas não podem ser proprietárias de sistemas em sua área de serviço. Estatísticas de 1980 mostram que as estações de radiodifusão operavam 33% de tevês por cabo; as empresas de programas, 18%, os jornais, 13%; revistas, 11%; indústrias de equipamentos, 7%; teatros, 4%; empresas telefônicas, 3% e municipalidades, 1%.

A concessão (permissão) é dada por um período inicial de 15 anos. Sob influência do Congresso a FCC tem grande preocupação em manter a dispersão da propriedade (concessão, permissão) no que concerne rádio, televisão e cabodifusão. Mesmo em relação ao rádio o regulamento proíbe ao mesmo concessionário controlar mais de 7 estações AM ou FM.

Em 1976, os 70 principais concessionários operavam menos de 10% das estações de rádio do país. Em 1975, a FCC anulou a concessão de 16 estações de rádio e tevê em localidades onde essas empresas também eram proprietárias do único jornal local. Como resultado dessa política, atualmente, menos de 10% das estações comerciais de rádio são proprietárias de jornais. Na cabodifusão estão predominando os conglomerados (*multiple*

systems operators — MSO) que por sua vez são controlados por empresas de outros meios de comunicação. Das 25 maiores empresas de tevê por cabo existentes em 1976, 11 se achavam em processo de fusão no correr do ano de 1981.

Constantemente vêm a público estudos e análises sobre a política de concessão da FCC. Na Câmara dos Representantes existe a Subcomissão de Telecomunicações, Proteção ao consumidor e Finanças que é parte da Comissão de Energia e Comércio. Essa subcomissão promove audiências públicas (*hearings*) que lhe permitem carrear vasto acervo de informações e dados para seus trabalhos legislativos.

Por outro lado os processos judiciais abertos por empresas ou pessoas que se consideram prejudicadas pelas regulamentações da FCC obrigam esta, por vezes, a modificar sua linha de ação. Conseqüentemente, existe vasta literatura sobre a política de concessões nas telecomunicações do país, o que contribui para o seu aperfeiçoamento. Por exemplo o livro *Who owns the media?* possibilita ao público americano conhecer os proprietários dos veículos de comunicação em seu país.

No Brasil, quando se regulamentar a televisão por cabo convém meditar no poder que se confere ao permissionário de dezenas de canais-vídeo, sobretudo se o mesmo (pessoa jurídica, entidade, grupo) já possuir no mesmo local, jornal, rádio e televisão.

Nível de competição

Há uma constante preocupação na sociedade americana para que exista competição entre empresas do mesmo setor e nenhuma se acoberte sob o privilégio do monopólio. Aham alguns críticos que a propriedade das estações de tevê está menos concentrada que indústrias como do automóvel, alumínio, cobre, fumo e mais concentrada que as do aço, maquinaria rural e motores elétricos que já são consideradas pouco competitivas.

Tomaram por base o fato de que as 3 principais redes de tevê ABC, NBC e CBS são responsáveis por mais da metade do faturamento de toda a rede de radiodifusão (rádio + tevê) do país.

As redes de tevê e os sistemas de cabodifusão possuem a característica comum de transmitir e distribuir a programação controlando o que irá ser disseminado. São, portanto, gargalos em potencial, pois detêm o poder de excluir de suas transmissões os programas de outras redes. Daí porque a FCC preocupa-se em diversificar os mercados, isto é, autorizar empresas de proprietários diferentes de rádio, tevê e cabodifusão numa mesma cidade.

Para verificar o nível de competição entre as empresas as comissões da Câmara de Representantes promovem inúmeras audiências públicas (vide Cap. 9).

Assim, em meados de 1981 a subcomissão de telecomunicações promoveu entre outros os seguintes painéis:

a) Situação da competição; b) Necessidades e interesses dos usuários; c) Política de preços dos equipamentos; d) Diversidade da informação.

Uma audiência pública (*hearing*) pode constar de 1 ou vários painéis. Durante a audiência os empresários afirmavam operar num mercado de violenta competição. Mas no entender da subcomissão essa competição está centrada apenas na publicidade. Reconhece a Subcomissão de Telecomunicações que a competição entre somente 3 grandes redes de TV para atrair o telespectador, isto é, com número tão limitado de alternativas, não serve ao interesse do usuário. Um número maior de redes nacionais favoreceria a competição. Eis aí uma das razões porque a FCC profere que as grandes redes ABC, NBC e CBS tenham sistema de cabodifusão em qualquer parte do território nacional.

Igualmente, no Brasil, seria talvez o caso de se estudar se a mesma medida não seria conveniente.

Inquérito feito pela FCC concluiu que a alocação de frequências feita em 1952 é a principal responsável pela atual dificuldade em se instalar outras redes de prestígio igual às 3 principais. Basta dizer que estas possuem, em conjunto, 596 estações (VHF e UHF) filiadas que são custeadas pela venda de anúncios e por pagamentos recebidos das 3 redes para retransmitir seus programas.

Os fornecedores de programas têm que passar pelas redes principais para terem seus programas vistos em escala nacional, limitando

portanto em 3 as alternativas dos telespectadores. São inúmeros, no Departamento de Justiça, os processos contra esse estado de coisas. Neles alegam os litigantes que as redes ao recusar exibir programas que elas não produzem ou nos quais não têm interesse monetário, cometem abuso de poder, impedindo o acesso de produtores e anunciadores ao público das tevês comerciais.

Administração da escassez de frequências

O espectro de frequências eletromagnéticas é um recurso da natureza à disposição da humanidade. Como é limitado, seu uso tem que ser regulado, nacional e internacionalmente. Daí porque existe um Departamento de Frequências (IFRB) na União Internacional de Telecomunicações com centenas de especialistas para estudar e administrar as frequências. A escassez de frequências é o que restringe o número de estações de TV num determinado local obrigando os governos a selecionarem os beneficiários de uma concessão de um ou vários canais de tevê. É o que os americanos chamam as "rendas da escassez". Deve-se aqui registrar a injustiça do critério de distribuir frequências pela capacidade monetária e técnica dos candidatos, talvez pela dificuldade de encontrar outra melhor norma de alocação.

Há, entretanto, a honrosa exceção que foi, no Brasil, a decisão em 1965 do antigo CONTEL que reservou 131 canais de TV para

exclusiva utilização educativa. Reserva essa que também deve ser defendida contra cobiçosas invasões. Também a FCC reservou 615 canais para a tevê pública (educativa). Já na cabodifusão como a transmissão no local é feita em cabos coaxiais, o problema de escassez de frequências praticamente não existe. Uma prova evidente da escassez é o preço a pagar pela transferência de concessão das tevês. Razão porque a Associação Nacional de Radiodifusão (NAB) acusa a FCC de através da administração do espectro eletromagnético ter dado artificialmente um alto valor às licenças de tevê e proteger da competição as redes ABC, NBC e CBS, dificultando a entrada de outras no mercado.

- Recentemente uma estação de tevê VHF foi comprada em Boston por 200 milhões de dólares, apesar de achar-se em instalação na cidade uma rede de tevê por cabo com mais de 100 (cem) canais. Esta discussão sobre o rendimento da escassez de frequências evidencia o fato de que a concessão de uma estação de rádio ou tevê é um substancial privilégio econômico, reconhecido pela própria NAB. A permissão para uma rede de cabodifusão é também um grande privilégio não pela utilização das frequências mas pela grande quantidade de canais.

A regulamentação da futura tevê por cabo no Brasil evitaria esses inconvenientes nas principais cidades criando um consórcio em que participasse governo, indústria, universidade, imprensa, radiodifusão, igrejas e sindicatos.

Nos Estados Unidos em 1979, o faturamento em publicidade na televisão ultrapassou os \$10 bilhões representando 21% de todos os gastos em publicidade no país. Nesse ano o faturamento das 3 redes principais alcançou \$4 bilhões e o lucro foi de \$370 milhões.

No país inteiro o setor de telecomunicações faturou \$100 bilhões. Esses números justificam porque a Associação Nacional de Radiodifusão (NAB) vê na concessão um substancial privilégio econômico. A Associação também admite que muitas estações ganham muito mais do que as taxas normais de retorno. Anormalidade que o alto preço de venda das estações revela por si mesmo.

Novos serviços visuais

Nas décadas de 50 e 60 devido às pressões das grandes cadeias nacionais de tevê, a FCC procurava limitar a concorrência na radiodifusão com medidas que impediam o crescimento do cabo e da tevê paga (STV). O Congresso, nos últimos anos, por intermédio da Subcomissão de Telecomunicações com seus painéis públicos (*hearings*) e decisivos relatórios, atuou sobre a FCC para reforçar a competição entre os meios de comunicação criando novos serviços visuais:

a) Assim é que em meados de 1980 a FCC permitiu a instalação de mais 139 estações de tevê em VHF. São estações de potência e altura de antena baixas, com transmissão direcional para evitar a interferência nos canais próximos.

Chamam-se estas as estações "drop in".

b) Criou ainda a FCC em 1980, um novo serviço de radiodifusão, chamada a televisão de baixa potência, em UHF na maioria (*low power television*). Somente esta nova modalidade possibilitará a instalação de milhares de novas estações em todo o território americano.

É tal o montante de candidatos a esse moderno tipo de TV que a FCC foi obrigada a interromper o recebimento de requerimentos.

Para ajudar a FCC a processar rapidamente os pedidos, o Congresso modificou o Código de Comunicações para autorizar uma seleção randômica (por sorteio) das concessões. Dentro da política vigente de evitar a concentração de propriedade os candidatos a estações de baixa potência não podem ser possuidores de tevês na mesma área de serviço.

c) Propôs a FCC, em 1981, a criação do sistema de radiodifusão direta por satélite (DBS) que seria implementado em 1985. A preferência será das áreas rurais de baixa densidade de população onde é precária a penetração da tevê por cabo.

d) Nestes últimos anos houve maior estímulo à expansão dos sistemas MDS (Multipoint Distribution Service). É uma modalidade especial de microondas, de pequena potência de transmissão de imagens. Exige uma antena de recepção especial. Devido ao elevado custo de instalação e somente 2 canais, o MDS não pode ainda rivalizar com a cabodifusão. Havia

400 mil assinantes de MDS, em 1980, isto é, 0,5% dos lares com televisores no país.

CIDADES TÍPICAS DO MERCADO DE COMUNICAÇÕES

Três importantes cidades caracterizam bem a situação da cabodifusão americana: San Diego, Nova Iorque e Washington.

a) San Diego, o 28º mercado do país, é considerada a cidade mais rica em meios de comunicação. A cidade, com 1.500 mil habitantes possui 700 mil lares com televisores dos quais 350 mil com tevê por cabo. Portanto, uma penetração de 50%. O número médio de canais disponíveis é de 32. A alta penetração é talvez pelo fato de existir 4 estações de tevê na cidade. Pelo cabo podem ser recebidas 12 estações em média.

A maioria das redes tem capacidade superior ao número de canais em operação, o que mostra que estão reservando canais para o futuro. Podem oferecer um canal com tevê paga e também programas via satélite. A cidade possui vários sistemas sendo um deles o que possui maior número de assinantes no país. A competição entre os meios é intensa, havendo 19 estações de rádio, 84 cinemas, 20 mil videocassetes e somente 1 grande jornal. Não há, porém, STV nem MDS.

b) Nova Iorque, embora seja o 1º mercado nacional, oferece menos canais-vídeo que San Diego. Possui 7 estações em VHF e 7 em UHF e a penetração da tevê por cabo ainda é de 20%. Nos subúrbios a média de canais alcança 30 mas no centro as 4 redes operam

nais regulam pelos 20 canais. Nesse imenso mercado há 350 cinemas, 250 mil videocassetes, 40 estações de rádios e 4 importantes jornais.

As residências com televisor são 6,5 milhões, das quais 1,3 milhões com tevê por cabo. Apesar de ser o 1º mercado americano, Nova Iorque, por suas enormes construções, tem alternativas de telecomunicações severamente limitadas. Basicamente somente o distrito de Manhattan e pequena porção do Bronx estão cabeados. Bairros como Brooklyn, Queens e Staten Islands somente agora estão tratando do processo de concessão. Exemplo que bem mostra o elitismo da televisão por cabo, na maior cidade do mundo. No Brasil deverá ocorrer o mesmo nas grandes cidades e a luta será para ganhar a concessão nos bairros ricos. A solução seria talvez atribuir à mesma empresa a cabeação simultânea de bairros de diferente poder aquisitivo. Ou um consórcio na mesma cidade, evitando-se beneficiar um só concessionário. Este é um problema muito sério que tem de ser muito bem estudado durante a preparação do anteprojeto para que a cabodifusão não venha agravar ainda mais as disparidades em nossa sociedade. Motivo pelo qual não há tanta urgência na implantação da tevê por cabo, mas que ela venha mormente para colaborar na instrução do povo e não apenas como entretenimento.

c) Washington, a capital do país, é o 8º mercado nacional. Não é considerada por seus habitantes bem servida em vídeo-informações nem em alternativas de en-

tretenimento. Possui 8 tevês, 4 em VHF e 4 em UHF. Não tem sistema de cabo nem STV em operação na cidade. Um canal MDS atende 8% das residências. Há 44 cinemas, 40 mil videocassetes e um importantíssimo jornal.

Após a ligeira descrição destes 3 típicos mercados, e para salientar o que cada nação pensa de suas comunicações, a própria Subcomissão de Telecomunicações acha que a proliferação de alternativas de informações e diversão ainda não chegou para a maioria dos americanos.

A TELEVISÃO PAGA (STV OU PAY-CABLE)

A televisão convencional, aérea, nos Estados Unidos não exige dos usuários uma taxa mensal ou anual como na maioria dos países da Europa ocidental. Há, no entanto, canais especiais, pelos quais se exige esse pagamento. A transmissão da imagem nesses canais pode vir pelo ar e neste caso chama-se STV (*subscription television*) ou incorpora num sistema de tevê por cabo e se chama *pay-cable*. No caso da STV há um dispositivo ligado ao televisor para permitir que apenas seus assinantes recebam a imagem pela qual a mensalidade regula em 20 dólares. A televisão comercial é custeada pela publicidade em seus programas e a tevê educativa é financiada pelo Governo e entidades particulares.

Existem hoje 1 milhão de assinantes da STV. Mais de 3 mil redes de tevê por cabo oferecem pelo menos 1 canal especial (*pay-*

cable) aumentando assim a mensalidade a pagar. A FCC limitou a STV a aglomerações onde já existem pelo menos 4 tevês comerciais, o que restringe o número de assinantes. Está em estudos o cancelamento dessa restrição. Os canais de STV acham-se na faixa de UHF que oferece uma recepção mais pobre que em VHF. Com apenas 1 milhão de assinantes comparados com os 30 milhões da cabodifusão vê-se que a STV não pode competir com aquela em nível nacional. As limitações impostas à STV levantam muitos protestos porque também diminuem o nível de competição com as 3 grandes redes.

IMPACTO DA CABODIFUSÃO NA TEVÊ CONVENCIONAL

Profundos estudos pretendem avaliar em que extensão a cabodifusão afeta a tevê convencional examinando a perda de audiência de uma tevê local quando se instalam vários canais não locais de tevê por cabo. A importância desse estudo decorre do fato de revelar a competição dos 2 meios na preferência do usuário. Verifica-se nesse caso que a estação local de tevê pede em torno de 10% de sua audiência. Essa média foi obtida pela Associação Nacional de TV por cabo (NCTA) pesquisando em 100 estações de tevê. Isso parece revelar que a cabodifusão não abala a situação financeira da tevê convencional.

Prospecções a longo prazo mostram que mesmo na hipótese de que todas as residências nas 100

maiores cidades tivessem acesso à cabodifusão, apenas 40% se tornariam assinantes. A demanda maior seria em áreas raramente povoadas que não têm a quantidade de canais das grandes aglomerações.

Verificou-se também que nas grandes redes ABC, NBC e CBS a cabodifusão tem um efeito desprezível. Mesmo o *pay-cable*, que parecia a melhor alternativa para aumentar a competitividade do mercado, deixa as 3 redes praticamente intactas. Ficou então provado que a televisão tradicional continua a ser o meio dominante de transmissão da imagem. É pois ainda muito cedo para se dizer quando nos Estados Unidos a cabodifusão criará um mercado realmente competitivo. A cobrança da mensalidade na tevê por cabo ao contrário da gratuidade da tevê tradicional parece explicar, em parte, as estatísticas obtidas.

O MUNICÍPIO E A CABODIFUSÃO

Entre os 4.700 sistemas existentes no país, 38 são propriedade dos municípios e operados por entidade municipal. O principal e mais antigo é o de Frankfort, Kentucky, em funcionamento desde 1952 e presentemente com 8.300 assinantes, 16 canais e mensalidade de 4 dólares. Dezenas de cidades estão pretendendo instalar e administrar seu próprio sistema, porque acham que esse é o meio de controlá-lo melhor. Em consequência, eclodiram intensas e contínuas batalhas judiciais entre a indústria de tevê por cabo através da

Associação Nacional de Cabodifusão (NCTA) e as municipalidades apoiadas pela Liga Nacional das cidades e pela Associação Nacional de Técnicos de Telecomunicações (NATOA). Essa luta desenrola-se no Congresso, assembléias estaduais, municipais e perante os tribunais.

É dentro desse ambiente que a FCC vai regulamentando o desenvolvimento do cabo. Se as empresas querem ter lucro, as municipalidades também querem ganhar nas concessões quer sejam de serviço de táxis ou de cabodifusão. Alegam as prefeituras que seu controle sobre o cabo provém do direito de salvaguardar e exercer autoridade sobre suas ruas. E também da convicção de que somente a autoridade municipal pode adequadamente proteger os cidadãos de um prejudicial monopólio. Interesses inconciliáveis assediam, portanto, a FCC.

Em fins de 1981 as municipalidades tiveram vitória parcial conseguindo que fosse retirado de um projeto no Senado a proibição das prefeituras regularem as mensalidades. Não conseguiram, porém, evitar que o mesmo projeto proibisse a FCC de regulamentar o cabo como veículo comum (*common carrier*). Tal peleja está muito longe de terminar, mesmo porque o pêndulo da regulamentação oscila também no outro sentido.

É interessante tomar conhecimento desse duelo entre municipalidades e empresas que mostra a força do município. No Brasil também as municipalidades deveriam ser ouvidas na elaboração do

anteprojeto de tevê por cabo através de um órgão representativo. Ou mesmo diretamente no caso das grandes capitais.

Entre dezenas de canais de tevê não há exagero que 1 ou 2 sejam destinados à municipalidade local. Seriam entregues à Secretaria de Educação para o aperfeiçoamento do ensino primário. Todo incentivo para incrementar o ensino primário será válido num país em que as estatísticas oficiais acusam ainda quase 30% de analfabetos. E nada mais justo do que a participação da futura tevê por cabo nesse esforço coletivo.

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (HEARINGS)

A legislação americana sobre as telecomunicações passa por contínuos aperfeiçoamentos e naturalmente compete ao Congresso importante papel. Na Câmara dos Representantes existe a Subcomissão de Telecomunicações, Proteção ao Consumidor e Finança, que é parte da Comissão de Energia e Comércio. Quando a Subcomissão, em seus trabalhos legislativos, precisa de dados e informações mais seguros e atualizados recorre às audiências públicas para obtê-los.

"Hearings" são reuniões públicas convocadas pelo Congresso, sobre um determinado assunto de interesse legislativo. São chamados para elas, especialistas na qualidade de testemunhas para debater e fazer exposição sobre a matéria em pauta. Tais exposições são consideradas testemunhos, isto é, depoimentos juramentados. Não é ocasião para exibir brilhantismo.

A Subcomissão de Telecomunicações realizou em 1981 inúmeras audiências nos meses de maio a setembro. Entraram em pauta sucessivamente:

a) Situação da competição no mercado das telecomunicações;

b) Interesses dos usuários nos meios de comunicações;

c) Impacto no público dos preços dos equipamentos;

d) Diversidade da informação;

e) Propriedade dos meios de comunicações.

As audiências podem durar vários dias e realizam-se tanto em Washington, na Câmara dos Representantes como em qualquer outra cidade. Os membros da Comissão comparecem todos à audiência. Questionários são enviados a órgãos do Governo, indústria, universidade, pessoas físicas requerendo maiores informações sobre o assunto em debate. O testemunho ou depoimento durante as audiências e os dados coletados por correspondência constituem a base do relatório a ser apresentado pela Subcomissão sobre a matéria em pauta.

A CABODIFUSÃO NO BRASIL

Tudo parece indicar que nos próximos anos a cabodifusão começará a ser implantada no Brasil. Em artigo sob o título "Importância Social da Cabodifusão" em A Defesa Nacional n.º 687 Jan/Fev 1980 foram apresentadas 10 sugestões sobre a instalação da tevê por cabo em nosso país. São sugestões que poderiam ser repetidas neste artigo.

Como a implantação desta nova tecnologia, ao que parece, não exige pressa, conviria que o anteprojeto a ser apresentado ao Congresso Nacional, fosse antes submetido à apreciação de órgãos da nossa indústria eletroeletrônica e também das reitorias das principais universidades do nosso país.

No que toca à nossa indústria, quadraria bem dar um prazo para o início da implementação, a partir da decisão governamental de adotar entre nós a tevê por cabo. Esse prazo possibilitaria à indústria nacional preparar-se para enfrentar a concorrência estrangeira.

Em relação à universidade não se pode desconhecer o intenso uso que ela poderá fazer da cabodifusão. Por exemplo um sistema típico de 12 canais unindo as várias universidades das grandes capitais brasileiras. A utilização de 1 ou 2 canais num sistema de dezenas, para a transmissão de programas de preparação ao vestibular. Seria o canal pré-vestibular.

Se a concorrência por 1 só canal de televisão convencional representa a luta que todos sabem existir, imagine-se qual será a ânsia de um candidato à concessão de um sistema de 50 canais.

Importa meditar no poder que se confere a uma entidade, empresa ou grupo de interesses que obter a permissão para instalar uma rede desse porte numa grande cidade brasileira. É essa possibilidade que poderia ser evitada entregando a concessão a um consórcio no qual poderiam figurar a empresa telefônica local, empresa de tevê, indústria, universidade, igrejas,

entidades patronais e sindicatos. Pode-se desde já evitar o erro que os próprios americanos hoje reconhecem que cometeram na televisão quando pela alocação de frequências de VHF na década de 50 propiciaram a criação de apenas 3 grandes redes nacionais.

Outro processo de diversificar a propriedade (permissão, concessão) seria fazer como no Canadá e Estados Unidos, dividir geograficamente as principais cidades para permitir a implantação a várias empresas ou entidades. Todos enxergam que não é premente a necessidade da tevê por cabo em nosso meio. E mais, que a nossa sociedade nem de longe se ressentir da falta dos inúmeros canais que o cabo irá oferecer, mesmo porque temos outros problemas de irrecusável prioridade. Tanto mais que a atual televisão convencional aí está com imensa quantidade de programas de discutível qualidade. Para a grande maioria dos brasileiros, a televisão por cabo, pela mensalidade que exigirá ainda será elitista por muito tempo.

Mas, vindo a cabodifusão, dentro de 1, 2 ou mais anos, é essencial que beneficie primordialmente a indústria nacional. E que venha contribuir com sua plethora de canais, não só para o entretenimento e informação, mas sobretudo auxiliar a instrução, mormente nos Estados mais carentes da federação. Se países ricos desenvolvidos e de sólida cultura como os Estados Unidos e alguns europeus, com renda por habitante acima de 11 mil dólares utilizam a tevê por ca-

bo como instrumento educativo (vide A Defesa Nacional n.º 687), com maior razão deve fazê-lo o Brasil. Nesse sentido a ação governamental e sobretudo o Ministério da Educação e Cultura têm papel decisivo a desempenhar.

CONCLUSÃO

A televisão por cabo americana acha-se subordinada ao mesmo órgão de controle da radiodifusão que é a Comissão Federal de Comunicações (FCC), congênere do Conselho de Rádio e Televisão do Canadá.

Desde a data de sua criação em 1927 vem a FCC comprovando sua eficiência. Nela intervêm os 3 poderes da república. Os 7 membros são nomeados pelo poder executivo com aprovação do Senado. Tribunais Judiciais controlam suas vastas atribuições.

A radiodifusão do Brasil pluralista como seu modelo americano ressentir-se da falta de um órgão como a FCC. Com a próxima adoção da TV por cabo no país agravar-se-ão os problemas no domínio das concessões. Tal afirmação baseia-se na imensa responsabilidade que será a justiceira distribuição de concessões de sistemas que podem atingir e mesmo ultrapassar uma centena de canais.

A criação no Brasil da Comissão Nacional de Radiodifusão, com ampla representatividade, desvinculada de qualquer ministério contribuiria eficazmente para solucionar esses problemas.



O Coronel R/1 José Maria Nogueira Ramos é Engenheiro de Telecomunicações, diplomado pelo IME. Representou o Ministério das Comunicações na Comissão Nacional da Bacia do Prata, SUDESUL e CDI (1967 - 1970). Engenheiro de projetos na União Internacional de Telecomunicações, em Genebra (Suíça) de 1970 a 1973. Assistente da Presidência da EMBRATEL em 1969 e 1970. Coursou a Escola Superior de Telecomunicações de Paris, França.

Os originais do presente trabalho foram entregues em julho de 1982.



ANTÁRTICA: SUAS IMPLICAÇÕES

Therezinha de Castro

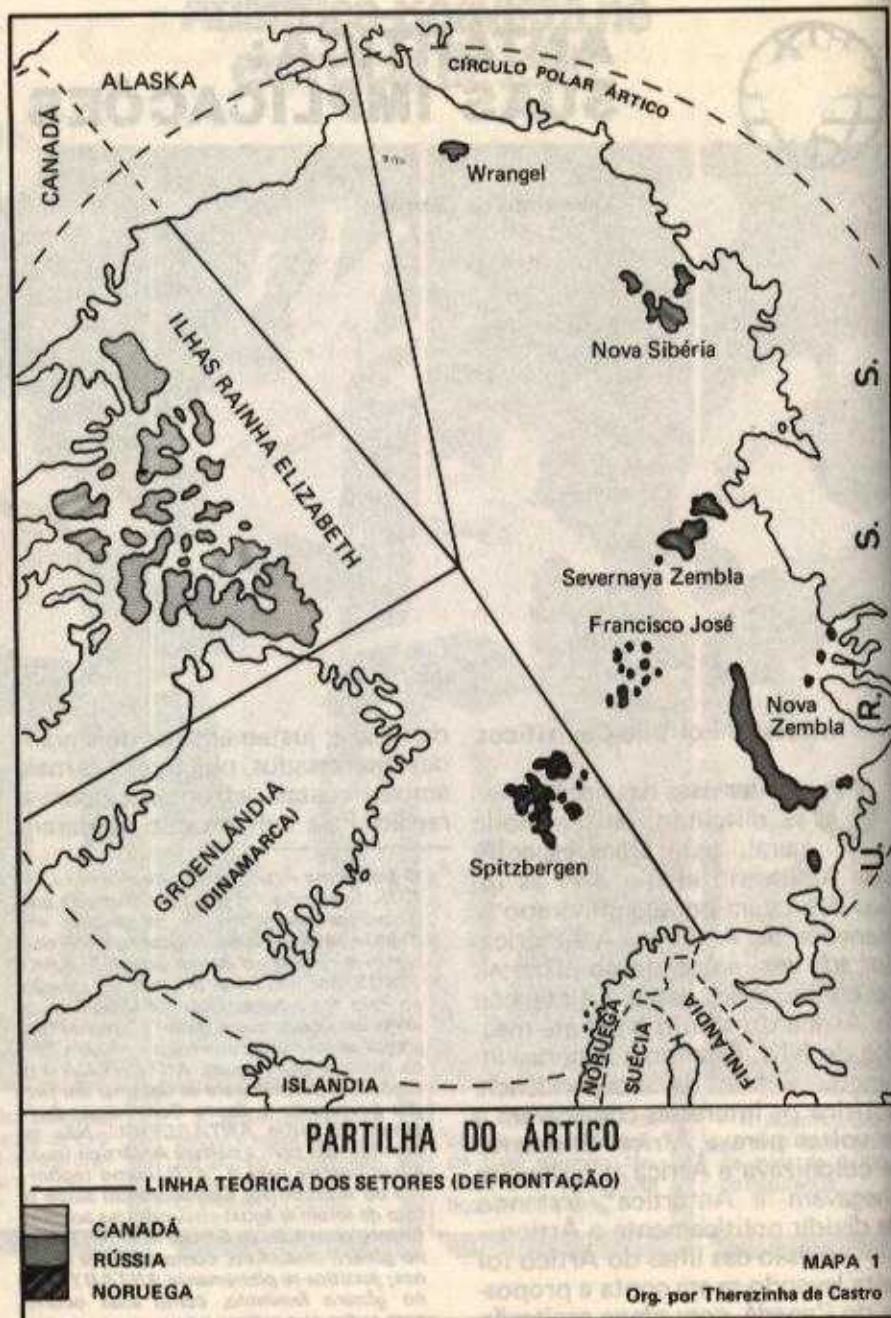
1 — Interesses Político-Científicos

Os interesses das nações vêm se dirigindo, de um modo geral, para áreas específicas. Assim, no século XVI as Índias desviaram por algum tempo as atenções da América. A América, por sua vez, entrando no processo de colonização, desviou a atenção da África do século XVII até meados do XIX. Quando a América alcançou a fase da independência política os interesses começaram a voltar para a África. Enquanto se colonizava a África as potências chegavam à Antártica*, tratando de dividir politicamente o Ártico.

A divisão das ilhas do Ártico foi feita levando-se em conta a proposta do Canadá, com plena aceitação

da Rússia; justamente os dois grandes interessados, por terem as mais amplas costas defrontantes com a região. Pela defrontação herdaram

* O topônimo Ártico se originou de ARKTIKOS, traduzindo-se por Urso, a estrela que guiava os navegantes na antiguidade em direção ao Polo Norte; enquanto Antártico significa oposto ao Ártico ou ANTI-ARKTIKOS, por não haver avistada em direção ao Polo Sul a constelação da Urso. Levando-se em conta que a letra "k" (kapa) dos gregos se mantém ou se transforma em "c" na maioria das línguas, ANTÁRTICA é o topônimo próprio para se designar em língua portuguesa o Sexto Continente, derivando do latim ANTARCTICU. Não se justificando, pois, a palavra Antártida (qual a justificativa para o "d"?), como topônimo ou substantivo. Corroborando ainda o fato de serem as águas circundantes ao continente chamadas de Glacial ANTÁRTICO, no gênero masculino, como todos os oceanos; justifica-se plenamente ANTÁRTICA, no gênero feminino, como aliás ocorre com todos os continentes.



as ilhas do Ártico as três nações defrontantes — o Canadá, a Rússia e a Noruega, pois na defrontação do Alaska, pertencente aos Estados Unidos, não existe uma só ilha.

Segundo a proposta do Senador canadense Pascal Poirier, sacramentada pelo russo Latkine, foi aplicada, na partilha do Ártico, a linha teórica dos setores, consagrando o critério da defrontação. (Mapa 1).

Assim, o Canadá ficou com o maior número de ilhas batizadas de Rainha Elizabeth. A Rússia herdou ilhas e arquipélagos em toda a extensão de sua costa ártica desde a Nova Zembla até Wrangel.

Coube à Noruega o grupo das Spitzbergen, mas fugiu ao critério da defrontação a Groenlândia, já que foi mantida sob soberania da Dinamarca, prevalecendo, nesse caso, o direito histórico.

Por que essa partilha em 1907? Certamente porque ao se findar o século XIX, realizou-se o 1º Ano Polar (1882-83), durante o qual 12 nações estudaram com maior intensidade o Ártico, onde descobriram riquezas minerais, inclusive o petróleo. Precisava-se, pois, passar da exploração científica à exploração utilitária, e a partilha premiaria a quem de direito por se defrontar com essas ilhas.

É interessante também ressaltar que a partilha do Ártico é contemporânea ao lançamento da teoria do Poder Terrestre de Mackinder. Observando que partira da Europa Centro-Oriental a conquista dos bárbaros para o oeste e a dos cossacos para o leste, concebeu o geopolítico inglês, o eixo do Poder Terrestre a que chamou de "heart-

land". Desse "heartland" partiria o Poder Terrestre por ser a área isolada dos oceanos, onde os próprios rios contribuíam para esse isolamento perdendo-se no Ártico gelado. Nessas condições fundamentou o seu "heartland" na inviolabilidade do Poder Terrestre, pois, defrontando-se com o Ártico, bloqueado pelos gelos, se constituía numa região geoestrategicamente protegida contra a ação do Poder Naval. Concluindo-se então que na partilha do Ártico pela defrontação se associaram os fatores geoeconômico e geoestratégico.

Muito embora os Estados Unidos não tenham concordado com a partilha política do Ártico, ela se realizou e mantém-se sacramentada até os nossos dias.

Com o Ártico partilhado e já em exploração marcava-se o novo Ano Polar (1932-33), no qual as nações, já em pé de guerra, evidenciaram serem as regiões polares excelentes laboratórios para estudos atmosféricos. Assim, o homem, embora ainda não tivesse experimentado os efeitos da "guerra atômica", já dava os seus primeiros passos em direção à "guerra meteorológica". E foi estudando o clima da Groenlândia que se determinou o "dia D" para o desembarque na Normandia.

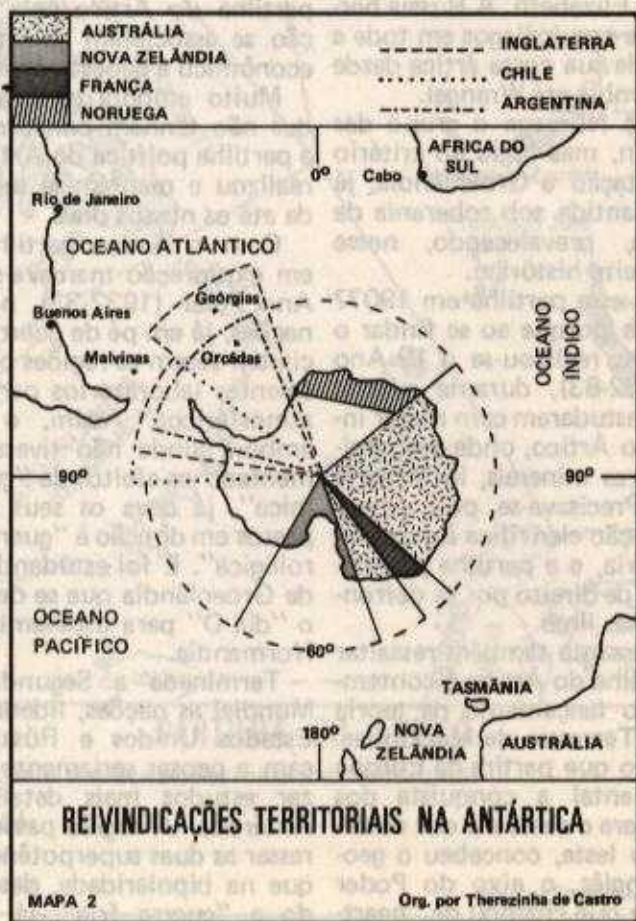
Terminada a Segunda Guerra Mundial as nações, lideradas pelos Estados Unidos e Rússia, começaram a pensar seriamente em realizar estudos mais detalhados na Antártica. A região passou a interessar as duas superpotências, visto que na bipolaridade, desenvolvendo a "guerra fria", já possuíam

seus pontos de apoio no Ártico. Realiza-se então em 1957-58 o AGI (Ano Geofísico Internacional), no qual se inscreveram 39 nações, entre as quais, na América do Sul, o Brasil, a Argentina e o Chile. Desde então, nunca mais foram suspensas as pesquisas. E pelos estudos realizados têm-se provas de que a Antártica é valiosa por suas reservas de minérios, de água potável (a maior do mundo)

e de que sua fauna marinha é capaz de abastecer o mundo nos próximos séculos.

Disputa Territorial

Enquanto apenas três nações herdaram ilhas no Ártico, sete países já emitiram decretos reivindicando setores na Antártica. (Mapa 2).



No ano seguinte ao lançamento da linha teórica dos setores no Ártico, ou seja, em 1908, a Inglaterra anexava uma área na Antártica. Engloba o seu setor antártico à Dependência das Falklands, as Malvinas dos argentinos, que os ingleses haviam ocupado em 1833.

Em 1923 o Conselho Britânico reivindicava para a Nova Zelândia, os territórios na reentrância do mar de Ross, a área que oferece as melhores possibilidades para a penetração no interior do continente. A Austrália, que só em 1931 seria erigida em Domínio, teria seu território antártico reivindicado pela Inglaterra em 1933. No entanto, a Antártica Australiana teria que se constituir em dois setores, divididos pela Terra de Adélia que a França anexara em 1924. Observa-se ainda, que as reivindicações feitas pela Inglaterra englobavam ao Império Britânico 2/3 da superfície continental da Antártica.

Em janeiro de 1939 a Noruega, que pela teoria dos setores herdara um arquipélago no Ártico, também anexava o seu território antártico. No entanto, repelindo ao continente austral a teoria da defrontação fazia uma anexação em linha paralela ao litoral entre o setor inglês e o australiano.

Quase que imediatamente, em julho de 1939, a Argentina reivindicava o seu setor na Antártica, que, repetindo a pendência nas Malvinas, se embaralhava com o território inglês. Tornar-se-ia a situação ainda mais complicada, quando, em novembro de 1940, o Chile também tratava de criar o seu Território Antártico, embara-

lhando-se com o da Argentina e Inglaterra.

A Rússia, devidamente instalada no Ártico, não reconhece nenhum decreto de anexação da Antártica. Para os russos a linha dos setores foi aplicada no Ártico aos Estados Vizinhos, ou seja, aos Estados ligados aos territórios polares por toda a economia de seu litoral polar; e, em caso algum diz respeito aos Estados Afastados, tal como ocorre com relação à Antártica. A Antártica que dista do Cabo da Boa Esperança, na África, cerca de 8.000 km, aproxima-se um pouco mais da Oceânia, pois se encontra a 5.000 km da Tasmânia, e se projeta em direção ao continente sul-americano do qual dista 4.000 km. (Mapa 3).

Nessas condições, em se tratando da defrontação para a Antártica é pelo equador terrestre que nos devemos orientar. E, se estamos, segundo Laktine e Pascal Poirrer, na situação de Estados Afastados, também em relação à Antártica não tratamos com um hemisfério continental e sim oceânico.

Considera o International Hydrographic Bureau que o mar austral, chamado de Glacial Antártico, nada mais é do que o prolongamento do Atlântico, Pacífico e Índico. Continuação dos três grandes oceanos, não existe barreira de contenção entre eles e o Glacial Antártico; no caso particular do Atlântico, as águas tropicais se encontram com as frias, lançando estas últimas o volume de 800 milhões de m³/segundo sobre as primeiras, transportando o oxigênio vivifica-

dor necessário à fauna marinha. A convergência antártica forma, pois, uma das zonas limítrofes fundamentais dos três grandes oceanos, chegando, no Atlântico, a passar em determinadas épocas do ano a apenas 1.500 km do litoral do Rio Grande do Sul.

Assim, quer pela influência das correntes frias das Falklands no Atlântico, como pela de Humboldt no Pacífico, é íntimo o relacionamento dos países sul-americanos, que se defrontam com a Antártica, com o oceano Glacial Antártico.

No Departamento de Estado de Washington - existem duas diretrizes para o continente antártico: a territorialista e a internacionalista.

A primeira, pró-reivindicação, reclamando para os Estados Unidos os territórios já reivindicados por Byrd e Ellsworth situados entre os meridianos 90º e 150º de longitude oeste. Coincidentemente, esse setor da Antártica, contíguo ao da Nova Zelândia, ainda não foi reivindicado por nenhum país.

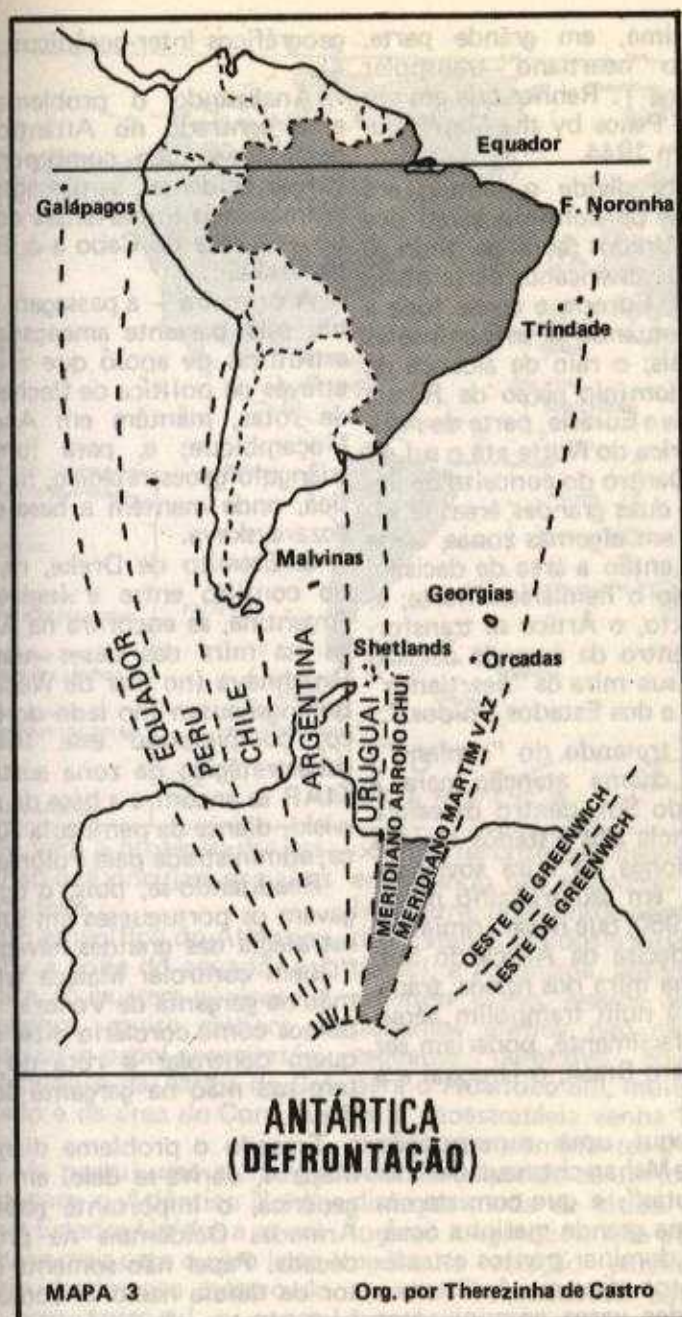
A segunda corrente é pró-internacionalização, contrariando dois princípios ainda vigentes nos Estados Unidos. O primeiro, o mais forte, é a tese das Forças Armadas de que a Antártica tem valor geoestratégico; daí ser mantida a base McMurdo em sistema de alerta com telefone auto-excitado. O segundo princípio se atém ao TIAR que delimitou em seu artigo 4º uma faixa na Antártica que afeta diretamente a segurança do continente americano. E se a Antártica Americana, que vemos no Mapa 3, dividida pela defrontação, é zona que afeta a segurança continental,

não pode e não deve ser internacionalizada.

Houve, pois, incoerência dos Estados Unidos, quando defendeu na Reunião de Washington em 1959, a internacionalização da Antártica. Enquanto a Rússia, dentro da sua incoerência, tem sido bem mais coerente em sua política internacional. Incoerência, porque através de Latkine defendeu a defrontação para o Ártico e a repele para a Antártica, visto que na região austral não tem os mesmos e substanciais direitos; coerência porque defendendo a internacionalização terá direito de continuar na Antártica, e ter assim um excelente ponto de apoio nessa plataforma giratória do hemisfério sul, voltada para os mares quentes que vem ambitionando desde o governo de Catarina II.

A Antártica se constitui numa plataforma giratória de grande importância no hemisfério oceânico. E se de fato não se encontram os países deste hemisfério na porta da entrada da Antártica, têm, pelo menos, nessa zona austral o seu corredor vital de circulação. Corredor vital de circulação, pelo menos para os que estão de acordo com a tese de que a defesa do continente sul-americano é hoje, sobretudo de índole marítima.

Para Alexander Seversky ("Air Power: Key to Survival" - 1950), com a aviação táctica contando com a vantagem de maior raio de ação, e mais precisão a largas distâncias, o mundo deve ser estudado num mapa de projeção azimutal equidistante com centro no Polo Norte. Sua visão global aérea



se aproxima, em grande parte, com a do "heartland" transpolar que George T. Renner cria em seu trabalho "Peace by the Map", publicado em 1944.

Seversky divide o mundo em duas áreas de domínio aéreo dos Estados Unidos abrange todo o continente americano, parte norte da África, Europa e quase toda a Ásia, excetuando-se as penínsulas meridionais; o raio de alcance da área de domínio aéreo da Rússia cobre toda a Eurásia, parte da África e América do Norte até o sul do México. Dentro do conceito de Seversky as duas grandes áreas se superpõem em algumas zonas, onde se forma então a área de decisão, envolvendo o hemisfério norte; e, no contexto, o Ártico se transforma no centro da área de decisão tendo na sua mira os "heartlands" da Rússia e dos Estados Unidos.

Em se tratando do "rimland", Seversky chama atenção para a América do Sul, dentro da esfera de influência dos Estados Unidos e ainda longe da mira soviética. Continua, em seu trabalho publicado em 1950, que nesse "rimland" a área indecisa da África do Sul, uma vez na mira dos russos, transformar-se-á num trampolim aéreo de onde, facilmente, poderiam ser alcançados o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Cabe aqui uma superposição com o que Mahan chamava de "flechar as rotas", e que consiste em formar uma grande marinha oceânica para dominar pontos estratégicos; pontos esses que facilitem o controle dos vasos comunicantes

geográficos inter-oceânicos. (Mapa 4).

Analizando o problema com eixo centrado no Atlântico Sul, destacam-se logo, como pontos de defesa ocidental, as passagens marítimas mais importantes do mundo — a rota do Cabo e o Estreito de Drake.

A primeira — a passagem do Cabo, está bastante ameaçada pelas estruturas de apoio que a Rússia, através da política de flechamento de rotas, mantém em Angola e Moçambique; e, para formar o triângulo geoestratégico, na Antártica, onde mantém a base de Novozarevskaya.

O Estreito de Drake, na porta do conflito entre a Inglaterra e Argentina, se encontra na Antártica na mira das bases russas de Druzhnaya (no mar de Weddell) e Bellingshausen (no lado do Pacífico); completando esse triângulo geoestratégico na zona austral do TIAR se encontra a base de Arctowski, diante da península Antártica, administrada pela Polônia.

Reeditando-se, pois, o que pregavam os portugueses em sua geoestratégia das grandes navegações: "Quem controlar Malaca tem sua mão na garganta de Veneza" — podemos como corolário dizer que — quem controlar a rota do Cabo tem sua mão na garganta do Ocidente.

Traçado o problema diante do Mapa 4, deriva-se dele, em forma genérica, o importante papel das Armadas Ocidentais na próxima década. Papel não somente no setor da defesa nacional como também dentro do caráter regional,

Assim, no Atlântico Sul vemos o espaço brasileiro integrado no Cone Sul, agrupando em seu bastião avançado as ilhas de Fernando de Noronha na zona de estrangulamento do Atlântico, e a da Trindade, a que o renascimento da rota do Cabo deu novo sentido geoestratégico.

Já na região subantártica, em posição de guarda, a 565 km da entrada do Estreito de Drake, estão as Malvinas. A ocupação dessas ilhas em 1833, sob protesto da Argentina, serviu para a Inglaterra colher a maior vitória naval da Primeira Grande Guerra; o segundo conflito mundial não dispensou o apoio das Malvinas. No caso de um confronto leste-oeste, em que venha a falhar a rota pelo Canal do Panamá, as Malvinas terão triplicada a sua importância geoestratégica, visto que navios provenientes do Pacífico, para atingir o Atlântico terão que se valer da passagem oferecida pelo Estreito de Magalhães. Sendo neste contexto de suma importância para a OTAN a cooperação anglo-estadunidense nas Malvinas.

No presente, o arco insular formado por Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Geórgias e complementado pelas Malvinas se constitui em pontos de escalonamento para o Cone Sul; dele se valeu a Inglaterra em 1982 para atingir a zona de tensão das Malvinas, ocupadas pela Argentina.

No contexto regional, no entanto, essas ilhas estão muito distantes da Inglaterra, servindo hoje mais como bases de escalonamento para expedições à Antártica.

Assim sendo, do ponto de vista geoestratégico essas ilhas são bem mais importantes para os países atlânticos da América do Sul do mesmo, guardadas as devidas proporções, quanto ao posicionamento, dentro do mesmo papel que as bases antilhanas representam para os Estados Unidos — interceptação e alerta. Essas ilhas, gozando de posições marítimas de relativo isolamento, muito embora protegidas contra as comunicações terrestres normais, são dotadas de possibilidades como escala marítima e aérea.

Ainda no âmbito regional, projetando-se na direção do Atlântico e permitindo o escalonamento da Antártica Americana, as Shetland, as Orcadas, numa curva para o oriente as Sanduiches, e em seguida as Geórgias, têm valor geoestratégico por se interpenetrarem com a dorsal atlântica. E é nesse corredor vital povoado por essas linhas subantárticas que o Atlântico interpenetra com o Pacífico e o Índico, numa bacia aberta que contrasta com a bacia fechada do Atlântico.

Nesse corredor de essencial circulação, a zona ainda contestada da Antártica e arquipélagos subantárticos forma a área defronte que desafia o espaço geopolítico da esfera de domínio da América do Sul.

A OTAN sem ultrapassar Gibraltar não alcança a zona de estrangulamento do Atlântico; como reflexo da política soviética na Europa não exprime, na realidade, as solidariedades continentais americanas. Nessas condi-

podemos afirmar que nesse Atlântico intercontinental, vigiado em seu extremo sul por uma Antártica e zona subantártica sem estatuto político, a OTAN fixou um limite geopolítico que pensou ser estratégico, num acordo histórico que ignorou a geografia.

Conclusão

A tendência entre as nações na formação de glaciais defensivos (pontos de apoio ou defesa) mostra que a Antártica será não só para o Brasil, como também para todos os países defrontantes, uma base de alerta, interceptação e emergência que venha a afetar a defesa do Atlântico Sul. Embora o homem já venha procurando conquistar o espaço, ainda estamos vivendo na era oceânica. Longe de separar, o mar une; daí a importância do domínio sobre pontos situados defronte a nossa esfera de domínio. Daí a importância da Antártica e arquipélagos subantárticos situados no terminal do Atlântico Sul, não se considerando a existência de um mar Glacial Antártico.

Dominando três oceanos, autêntica plataforma giratória que se defronta com três continentes, tem a Antártica, sem dúvida alguma, grande valor geoestratégico. E, se na prática ficou provado que o Ártico serve tanto aos objetivos pacíficos quanto militares... o mesmo se aplica à Antártica, sobretudo tendo-se em vista que o eixo político vem aos poucos se deslocando do leste-oeste para o norte-sul.

Os mapas são hoje encarados sob um prisma bem diferente — a navegação marítima e aérea deram-lhe novo sentido. As distâncias não são mais pontos longínquos... não são medidas por quilômetros ou milhas, mas sim por horas e minutos. E a Antártica com seus arquipélagos que se integram na dorsal atlântica e não estão assim tão distantes de nós.

As riquezas minerais nessa área já foram constatadas, e tal como ocorreu no Ártico, a Antártica e seu arquipélago deverá passar da exploração científica para a exploração utilitária. E nesta conjuntura, tanto sob o ponto de vista geoeconômico, quanto geopolítico e sobretudo geoestratégico, o problema na Antártica não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui e deixando de colaborar quando bem se entender. O problema hoje é o de como sobreviver separadamente.

A semelhança do que ocorreu na África onde sete foram as nações aquinhoadas territorialmente no momento em que os interesses políticos ultrapassaram os científicos e se associaram aos econômicos... também são sete as nações que reivindicam a posse de territórios na Antártica.

Mas, por outro lado, se são doze as signatárias iniciais do Tratado da Antártica, são hoje quatorze as nações que se atribuem o direito de legislar sobre a Antártica; excluindo nações sul-americanas como o Brasil, o Uruguai e o Peru, que, por isso, trataram em 1975, 1980 e 1981 respectivamente, de se infiltrar no chamado Clube do

Polo Sul na qualidade de simples observadores.

Ao aderir ao Tratado da Antártica, o Governo brasileiro destacou cinco princípios fundamentais. A adesão brasileira se justifica por finalidades pacíficas, mas não afasta nosso país da defrontação. E isto vem implícito no fato de possuímos "a mais extensa costa marítima no Atlântico Sul" e sermos responsáveis não só por sua defesa no âmbito nacional; como co-responsáveis do TIAR nosso posicionamento atinge a Antártica americana.

Assinado no Rio de Janeiro em 1947, o TIAR, em seu artigo 4º, delimita a Antártica americana nos limites compreendidos entre os meridianos de 24º e 90º oeste. Como aceitar então a internacionalização de uma área que afeta a segurança continental?

Muito mais lógico seria estender à Antártica a Doutrina de Monroe. Aplicando-se a essa Doutrina o princípio da defrontação, ficaria a Antártica americana dividida entre os seis países com ela defrontantes, por serem os que mais se incluem em sua zona de segurança. E assim, tendo destino geopolítico também os arquipélagos subantárticos teria fim a longa fase de disputas.

São coincidentemente seis os países que se envolvem nas regiões naturais sul-americanas, dependentes respectivamente do Pacífico Sul e do Atlântico Sul, na zona em que os dois maiores oceanos misturam, nas zonas de convergência ou através das correntes de Humboldt ou Falklands, as suas águas

com as do Glacial Antártico. Assim, na região sul-americana do Atlântico se envolvem o Brasil, a Argentina e o Uruguai defrontando-se com a Antártica; enquanto na região natural sul-americana do Pacífico se envolvem o Chile, o Peru e o Equador defrontando-se com a Antártica.

Começamos por oficializar a nossa posição na Antártica, mas ainda não asseguramos a nossa presença efetiva na região. O momento se impõe aos nossos cientistas, mas não só a eles; também aos nossos diplomatas e militares.

A Antártica pode transformar-se numa porta de entrada através da qual um inimigo, estabelecendo uma cabeça-de-ponte, poderá envolver a América do Sul. Como o clima rigoroso desse continente não permite fácil conquista por meios terrestres, a ofensiva estaria ligada às operações aéreo-transportadas, que, se conduzidas em larga escala, atingiriam o continente sul-americano e, nele, o Brasil.

O traçado das linhas que unem os diferentes arquipélagos subantárticos formados pelas Geórgias, Orcadas e Shetlands poderá ser incluído no das rotas mestras do Poder Aéreo, facilitando o desbordamento do Brasil. Dentro de nossas diretrizes, pois, esses arquipélagos subantárticos conjugados com o Brasil, detentor do maior litoral no continente, e a Antártica, tem duplicado o seu valor no que se refere ao domínio do Atlântico Sul.

A segurança na atual conjuntura deve merecer a mesma atenção

que o desenvolvimento. Todo planejamento da segurança vem girando em torno de prazos críticos, de metas prioritárias. Na conjuntura atual a Antártica se encontra incluída dentro das chamadas áreas básicas mundiais. Assim, com a disputa das Malvinas, dentro da defrontação argentina, é tempo de incluirmos o continente austral de modo mais efetivo dentro de nossas linhas geoestratégicas em função de nossas diretrizes geopolíticas difundentes.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História de Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA DÉCADA DE 80

Roberto Jugurta Camara Senna

O desenvolvimento da artilharia nos exércitos mais adiantados tem-se orientado para aspectos relativos à prestação no cumprimento das missões de tiro, maiores alcances e cadência de tiro, diversificação da munição, mobilidade e proteção da guarnição. Isso tem em vista, principalmente, possibilitar o apoio de fogo às operações de blindados, caracterizadas pela grande mobilidade e flexibilidade, associados à constante necessidade da sobrevivência no campo de batalha.

Apresentaremos abaixo uma síntese das inovações presentes nos países mais desenvolvidos belicamente tais como EUA, URSS, França, Inglaterra, Alemanha, Israel e Itália e suas tendências para o futuro:

Direção Automática de Tiro

Visando a permitir o processamento imediato das missões de tiro, cada bateria e grupo possuem um sistema digital de computação automática de dados em sua central de tiro com possibilidade de:

- transformar automática e instantaneamente as mensagens do observador em elementos de tiro para as peças;

- introduzir, a cada tiro, correções meteorológicas e de variação de velocidade inicial;

- realizar cálculos topográficos;
- armazenar grande número de coordenadas de alvos e áreas de coordenação de fogos.

Alguns equipamentos mais modernos como o *Tac Fire* (EUA) realizam, também, trabalhos de pla-

nejamento e de coordenação de fogos.

Observação Avançada

Para permitir a máxima rapidez na localização de alvos, transmissão das mensagens e condução do tiro, o observador avançado moderno possui os seguintes equipamentos especiais:

telêmetro Laser, possibilitando a medição de azimutes e distâncias de até, aproximadamente, 10 Km com precisão de ± 5 m;

conjunto transmissor — receptor digitalizado portátil para transmissão automática das mensagens e correções do observador, via rádio, ao computador da central de tiro;

visores infravermelhos, produtores de imagem térmica para observação noturna ou intensificadores de luz residual.

No Exército francês o observador possui uma viatura blindada especial, com todos os requisitos acima e ainda um computador para determinação automática das coordenadas de sua posição, pelo princípio da navegação inercial, permitindo a obtenção imediata das coordenadas dos alvos e sua transmissão para a central de tiro.

Levantamento Meteorológico

As informações meteorológicas são obtidas por um equipamento especial, montado em viatura, constituído basicamente de um radar, um computador e alguns instrumentos meteorológicos. O sistema funciona da seguinte maneira:

lançado um balão refletor e acompanhado pelo radar, os dados obtidos por este são enviados ao computador que, recebendo também informações sobre a densidade do ar, processa-os automaticamente e remete-os à central de tiro. Isto permite que todos os tiros calculados pelo computador da central de tiro sejam corrigidos pelos dados meteorológicos do momento, reduzindo-se ao mínimo as regulações e ajustagens e obtendo-se a máxima precisão desde a rajada inicial.

Levantamento Topográfico

Equipamentos mais modernos, utilizando a navegação inercial já permitem a determinação imediata das coordenadas das posições de bateria, postos de observação e alvos, sem necessidade de utilizar ligação rádio com uma estação de referência, o que os torna imunes às contramedidas eletrônicas. Esse processo de orientação consta de uma associação de giroscópios e sensores de aceleração que, medindo variações de movimento, enviam informações a um computador. Este as processa em dados de azimute e coordenadas de posição e as apresenta em dígitos.

Outro equipamento, não tão aperfeiçoado quanto o inercial que está sendo adotado nos Exércitos mais modernos é o sistema eletrônico automático de determinação de azimutes e coordenadas de posição que, montado em um veículo leve, permite a obtenção imediata desses dados de levantamento, mediante referência sobre uma

estação-base (existente junto aos escalões superiores) cujas coordenadas já são conhecidas precisamente. O estacionamento desta viatura em cada centro de bateria ou posto de observação, permite a obtenção instantânea de suas coordenadas.

Nos métodos convencionais, porém aperfeiçoados, de levantamento, são usados o telêmetro Laser e os cálculos topográficos são feitos no computador da central de tiro ou em calculadoras portáteis.

Medidor Automático de Velocidade Inicial

Este equipamento, existente nas baterias, permite a medição instantânea e a qualquer momento da velocidade inicial de cada peça. Esses dados são remetidos ao computador da central de tiro, os quais, processados junto com as informações meteorológicas, possibilitam a eliminação das regulações.

Busca de Alvos

A busca de alvos, realizada particularmente no escalão divisão por intermédio de sua bateria de busca de alvos, é composta basicamente de sistemas de localização pelo som, clarão e radar associados a computadores. Esses sistemas permitem a determinação automática e imediata das coordenadas geográficas das posições das armas de tiro curvo do inimigo, mesmo em posições desenhadas, até um alcance aproximado de 15 Km, com precisão de 50 m.

Existem também radares de vigilância terrestre que possibilitam, num alcance aproximado de 20 Km, a localização por coordenadas geográficas de qualquer alvo móvel no campo de batalha. Essas coordenadas podem ser transportadas para o computador da central de tiro que os transformam em elementos de tiro para a artilharia.

Munição

Visando a uma maior adequação do efeito desejado à natureza do alvo, a artilharia moderna vem desenvolvendo uma grande variedade de tipos de munição. Dentre eles, além dos já conhecidos, podemos citar:

visando ao aumento do alcance, desenvolveu-se a chamada munição RAP (Rocket Assisted Projectile) que se constitui num misto de granada e foguete em que este último é acionado durante a trajetória aumentando em aproximadamente 30% do alcance do projétil;

visando ao aumento do poder letal contra pessoal, existe a munição ICM (Improved Conventional Ammunition) em que a granada de artilharia, contendo em seu interior da ordem de uma centena de pequenas granadas antipessoal, detona em tempo sobre determinada área causando um efeito mais eficaz;

visando ao emprego como meio anticarro, foi desenvolvido um projétil lançado pela artilharia de tubo que, a partir de determinado ponto de sua trajetória, é atraído para alvo "iluminado" por um ob-

servador munido de dispositivo especial à base de raio Laser;

visando ao emprego nuclear tático, todos os calibres iguais ou maiores que 155 mm, além dos mísseis, têm possibilidade de realizar o fogo nuclear;

foi desenvolvida também um tipo de mina anticarro para ser projetada pela artilharia de tubo, capacitando-a a lançar campos de minas em profundidade e no interior da zona de ação inimiga.

Meios de Lançamento

a) Obuseiros e canhões

Neste campo vem-se buscando principalmente:

aumento do alcance, visando a um maior aprofundamento do combate e a possibilidade de apoiar em melhores condições as forças blindadas. Os alcances máximos para os materiais de calibre 155 mm atualmente tendem a não ser inferiores a 20 Km;

aumento da cadência de tiro visando à redução do tempo de engajamento do alvo e o conseqüente aumento dos efeitos. Essa cadência, que anteriormente nos materiais 155 m era da ordem de 1 tiro por minuto, atualmente em alguns materiais desse calibre já permite a execução de 6 tiros por minuto;

tendência a um maior emprego do material autopropulsado pois, apesar de estarem em desenvolvimento vários tipos de materiais auto-rebocados, principalmente pela sua maior aptidão para o aerotransporte, há uma tendência à adoção do autopropulsado (AP) pela sua

mobilidade, proteção da guarnição, possibilidade de executar o tiro em 360° e a maior rapidez na ocupação de posição;

tendência ao calibre 155 mm para apoio às brigadas blindadas e mecanizadas e nas artilharias divisórias pelo maior efeito dessa granada na blindagem dos carros de combate modernos e a padronização da munição facilitando as atividades logísticas e reduzindo custos.

b) Lançadores múltiplos

Este material, que até bem pouco tempo era adotado apenas pelos Exércitos do Pacto de Varsóvia, tem tido atualmente um grande incremento. Todos os Exércitos modernos adotaram esta arma pela sua grande cadência de tiro e conseqüente possibilidade de saturar áreas, além da facilidade de ocupar e sair da posição. Sua cadência, de aproximadamente 45 disparos por peça em 15 segundos, permite um enorme efeito letal sobre pessoal (particularmente desabrigado) e a possibilidade de obtenção de um grande número de impactos diretos sobre viaturas blindadas (CC, Art AP e VBTP), único modo de neutralizá-las.

É o material mais adequado para a realização dos fogos de contrabateria. Seus alcances são normalmente maiores que 20 Km.

c) Mísseis e foguetes

A principal vantagem dos mísseis e foguetes é a possibilidade do cumprimento de missões longínquas, de aprofundamento do combate, sendo utilizados normalmente sobre alvos que compensem o

seu custo. Deve possuir, portanto, um sistema de correção de trajetória a fim de que sejam compensados, pelo menos os efeitos meteorológicos que incidem na sua grande duração do trajeto. Esta é a razão da evolução para os de segunda geração, alguns com guiamento pelo processo inercial.

Os mísseis e os foguetes não substituem os canhões, pois só estes têm condições de sustentar o apoio de fogo contínuo e cerrado às operações. Devem ser empregados sobre os alvos mais longínquos, precisos e compensadores. Atualmente os mísseis táticos têm possibilidade de transportar também ogiva nuclear e seus alcances normalmente são maiores que 100 Km.

Adestramento de Observadores Avançados

Objetivando um eficiente adestramento dos OA com uma grande economia de munição, já estão em uso simuladores especiais que, em sala de aula, permitem a representação em cinema de um campo de batalha com seus diversos alvos em movimento.

O observador avançado, munido de binóculo, é então testado na condução do tiro podendo ver e ouvir na tela os arrebetamentos e efeitos de seus tiros sobre o alvo considerado. Esse sistema é controlado por uma unidade de computação que calcula trajetórias, comanda a projeção do filme, o movimento dos alvos, a reprodução de sons etc. dando maior realismo ao adestramento do observador.

Conclusão

Como conclusão, podemos verificar que, para se obter a presteza e a precisão tão necessárias à artilharia moderna, todos os seus subsistemas de observação, topografia e direção de tiro tendem à automatização a base de uma integração de diversos computadores digitais normalmente de pequeno porte, instalados em viaturas.

Em nosso Exército, naturalmente, não devemos ter a pretensão de, a curto prazo, dotarmos os nossos GAC e AD desses equipamentos mais sofisticados, pelo seu alto custo. No entanto, devemos, desde já, tomar algumas medidas que possibilitem, tanto em nível técnico como operacional, um acompanhamento da evolução desses equipamentos nos diversos campos a fim de que tenhamos possibilidade de incentivar e orientar pesquisas, definir prioridades nas aquisições, compreender e testar equipamentos, além de mantermos uma equipe de instrutores em condições de, a curto prazo, adestrar a tropa na utilização de equipamentos que sejam adquiridos, em situação de emergência, no exterior, ou desenvolvidos em nosso território.

Dentre as soluções que se apresentam podemos citar:

manutenção de cursos no exterior, particularmente junto aos Exércitos mais desenvolvidos, visando a formar oficiais que assessorem o EME e as seções de doutrina das nossas escolas de especialização e aperfeiçoamento;

aquisição de alguns equipamentos que possam ser estudados em

nível técnico e operacional com a finalidade de orientar a pesquisa e o desenvolvimento de similares nacionais;

criação em todas as escolas e centros de instrução de equipes de instrutores e (ou) alunos que, por meio de trabalhos em grupo e monografias, pesquisem e estudem o desenvolvimento dos materiais modernos, as constantes evoluções da doutrina e a possibilidade de sua adoção pelo nosso Exército;

incentivo às empresas civis de material bélico a realizarem também a pesquisa, o desenvolvimento e a produção dos equipamentos adequados às nossas necessidades; mediante uma ligação, cerrada e contínua, de nossas escolas e centros de instrução com nosso parque industrial e acompanhamento de suas possibilidades.

Por outro lado, as necessidades atuais de segurança exigem que alguns de nossos escalões de artilharia de campanha sejam dotados de alguns desses equipamentos.

Dotação dos GAC das brigadas blindadas e mecanizadas de viaturas blindadas adequadas ao observador avançado. Uma opção seria a viatura tipo Jararaca (ENGESA) com equipamento de comunicações, telêmetro Laser e visor infravermelho.

Dotação das turmas topográficas dos grupos e das AD de telêmetro Laser e calculadoras.

Fabricação nacional ou aquisição, no exterior, de material tubo, preferencialmente de calibre 155 mm, com alcance da ordem de 20 km e em quantidade que permita a constituição de dois ou três GAC com a finalidade de formar um núcleo de AEx.

Aquisição ou desenvolvimento de meios de busca de alvos, tais como radares de contrabateria de vigilância terrestre para desenvolvimento de pesquisas e dotação de pelo menos uma seção de busca de alvos na AEx.

Fabricação nacional ou aquisição, no exterior, de material 155 mm autopropulsado para dotação de nossas AD prioritárias.

Aceleração dos projetos de lançadores múltiplos e foguetes, em desenvolvimento no nosso Exército, procurando-se alternativas de exportação desses equipamentos. Dotação das AD, a curto prazo, com o material Lançador Múltiplo e a médio prazo com Foguete BR 20 (X 20).

Incremento na fabricação de munição para possibilitar melhor adestramento das unidades.



O Ten Cel Art Roberto Jugurtha Camara Senna possui os cursos de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Pára-quedista e Comando, na Brigada Pára-quedista; Avançado de Artilharia nos Estados Unidos; e Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. Exerce atualmente a função de Instrutor de Artilharia da ECEME.



O SERVIÇO DE SOCORRO E SALVAMENTO MARÍTIMOS NA MARINHA DO BRASIL

Gilberto Roque Carneiro

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré e Patrono de nossa Marinha, Comandando o Vapor *D. Afonso*, após lutar contra o mau tempo durante toda a noite de 5 de maio de 1849, conseguiu passar o cabo de reboque e conduzir a fundeadouro abrigado a nau portuguesa *Vasco da Gama*. Foi o primeiro salvamento marítimo de repercussão externa de que se teve notícia no Brasil.

Muitas histórias semelhantes são contadas quando velhos marinheiros se reúnem para relembrar suas emoções mais fortes vividas no mar. O relato dessas experiências, sempre exploradas pela imprensa na época em que ocorrem, tem servido para criar no público externo uma imagem positiva em relação à Marinha e ao mar.

Os rebocadores de alto-mar *Tridente*, *Tridente* e *Triunfo*, incorporados nos EUA em 1947, ainda estão no serviço ativo prestando relevantes serviços à Nação. Consignava em O/S recentemente, um de seus Comandantes, ao transmitir o Comando: "procurei cumprir todas as tarefas com o máximo de honestidade, entusiasmo e dedicação. Foram, entretanto, as atividades de Socorro e Salvamento, especialmente aquelas ligadas à Salvaguarda de Vida Humana no Mar, que mais me sensibilizaram..."

Nas três últimas décadas dez Corvetas da classe *Imperial Marinheiro*, de procedência holandesa, juntaram-se aos rebocadores e, adaptadas para as tarefas de Socorro e Salvamento entre tantas outras, vêm se desincumbindo com invulgar tenacidade.

O Brasil, a 17 de junho de 1960,

tornou-se signatário da "Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar", cabendo à Marinha a responsabilidade pelo Socorro a pessoas em perigo no mar ao longo de nossa costa, pela promoção da segurança da navegação marítima e pela prestação de assistência, salvamento e resgate de pessoal e/ou material. Em decorrência de tal compromisso, e de outros dispositivos da legislação federal, passou a atuar nesta atividade por imposição legal, procurando sempre não desestimular a iniciativa privada.

O Serviço de Busca e Salvamento da Marinha (SALVAMAR) foi criado em 1970, a cargo do Comando de Operações Navais, visando a necessária supervisão e coordenação das operações SAR, controladas operativamente pelos Distritos Navais.

É da mesma época o Decreto-lei que aumentou para duzentas milhas o limite de nosso mar territorial. Em consequência, a Patrulha Costeira indispensável ao exercício da soberania sobre a vasta área marítima adjacente ao nosso litoral, veio sobrecarregar ainda mais os nossos escassos meios para o Socorro e Salvamento Marítimos.

Dizia na mesma O/S aquele Comandante de rebocador: "não me lembro de ter operado este navio nas múltiplas viagens dos treze meses de Comando, sem restrições operativas. Nosso *Tritão* possui, atualmente, limitações materiais, que seus trinta e três anos de incorporação à MB não nos permitem mais esconder. Justamente por isto entendo que o trabalho dos

homens que lhe dão alma além de enobrecido, é gratificante. Tão difícil quanto perigoso! Lutamos como possível para confeccionar sobressalentes que não mais estão disponíveis..."

A alta administração naval já de há muito percebera a necessidade de renovar nossos navios de socorro. E já constavam no Plano de Reparelhamento da Marinha Rebocadores a serem construídos no Brasil, com projeto nacional. Tal nacionalização é mandatória e deve crescer na medida em que sejam atendidos os requisitos operativos indispensáveis. E não podemos descuidar de manter sua continuidade, como incentivo ao setor privado, mediante o estabelecimento de programas de longo prazo, que lhe possibilite planejar os investimentos e assegurar a sua rentabilidade. Evitaremos assim a perda da experiência adquirida.

Infelizmente, entretanto, a inextorabilidade da baixa de grande número de nossas unidades combatentes, prevista para breve, não permitiu ainda que a prioridade de renovação dos meios flutuantes chegasse aos navios de socorro, face à escassez de recursos alocados à MB. Cogita-se da modernização das Corvetas *Imperial Marinho*, cuja velocidade baixa não lhes proporciona um desempenho eficaz em Patrulha Costeira. Sua atuação no Salvamento Marítimo, que valoriza a potência dos motores em detrimento da velocidade, será, no entanto, ainda mais degradada.

As atividades de Socorro e Salvamento Marítimos, e outras que

também não constituem a principal razão de ser da Marinha, são executadas pela MB na medida em que sua participação é necessária em decorrência de nosso estágio de desenvolvimento. A Política Básica da Marinha preconiza o desenvolvimento progressivo de serviços que possam ser absorvidos por entidades civis. Uma de suas diretrizes é examinar a viabilidade e oportunidade de passar o Socorro e Salvamento Marítimos para a iniciativa privada. Este processo de transição não deverá acarretar, entretanto, consequências adversas ao país. Verifica-se, destarte, que o interesse de nossos empresários em investir no setor não é o desejado. É grande o risco e o retorno do investimento não é garantido. Não ser nas áreas dos 1º e 5º DN, onde já há atividade privada nesse setor, nossos armadores dependem da Marinha para eventuais salvamentos. Frequentemente recorrem a companhias estrangeiras. Quantas e quantas vezes já assistimos irritados reboques de e para nossos portos com outras bandeiras! E isto acontece por dois motivos principais. O primeiro se situa na falta de credibilidade na MB, face à obsolescência do material. Depois esbarra numa legislação de cobrança que já está a merecer um exame minucioso.

No ano passado, face à difícil conjuntura, não desperdiçamos a oportunidade de modernizar nossos navios de salvamento. Adquirimos dois rebocadores de alto-mar do tipo TUG/SUPPLY VESSEL, oferecidos pela firma Superpesa Transportes Marítimos Ltda., cons-

truídos no Japão em 1976. Incorporados com os nomes de *Almirante Guilhem* e *Almirante Guilhobel*, estão sendo adaptados para emprego em Socorro e Salvamento, já que se destinavam originariamente ao reboque e ao abastecimento de plataformas de petróleo em alto-mar. Tais rebocadores vieram melhorar, sensivelmente a função logística salvamento na MB. Estão, entretanto, com seus 7.200 HP de potência, superdimensionados para reboque aos navios de nossa Esquadra. A sua aquisição está a indicar uma ligeira modificação nas diretrizes para esta tarefa subsidiária. Dentro da filosofia de que atividades não militares, de interesse extra-Marinha, sejam cobertas efetivamente pelos interessados, e da necessidade de obter recursos adicionais para a MB, somos francamente favoráveis à entrada firme na concorrência às companhias estrangeiras, que vêm ao nosso litoral rebocar plataformas de grande tonelagem, principalmente para a PETROBRAS.

Para isto torna-se necessário agilizar nossa regulamentação de cobrança (INSOSALMA). A exigência do depósito antecipado tem suas origens no passado, quando alguns armadores não honraram os compromissos com a MB, após terem seus navios salvos. Hoje, entretanto, com a inflação de três dígitos e as facilidades de investimentos a curtíssimo prazo no *open market*, tal exigência pode conduzir à perda pela MB de rentáveis contratos. Além disto há outro aspecto. A espera pela formalização do depósito condiciona os Coman-

dantes, inibindo-os na tomada de decisão em momentos cruciais. Nega ao Comandante do navio de socorro uma de suas necessidades mais vitais, a de decidir por conta própria. Alguns navios foram encalhados na nossa costa, e os armadores retardaram as formalidades exigidas pela MB o tempo suficiente para que não pudessem ser salvos. Mais tarde, soube-se que estavam cobertos por vultosos e compensadores seguros. A prova mais eloquente deste procedimento ilegal é o mercante grego *Maltezas*, que jaz nas areias da Praia do Gi em Santa Catarina. —

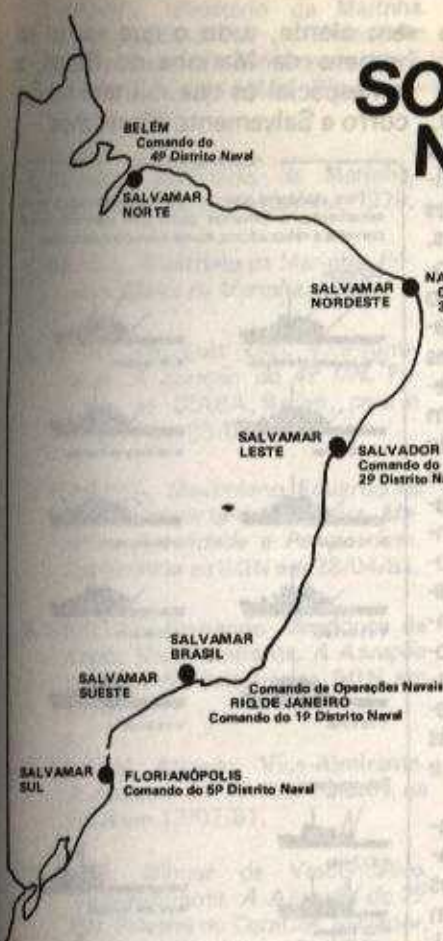
Há dias atrás o Ministro da Marinha assinou aviso desvinculando o combustível das cobranças previstas nas INSOSALMA. Empregando navios potentes como o *Almirante Guilhem* e o *Almirante Guilhobel*, que consomem três vezes mais que os outros meios, não era mais admissível cobrar apenas por dia de emprego. Óleo à parte a cobrança ficou mais coerente, mas na nossa opinião longe ainda da ideal. Por que não aplicar o conceito do "no cure, no pay" aceito internacionalmente? Convenhamos que não é justo pagar por um salvamento mal sucedido ou até não realizado. O argumento de que nossos meios estavam obsoletos e que o insucesso não podia ser pago pela Marinha, perdeu a validade. Além disto a cobrança por dia de emprego deixa transparecer o temor pelo fracasso. E da nossa competência nós mesmos não devemos duvidar. Principalmente quando as pessoas envolvidas nessa atividade repetem seguidamente

que competência não falta ao nosso pessoal. Costumam até frequentar nossos cursos de adestramento.

Ao retornarmos ao Cais da Portuguesa, assumindo o comando do rebocador *Tritão*, em 1979, reencontramos entre os subalternos velhos conhecidos de dez anos antes, quando servimos no *Triunfo*. São marujos que se especializaram por vontade própria no Socorro e Salvamento Marítimos, acostumados com as realizações das fainas realmente marinheiras. Na assinatura de um contrato de reboque entre a ECEX e o 1º DN, de uma de suas plataformas, ouvimos dos diretores da CIA a gratificante declaração, de que preferiam pagar mais caro à Marinha porque sabiam que aqui o serviço seria realizado com mais responsabilidade e sobretudo com mais competência. Certamente eles desconheciam que meu navio estava limitado aos 1.000 HP de potência, e nunca chegaram a saber que passamos uma noite inteira tentando sair da Baía da Ilha Grande, com vento e mar pela proa, e mesmo à toda força desenvolvíamos velocidade zero e até negativa nas rajadas mais fortes. Felizmente o vento diminuiu de manhã e foi possível prosseguir no reboque e concluí-lo com sucesso. Nossa abnegada tripulação sabe, todavia, a custa de que risco e sacrifício. Exemplos deste tipo enriquecem os arquivos de socorro dos Distritos Navais.

Considerando que as Marinhas existem para, entre outras atribuições, contribuir para o desenvolvimento do país e segurança da navegação. Considerando que temos

SOCORRO NO MAR



... dê o alarme

- salvamar
- capitania dos portos
- delegacias das capitania dos portos
- agências das capitania dos portos
- estações costeiras
- estações sudepe
- estações iates-clubes
- delegacias de polícia
- navios
- barcos pesqueiros, etc.

compromissos internacionais a cumprir. Considerando que não nos desvincularemos numa do Socorro e Salvamento Marítimos, pois, embora sejam rotulados como tarefas subsidiárias, na realidade se constituem em atividades pertinentes às Operações Navais. Considerando a conveniência econômica e política de conferir ao material um índice de nacionalização crescente, compatível com as possibilidades brasileiras. Considerando que já existe na DEN um projeto nacional, de Rebocador de Alto-Mar na faixa dos 3.000 HP, e que nossos estaleiros são perfeitamente capazes de executá-lo, entendemos que é altamente recomendável não abandoná-lo. Mesmo com a incorporação emergencial dos dois excelentes rebocadores *Almirante Guilhem* e *Almirante Guilhobel* acreditamos que aqueles, nacionais, atendem mais às nossas necessidades operativas e econômicas.

O SALVAMAR está bem organizado administrativa e operativamente. Carecia de comunicações confiáveis, o que foi resolvido com a modernização recente dos equipamentos das redes operativas. Falta atuar na outra ponta, ou seja substituir os meios obsoletos.

E assim os Comandantes de rebocador não poderão mais encerrar suas O/S como aquele já citado duas vezes no presente trabalho e que, por coincidência, é o próprio autor: "que os mares tranquilos ou tempestuosos, que as tarefas elementares ou espinhosas, continuam sendo o quadro onde o *Tritão* e sua gente hão de mostrar,

sem alarde, tudo o que valem homens da Marinha do Brasil, em especial os que militam no Socorro e Salvamento Marítimos"

Navios do Salvamar

Para atender a qualquer chamado de socorro ou de salvamento, o Salvamar conta com diversos navios, corvetas e rebocadores, como abaixo especificado:

Corvetas



V-15 Imperial Marinho



V-16 Iguaçu



V-17 Ipiranga



V-18 Foz de Coimbra



V-19 Caboto



V-20 Angostura



V-21 Bahiana



V-22 Morim



V-23 Puzos



V-24 Solimões

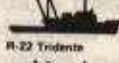
Rebocadores



R-21 Tritão



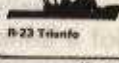
R-24 Alta Guilhem



R-22 Tridente



R-25 Alta Guillobel



R-23 Trifólio

40 - Serviço de Relações Públicas da Marinha

Bibliografia

- BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A — Guia para Elaboração de Teses e Monografias. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 — Guia para a Elaboração de referências Bibliográficas. Rio de Janeiro, 1981.

3. BRASIL. Ministério da Marinha. *ComOpNav-350-A — Instruções para Socorro e Salvamento Marítimos (INSOSALMA)*. Rio de Janeiro, 1978.
4. BRASIL. Ministério da Marinha. *Doutrina Básica da Marinha*, 1979.
5. BRASIL. Ministério da Marinha. *Política Básica da Marinha*, 1980.
6. FERREIRA, Luiz Leal. Vice-Almirante. *A atuação do 4º DN*. Palestra no CIABA, Belém, para o CEM/81 em 05/08/81.
7. FONSECA, Maximiano Eduardo da Silva. Almirante-de-Esquadra. *Marinha: Atualidade e Perspectivas*. Conferência na EGN em 28/04/81.
8. FREITAS, Fernando Mendonça da Costa. Vice-Almirante. *A Atuação do 5º DN*. Palestra na EGN em 22/07/81.
9. KARAM, Alfredo. Vice-Almirante. *A Atuação do 1º DN*. Palestra na EGN em 17/07/81.
10. ROSA, Dilmir de Vasconcellos. Vice-Almirante. *A Atuação do 2º DN*. Palestra no ComCos, Salvador, para o C-CEM/81 em 31/07/81.
11. SANTOS, Aloysio Ferreira dos. Vice-Almirante (EN). *Desenvolvimento, Projeto e Construção de Plata-*

formas na MB. Palestra na EGN em 18/05/81.

12. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Contra-Almirante. *A Indústria Naval Militar no Brasil Através do Tempo*. Revista Marítima Brasileira. 1º Trimestre/1981.

Relação das Entrevistas

1. ARAÚJO, Sergio Oliveira. Capitão-de-Corveta. *Comandante do Rebocador de Alto-Mar Almirante Guilhem*. Natal, 07/08/81.
2. CALAZANS, Paulo Roberto. Capitão-de-Fragata. *Encarregado da 1ª Seção do EM do 1º DN*, Rio de Janeiro, 14/08/81.
3. CAPIBERIBE, Gil de Almeida. Capitão-de-Fragata. *Encarregado da 3ª Seção do EM do 4º DN*, Belém, 06/08/81.
4. D'AZEVEDO, Sérgio Napoleão. Capitão-de-Mar-e-Guerra. *Comandante do Grupamento Naval do Sul*, Fev/81.
5. OBINO, José Luiz Feio. Capitão-de-Fragata. *Encarregado da 3ª Seção do EM do 1º DN*, Rio de Janeiro, 23/07/81.
6. PONTES, Wauterlô Teixeira. Capitão-de-Fragata. *Encarregado da Sub-Seção de SOS do ComOpNav*. Rio de Janeiro, 10/08/81.



O Capitão-de-Corveta Gilberto Roque Carneiro encontra-se atualmente fazendo o Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. Dentre suas funções exercidas anteriormente destacam-se: Subchefia de Tática do Comando de Operações Navais, Comandante do rebocador Tritão e Chefe do Serviço de Relações Públicas do 1º Distrito Naval, RJ.



O CORPO DE ENGENHEIROS DO EXÉRCITO NORTE AMERICANO

Virgílio da Veiga

O presente artigo, extraído do livreto informativo do Departamento do Exército norte-americano, "A Gênese do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos da América", de setembro de 1978, ressalta e comprova o inestimável valor da Engenharia Militar na construção e na defesa de uma grande nação.

ORIGEM

O Corpo de Engenheiros do Exército norte-americano nasceu na Batalha de Bunker Hill, sob o bombardeio dos navios ingleses às fortificações da Montanha Breed, que domina Boston, por ele construídas e que se mostraram praticamente invulneráveis aos tiros de canhões da Armada Britânica. Desde então, e durante mais de duzentos anos, o Corpo tem dado provas consistentes do seu valor, tanto no campo militar, como no civil, constituindo, hoje, a maior organização de engenharia do mundo.

Tudo começou em 14 de junho de 1775, mais de um ano antes da Declaração da Independência. Um dos primeiros atos de George Washington, após empossado Coman-

dante-em-Chefe do Exército, foi solicitar a nomeação de um Engenheiro-Chefe ao Congresso.

Em 16 de junho de 1775, data reconhecida, hoje, como da fundação do Corpo, atendendo à indicação de Washington, foi nomeado o Cel. Richard Gridley para o cargo recém-criado. Ex-oficial do Exército britânico, natural de Boston, com sessenta e cinco anos de idade, Gridley abriu mão de vastas concessões de terras e dos proventos a que fazia jus, para tornar-se o primeiro Engenheiro-Chefe do Exército norte-americano.

A partir desse início, o Corpo, no campo de suas atribuições militares, participou de cento e cinquenta batalhas vitoriosas e, no campo de suas atividades civis, assumiu a posição de maior e mais eficaz instrumento de que a nação

norte-americana dispõe, para trabalhos de engenharia civil e exploração de suas vias de transporte fluvial.

PAINEL HISTÓRICO

Logo que terminou a Revolução da Independência, dentro da concepção civilista que a inspirou, o Exército foi reduzido a oitenta homens. Engenheiros, porém, como Rufus Putnam, substituto de Gridley, continuaram em atividade, construindo fortes fronteiriços, para proteção dos índios contra o extermínio provocado pela colonização predatória.

Em 1794, diante da ameaça representada pelas revoluções e guerras que assolavam a Europa, foi autorizada, pelo Congresso, a construção de fortificações costeiras. Para atender à nova frente de trabalho, o Presidente Washington teve que socorrer-se de engenheiros franceses ainda residentes no país. Um deles, Stephen Rochefontaine, que prestava serviço no Corpo de Engenheiros, foi escolhido para o comando de um Corpo de Artilharia e Engenharia, que, entre outros encargos, proveria pessoal militar e assumiria a direção das obras planejadas.

Induzido por Washington, Rochefontaine começou, também, a erigir uma escola para a formação de engenheiros militares. Localizada junto ao seu QG, em West Point, essa escola viria a ser a precursora da Academia Militar hoje ali sediada.

Em face das dificuldades encontradas para o comando de um Cor-

po misto, o desmembramento do Corpo de Engenheiros não tardou a ser efetivado. Na oportunidade por proposta do Presidente Jefferson ao Congresso, foi efetivada também, a criação de uma academia militar, para a formação de oficiais de Engenharia. Assim, durante os sessenta e quatro anos seguintes, até passar a atender o Exército como um todo, em 1860, West Point foi uma academia de Engenharia e, pelo menos durante o primeiro quarto do século dezesseis, a única escola de engenharia do país.

Foram, ainda, oficiais de Engenharia do Exército que, entre 1820 até após 1840, iniciaram a implantação de cursos de engenharia nos estabelecimentos de ensino norte-americanos. De sorte que em 1860, eles tinham ajudado a criar escolas ou departamentos de engenharia e de engenharia em, pelo menos, treze universidades, incluindo Yale, Michigan e Harvard, e a Academia Naval, que foi fundada em 1845.

Entre 1807 e 1812, os Estados Unidos intensificaram suas instalações defensivas. Durante esse período, os engenheiros militares projetaram e supervisionaram a construção de vinte e quatro fortes, trinta e duas baterias de costa, incluindo Fort Severn, em Maryland, hoje sede da Academia Naval.

Quando a guerra contra a Inglaterra foi deflagrada, em 1812, nenhuma dessas fortificações caiu em mãos inglesas, a despeito dos repetidos assaltos que sofreram. Sua solidez constituiu fator de capital importância no conflito, man-

tendo a Marinha britânica afastada dos portos mais fortemente defendidos, ao mesmo tempo que o desenrolar da guerra serviu para indicar os pontos ao longo da costa, onde mais sólidas fortificações se faziam necessárias.

Em 1816, novo esforço em construções foi, assim, solicitado ao Corpo. Entre as novas fortificações construídas, figuravam Fort Sumter, na Carolina do Sul, e Fort Monroe, na Virgínia.

A conquista da Luiziana, em 1803, dobrou as responsabilidades territoriais dos Estados Unidos, pondo à tona a necessidade de obtenção de melhores conhecimentos do Vale Mississipi. Nesse sentido, o Presidente Jefferson encarregou seu secretário particular, Cap Meriwether Lewis para, juntamente com o Ten William Clark, proceder a uma expedição exploratória. Essa expedição veio a tornar-se famosa, até nossos dias, mas foi o Corpo de Engenheiros que recebeu a totalidade das missões de levantamento topográfico.

Entre os oficiais encarregados desse levantamento, formados em West Point e comissionados engenheiros topógrafos, estavam o Maj Stephen H. Long que, no período 1819-20, após cruzar planícies e penhascos (Long Peak é denominação dada em sua honra), atingiu o Pacífico, e o Ten John C. Fremont (primeiro candidato do Partido Republicano à Presidência, em 1856), que retornou do noroeste com um mapa extremamente preciso, baseado em suas próprias observações.

Ao alvorecer de 1800, pioneiros e imigrantes alargaram a fronteira oeste e o comércio floresceu. Para acompanhar a velocidade da colonização e o fantástico crescimento econômico, que caracterizou o século dezenove, a liderança suprida pelos Engenheiros do Exército tornou-se uma necessidade crítica.

Uma série de leis aprovadas pelo Congresso, em 1824 (entre elas o General Survey Act, de 30 de abril), marcou, então, o início do efetivo engajamento do Corpo em programas de desenvolvimento na área civil. Trabalhos de limpeza e dragagem tornaram os rios Ohio e Mississippi navegáveis durante todo o ano, somando-se aos de construção de portos para navios a vapor nos Grandes Lagos, construção e manutenção de faróis e inspeções em canais, rodovias e ferrovias.

Os detalhes de construção da primeira ferrovia americana, entre Baltimore e Ohio, tiveram o Cap William Guibbs Mc Neil e o Ten George Washington Whistler, pai do pintor americano James Mc Neil Whistler, como responsáveis. A obra impressionou de tal forma o Czar da Rússia, que este convidou o Ten Whistler para construir a ferrovia S. Petesburgo-Moscou, a primeira, também, do seu país. Foram, ainda, os engenheiros militares norte-americanos que ajudaram a construir e administrar as primeiras ferrovias do México, Cuba e Panamá.

Um dos mais duráveis e impressionantes instrumentos que possibilitaram a continuidade da expansão norte-americana foi a Cumberland National Road. O percurso

integral dessa estrada, que se estendia, de Cumberland, em Maryland, a St Louis, no Missouri, incluía a primeira ponte de estrutura em aço americana, na Enseada Dunlap, em Brownsville, Pensilvânia. Ela começou a ser construída em 1811, sob a supervisão do Departamento do Tesouro. O Corpo não foi envolvido nas obras até 1825, quando oficiais de Engenharia; notadamente o Ten J. K. F. Mansfield e o Cap Richard Delafield, deram início aos trabalhos de restauração da estrada.

Os usuários da Rodovia 40, hoje, certamente não se dão conta de que estão percorrendo a histórica rota da outrora famosa Rodovia Nacional Cumberland.

Embora existisse um Corpo de Engenheiros em atividade, prolongada situação de paz significava, para o Exército norte-americano, a inexistência de Unidades de Tropa de Engenharia, desde 1821. Assim, quando a Guerra do México foi deflagrada, em 1846, uma Companhia de Sapadores, Mineiros e Pontoneiros teve que ser criada.

Essa subunidade tornou-se, mais tarde, o 1º Batalhão de Engenharia e muito do crédito das vitórias sobre o México deveu-se aos engenheiros militares. Eles melhoraram as condições do tráfego nas estradas existentes e construíram novas estradas, proporcionando a necessária mobilidade ao Exército. As operações de cerco, que culminaram nas capitulações de Vera Cruz, Cerro Gordo, Chapultepec e Cidade do México, foram conduzidas por oficiais de Engenharia.

No conjunto, seu desempenho foi impressionante e, na lista dos Engenheiros que participaram da Guerra do México, encontram-se nomes de generais que se tornaram famosos na Guerra Civil Americana, em ambos os lados, como Totten (engenheiro-chefe), Lee, McClellan, Johnston, Meade, Beauregard, Pope, Halleck e Fremont.

Com a vitória norte-americana sobre o México e a compra posterior de Gadsden, ao sul do rio Gila, a linha de fronteiras sul expandiu-se para oeste. A primeira etapa do desenvolvimento da extensa área incorporada ao território nacional norte-americano teria que apoiar-se na criação de facilidades de transporte que permitisse unir o Atlântico ao Pacífico.

Nos anos cinquenta do século dezenove, isso significava a construção de uma ferrovia transcontinental e foram os Engenheiros do Exército que, unindo sua autoridade em Engenharia Civil à sua capacitação em Agrimensura, definiram a direção dos quatro primeiros sistemas transcontinentais.

A importância de um embasamento científico para o trato dos problemas afetos à navegação fluvial foi, de longa data, reconhecida por engenheiros militares e cientistas. Já em 1851, começaram-se a adaptar os últimos conhecimentos europeus em hidrologia para a solução dos problemas de navegação das vias aquáticas interiores do país. Os apontamentos de campo deixados pelo Cap A. A. Humphreys e pelo Ten Henry L. Abbot constituíram a base para os estudos desenvolvidos e que culmi-

naram com o surgimento de uma nova Engenharia Fluvial.

Conhecido, hoje, como Relatório Humphreys-Abbot, esses estudos resultaram na criação de um novo método de medida da velocidade de corrente dos rios e de registro dos dados obtidos. Os novos processos e instrumentos criados deram margem, pelo seu uso, à formulação de leis hidráulicas desconhecidas até então. Considerando controle da navegação e controle das cheias dos rios como problemas interrelacionados, o relatório revela-se muito além do seu tempo.

A atmosfera de paz que se seguiu à Guerra do México foi curta, logo interrompida pela Guerra Civil. Em 12 de abril de 1861, o General P. G. T. Beauregard, engenheiro de origem, deu o primeiro tiro dos Estados Confederados, em Fort Sumter. Primeiro conflito militar moderno, a Guerra Civil presenciou a reunião e a movimentação de grandes exércitos, através de vastas extensões do terreno. Da construção de posições defensivas nas colinas de Arlington, em Washington, aos trabalhos de sapadores, mineiros e pontoneiros, no acompanhamento às tropas em campanha, os Engenheiros provaram ser indispensáveis. Quando a guerra teve início, havia noventa e três oficiais de Engenharia no Exército. Destes, quinze pediram demissão e foram juntar-se ao Exército Confederado, cinquenta e cinco tornaram-se generais e quinze morreram ou foram feridos.

Engenheiro de origem, o Cel Robert E. Lee recusou o comando supremo do Exército da União,

para comandar as tropas da Virgínia — na época, Exército da Virgínia do Norte — e, finalmente, Exército Confederado. O Exército do Potomac, que combateu Lee, foi comandado pelos oficiais de Engenharia Meade e McClellan, este último candidato à Presidência pelo Partido Democrático, contra Lincoln, em 1864.

Durante a guerra, a Engenharia foi, inicialmente, empregada em trabalhos de pontagem. Eram pontes flutuantes que podiam vencer dois mil pés, ou mais, de vão e sua construção não teve paralelo, em quantidade e extensão. Elas foram usadas repetidas vezes, à proporção que as tropas avançavam ou recuavam, cruzando rios como Potomac, Rappahannock, Chicahominy e James, freqüentemente sob condições meteorológicas adversas, em combates na neve e enfrentando fortes correntezas.

Houve ocasião em que, em apenas sete horas, os Engenheiros lançaram uma ponte de dois mil e cem pés de comprimento, composta de cento e cinquenta pés em cavaletes e uma parte flutuante de cento e um pontões, sobre o rio James. Ambos os lados utilizaram ferrovias, para movimentar homens e suprimentos, e foram os integrantes da Arma de Engenharia que garantiram a operação e promoveram as reparações do sistema.

Após a Guerra Civil, o Corpo voltou a dedicar-se a atividades civis, administrando os recursos aquáticos, dentro de programas de melhoramento de portos e vias fluviais, e promovendo estudos para a futura expansão nacional. Durante

os anos da Guerra, as condições da cidade de Washington tornaram-se tão deploráveis, que chegou a ser sugerida sua mudança para outro sítio. Os engenheiros militares foram, então, chamados para concluir os trabalhos que haviam iniciado antes da eclosão do conflito.

Eles construíram o Anfiteatro de Arlington, ampliaram o sistema de abastecimento de água da cidade, que eles próprios tinham construído uma década antes, pavimentaram ruas, dirigiram a construção da primitiva Biblioteca do Congresso e concluíram o Monumento de Washington. Nesse período, o Congresso criou uma comissão de três membros para governar a cidade. Essa comissão viveu, de 1874 a 1967 e dela sempre fez parte um comissário do Corpo, para cuidar da infra-estrutura da cidade, no que concerne ao sistema de água e esgotos, circulação urbana e obras públicas.

Continuando a crescer o movimento para oeste, os agrimensores do Exército reassumiram, ao término da Guerra Civil, os trabalhos de exploração cartográfica e mapeamento. Nos anos setenta e oitenta do século dezenove, eles fizeram o levantamento topográfico e conduziram os trabalhos de conservação da região de Yellowstone. Sem se dar conta, seu trabalho influenciou decisivamente para a preservação de áreas que vieram a tornar-se os parques nacionais de Yellowstone, Yosemite e Sequoia, levando a cabo as primeiras medidas que salvaram esses tesouros naturais da exploração privada.

Pelo emprego de patrulhas do Exército, mantiveram a área a salvo de vandalismos e as estradas e pontes que construíram foram o móvel que atraiu a curiosidade e a admiração do público pelos parques. Foram obras de engenheiros apressados, utilizando uma engenharia de circunstância, visando à melhoria rápida e extensiva dos excessos, de modo a impedir os males da comercialização desordenada.

A partir de 1870, o Corpo esteve encarregado da execução de extenso programa de melhoria de portos e rios em todo o país. No decorrer do restante do século, esta foi sua principal ocupação.

Por volta de 1879, as crescentes pressões para o melhoramento da navegação e a ocorrência de devastadoras inundações apressaram o Congresso a criar a Comissão do Rio Mississipi. Esta Comissão, responsável pela implementação de ambiciosos planos de controle de enchentes e melhoria das condições de navegação do Baixo Mississipi, dirige, ainda hoje esses trabalhos. Ela é composta de sete membros, pertencendo ao Corpo seu presidente e dois deles. A criação dessa autoridade básica ampliou o compromisso do Governo com o desenvolvimento de um sistema seguro de aquavias interiores e seu maior engajamento nos trabalhos de controle de enchentes e da navegação.

Quando Ferdinand De Lesseps abandonou as primeiras cinquenta milhas do Canal de Panamá, em 1889, após sete anos de trabalho e a morte de vinte e dois mil traba-

lhadores, os engenheiros militares norte-americanos assumiram e completaram a obra. Em agosto de 1914, o Cel George Goethals dava como concluído o que Lesseps, o construtor do Canal de Suez, considerou impossível. Comportas, barragens, quebra-mar, canais de dragagem, instalações de energia, diques, embarcadouros e fortificações foram feitos inacreditáveis, que permanecem, hoje, como um monumento da determinação, coragem e competência da Engenharia Militar.

No mesmo mês em que Goethals e seus homens terminavam o Canal do Panamá, eclodiu a Guerra da Europa. Embora demorasse ainda quase três anos, até os Estados Unidos entrarem na guerra (17 de abril de 1917), a Engenharia Militar, uma vez mais, teve que trocar sua missão, de tempo de paz, para tempo de guerra. No decurso do conflito, o Exército norte-americano chegou a ter vinte e nove mil e seiscentos Engenheiros na zona de combate, força equivalente a quase o dobro do seu próprio efetivo no início da guerra. O 11º Regimento de Engenharia, que ainda existe até nossos dias, sofreu as primeiras baixas americanas na guerra, quando abria uma passagem através da terra-de-ninguém, precedendo a um ataque aliado.

Antes do término da guerra, em 1918, os Engenheiros tinham construído centenas de pontes, reparado e construído rodovias, campos de pouso, postos de comando, abrigos, hospitais, depósitos e acantonamentos, trabalhos essenciais ao êxito das operações.

Na segunda e terceira décadas do nosso século, os engenheiros do Exército estiveram, uma vez mais, engajados em trabalhos de preservação dos recursos aquáticos, aumentando a capacidade dos transportes fluviais, e em outros projetos civis. Em 1927, eles foram lançados a outra grande batalha. De Illinois ao Golfo do México, os rios Mississipi e Ohio saíram de suas calhas, durante uma das maiores inundações da história norte-americana. A perda de mais de duas centenas de vidas e do equivalente a um bilhão de dólares, em danos a propriedades, motivaram o Congresso a direcionar a Engenharia Militar para um programa de controle de enchentes no rio Mississipi. Os resultados desse programa podem ser apreciados, ainda hoje, numa barragem com mais de duas mil e duzentas milhas de extensão (maior que a muralha da China) e que tem, efetivamente, protegido o vale do Baixo Mississipi, mesmo de inundações que excederam às provocadas pela grande enchente de 1927.

Em 1936, o Congresso estendeu essa responsabilidade para todo o território norte-americano e, com a instalação de fundos, dentro do New Deal, os trabalhos do Corpo ampliaram-se tremendamente. Foi, sem dúvida, um período de grandes empreendimentos, no qual foram concluídas as rotas de navegação ao longo do rio Illinois, entre o lago Michigan e o Mississipi, desenvolvido outro sistema de navegação no rio Missouri, da foz do Ohio até Mineápolis, implantada uma cadeia de canais, ligando as

mil e duzentas milhas de aquavias da costa do Atlântico, e construídas represas como Fort Peack, no rio Missouri, e Bonnevillle, na Columbia.

As represas destinavam-se a propósitos diversos, provendo controle de enchentes, ajudando a regular os cursos dos rios para a navegação, suprimindo comunidades em água e irrigação, proporcionando enorme quantidade de usinas hidrelétricas e criando áreas de recreação para uso durante todo o ano.

A experiência adquirida na aplicação do Corpo em atividades civis cedo produziria enormes e compensadores dividendos. Em 1º de setembro de 1939, os exércitos de Hitler invadiram a Polônia, caracterizando o início da 2ª Grande Guerra. Nessa ocasião, as responsabilidades do Corpo de Engenheiros, no que concerne à Engenharia Militar, restringiram-se aos Teatros de Operações e a trabalhos de fortificações nos Estados Unidos. As construções militares estavam afetadas a uma modesta Seção, dentro do organograma geral de construções do Corpo.

Nas duas décadas, entre a primeira e a segunda guerras mundiais, ela tinha somente um pequeno exército para atender e responsabilidades de manutenção de, apenas, um número limitado de organizações militares. Não possuía missões de âmbito nacional, nem fundos que justificassem uma estrutura maior. O Corpo, por outro lado, era constantemente chamado, pelo Congresso e pelo Presidente,

para assumir responsabilidades adicionais no campo civil.

Com a eclosão da guerra na Europa, o país se viu, subitamente, engajado na maior mobilização, em tempo de paz, da sua história e aquela Seção do Corpo encarregada das construções militares foi, de repente, sobrecarregada pelas demandas de um gigantesco programa de obras. Esse programa incluía a construção de bases militares no território britânico e a construção, em larga escala, de aeroportos e instalações para a tropa, nos Estados Unidos, Alasca e Havaí. Graças à sua real estrutura e sua vivência em construções, o Corpo, não apenas assumiu essas missões, mas o dever de cumpri-las com oportunidade. E as respostas dadas a esse formidável desafio foram tão satisfatórias que, em 16 de dezembro de 1941, todas as construções militares tinham sido transferidas para o Corpo e a outrora limitada Seção encarregada das construções militares tinha absorvido completamente os Engenheiros do Exército.

Os modelos de gerência, organização e método do Corpo em trabalhos civis foram diretamente aproveitados nesse esforço. O sistema de apropriação de custos, por exemplo, o mais antigo e, provavelmente o melhor do Governo, foi como um achado unanimamente reconhecido pela sua eficácia. Laboratórios do Corpo, tais como a Estação Experimental de Aquavias, em Vicksburg, Mississipe, foram rapidamente adaptados, de modo a transferir sua autoridade

em estudos de solo para a solução de problemas de drenagem dos campos de pouso, estabilização do solo e pavimentação. Mesmo assim, em 7 de dezembro de 1941, a guerra surpreendeu os Estados Unidos e não encontrou a nação completamente preparada. Era óbvio que as construções seriam o fator limitativo da mobilização, e o Corpo teve que acelerar seus esforços.

O completo programa de edificações chegou a incluir mais de vinte e sete mil projetos, grandes e pequenos, e o custo de quinze bilhões e trezentos milhões de dólares. Entre as construções mais expressivas, figuravam acampamentos e acantonamentos, para abrigar um efetivo de cinco milhões e trezentos mil homens; instalações para produzir explosivos, munições, tanques e aviões em massa; hospitais para cerca de meio milhão de leitos; uma imensa rede de porto e depósitos; melhoramento nas principais aquedutos e proteção contra enchentes para indústrias vitais; bases para bombardeiros e, ainda, o gigantesco Pentágono, o edifício que tornou possível o abrigo e a consolidação das repartições mais importantes do Departamento de Guerra sob um mesmo teto.

Em todos os teatros de operações, os Engenheiros do Exército lutaram e construíram. No Pacífico, eles construíram portos, campos de pouso e imensas bases em densas florestas ou sobre recifes de coral. Para prover linhas de comunicações e suprimento, milhares de milhas de estradas foram, por eles, construídas.

No continente asiático, a rodovia Ledo ajudou a expulsar os japoneses de Burma, unindo Ledo, na Índia, à rodovia de Burma, e a salvaguardar os oleodutos construídos pelos Aliados no Teatro China-Burma-Índia. Quarenta e cinco mil trabalhadores, trabalhando dia e noite, abriram uma estrada através de quatrocentos e trinta e oito milhas de selva, construíram cento e cinquenta e cinco pontes e estenderam mil e oitocentas milhas de oleodutos.

No dia D, 6 de junho de 1944, os Engenheiros desembarcaram uma hora antes das primeiras vagas de assalto da Infantaria e dos Blindados, em Omaha e nas praias de Utah, quando a mais poderosa força de invasão da História do mundo, invadiu a Europa ocupada pelos alemães. Para proteger o flanco norte dos Estados Unidos, fez-se necessária uma linha de comunicações, unindo o Alasca ao restante território do país.

Desafiando condições climáticas, de terreno e, até, ceticismos, os Engenheiros, em apenas oito meses, num gigantesco feito de Engenharia, construíram uma estrada pioneira, a rodovia Alcan, com mil e quinhentas milhas, da Enseada Dawson, na Columbia Britânica, a Fairbanks, no Alasca, através do território Yucon.

Durante a guerra, a força de trabalho do Corpo chegou a atingir setecentos mil oficiais e praças, a maioria atuando nos Teatros de além-mar. Em algumas áreas do Pacífico, havia mais Engenheiros que Infantes ou integrantes de qualquer outra Arma.

É fácil entender porque a 2ª Guerra Mundial foi considerada como "uma guerra de Engenharia".

O revolucionário Projeto Manhattan, que terminou a 2ª Grande Guerra, foi obra que contou, também, com a participação do Corpo de Engenheiros. Dirigido pelo então General-de-Brigada Leslie R. Groves, este programa de pesquisa e desenvolvimento venceu a competição para produzir a última das armas — a bomba atômica. Enquanto cientistas nucleares, como Enrico Fermi e J. Robert Oppenheimer, procediam à pesquisa crítica para controlar a cadeia de reações nucleares, os Engenheiros do Corpo estavam engajados na construção de instalações para o desenvolvimento da ultra-secreta missão e para as imensas fábricas que produziram a arma atômica.

Em 15 de julho de 1945, o primeiro engenho atômico foi lançado de uma torre de cem pés de altura, no deserto do Novo México, próximo a Alamogordo. A imensa bola de fogo, em forma de cogumelo, subiu a uma altura de dez mil pés e sua luz brilhante foi vista em Santa Fé, a cento e oitenta milhas de distância.

Era o pé-de-vento que lançou os Estados Unidos na era nuclear e que mudou a História do mundo. Em menos de um mês, em 14 de agosto de 1945, duas explosões atômicas trouxeram a rendição incondicional do Japão.

A paz do pós-guerra não foi longa. Em junho de 1950, a Coreia do Norte invadiu, de surpresa, a Coreia do Sul e, diante do inesperado, muitos Engenheiros do Corpo

foram empregados em combate como Infantes. O território da Coreia, escarpado e montanhoso, apresentava os vales como única área de manobra para o Exército. Sendo a quase totalidade dos vales sujeita a constantes inundações, a construção de pontes tornou-se a ocupação diária dos Engenheiros.

O ápice das atividades do Corpo na Coreia foi atingido durante a extenuante ofensiva que terminou a guerra. No avanço para o Norte, todas as pontes, que foram destruídas ou danificadas, tiveram que ser reconstruídas ou reparadas e outras pontes tiveram que ser lançadas, para assegurar o tráfego durante as cheias do verão. Durante grande período do conflito, o Corpo manejou uma média de mil toneladas de material e as necessidades de suprimento de material de engenharia atingiu, em média, mais de duas mil toneladas/dia.

Após o armistício de 1953, o Corpo retornou à sua missão tradicional de desenvolvimento de recursos aquatéis. Nessa atividade, um dos maiores projetos em que se viu engajado foi o da construção do Canal de St. Lawrence, concluído em 1958. Nesse esforço conjunto entre os Estados Unidos e o Canadá, o Corpo participou das obras para melhoria da navegação e da construção das barragens hidrelétricas contidas no canal, assegurando a ligação dos Grandes Lagos com o Oceano Atlântico.

As solicitações à experiência do Corpo não se limitaram, porém, a esse tipo de trabalho, que lhe era tão familiar. Engenheiros do Exército e seus contratados foram cha-

mados, também, para projetar e construir instalações para lançamento de mísseis, redes de radares de orientação e detecção, fábricas de munições, postos militares e obras congêneres, necessárias ao fortalecimento da capacidade de defesa e retaliação dos Estados Unidos e seus aliados.

Com a perda do monopólio atômico, as necessidades de um sistema de defesa nuclear tornaram-se evidentes e a construção de instalações para testes, instrução e operação dos sistemas de mísseis passou a ser a missão prioritária do Corpo.

Em cooperação com a Força Aérea, os Engenheiros do Corpo construíram bases de instrução e lançamento para o maior Sistema de Mísseis Balísticos Intercontinentais norte-americanos. Em agosto de 1960, foi instituída, no Corpo, uma Agência de Construção de Mísseis Balísticos, destinada a suprir *know-how* de Engenharia para seis ultracientíficos sistemas de armas, localizados em vinte e duas bases aéreas, em dezessete Estados. Posteriormente, o Corpo serviu de agente na construção das obras civis do Sistema de Míssil Antibalístico Safeguard.

Com sua organização regional e comprovada capacitação para cumprir missões sob prazos restritos, o Corpo foi, também, a escolha lógica da NASA para ser agente de construção e superintender o acelerado programa de edificações, no esforço de pôr o homem na lua antes dos soviéticos.

O envolvimento do Corpo começou em 28 de novembro de 1961,

com o projeto e a construção do Mississippi Spacecraft Center, em Huston, e as instalações de Cabo Canaveral. No Centro Espacial John F. Kennedy, o Corpo, principal agente da NASA, construiu o complexo de lançamento do Apolo 39 e sua área industrial de apoio, bem como os complexos de lançamento dos Saturno 34 e 37. Em 1966, o complexo 39 e suas obras afins foram selecionados como Destaque de Engenharia do Ano, pela Sociedade Americana de Engenharia Civil.

Durante a escalada do Vietnã, em que os efetivos norte-americanos saltaram, de quinze mil, em janeiro de 1965, a mais de quinhentos e quarenta mil homens, em maio de 1969, os Engenheiros do Corpo deram a maior contribuição para esse acréscimo. Oficiais de Engenharia figuraram entre os primeiros assessores designados para Unidades do Exército do Vietnã, nível batalhão, e Batalhões de Engenharia estiveram entre as primeiras organizações militares criadas, como parte da escalada.

No Vietnã, os Engenheiros foram solicitados para ampliar zonas de desembarque na selva, encontrar soluções para destruir vastos complexos de túneis, construir estradas, através de pântanos e arrozais, bases logísticas, portos, depósitos e instalações de todos os tipos, necessárias para apoiar o esforço de guerra dos Estados Unidos. No período 65-69, o Corpo construiu vinte e seis acantonamentos de grande porte e uma enorme e completa rede de estradas e pontes na área de retaguarda. Simul-

tâneamente, na zona de combate, os Engenheiros construíram centenas de bases de fogo, pistas de pouso e aeroportos.

Hoje o Corpo prossegue no seu trabalho, dentro da tradição de sua orgulhosa história. Singular e imensa organização, o Corpo provê apoio de Engenharia a todo o Exército e à nação norte-americana. No campo de suas atribuições militares, fornece apoio ao combate, facilitando o movimento e as operações das forças amigas e impedindo, ou dificultando, o movimento e as ações do inimigo.

O Corpo também planeja, projeta e supervisiona a construção de modernas instalações, necessárias a assegurar a preparação do Exército para o combate. Finalmente, engenheiros civis e militares do Corpo operam e mantêm uma rede de instalações do Exército norte-americano através do mundo, cujo tamanho varia de pequenos postos militares a instalações comparáveis,

em dimensões e complexidade, a grandes cidades.

No campo de suas atribuições civis, o Corpo conserva sua responsabilidade de desenvolver os recursos aquatéis da nação, operando e mantendo um completo sistema de aquavias através do país, missão que requer completo domínio em planejamento, Engenharia e construções. Absorvendo trezentos oficiais e trinta mil civis, constitui um instrumento de âmbito nacional disponível para responder às solicitações decorrentes de uma guerra ou qualquer situação de emergência. Esta capacidade tem sido usada diversas vezes, desde que foi instituída, em 1824.

Em síntese, as missões de caráter civil e militar do Corpo, continuam complementando-se e proporcionando a necessária perícia técnica, para responder à dinâmica das prioridades nacionais norte-americanas, na paz ou na guerra.



O Cel Eng QEMA Virgílio da Veiga, promovido ao posto atual por merecimento em 30.04.75, tem os seguintes cursos militares: Engenharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Instrutor de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército; Técnica de Ensino, do Centro de Estudos de Pessoal; Operacionalização dos Objetos Educacionais, do CEP; Ensino Programado, do CEP; Engenharia, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA (Fort Leavenworth); Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra. Entre suas comissões mais recentes destacam-se: Instrutor da ECEME, Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia de Construção; Comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Combate; e Participante da 8ª Conferência dos Exércitos Americanos. Exerce atualmente a função de Chefe da Assessoria 4-Administração, do Departamento de Ensino e Pesquisa.



O REINO UNIDO E O EXÉRCITO BRITÂNICO

Luiz Paulo Macedo Carvalho

FISIOGRAFIA

O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte ("UK" ou "Britain" como os ingleses chamam formalmente o país) é constituído, na sua maior parte, por um grupo de ilhas ao noroeste do litoral do continente europeu e separadas do resto do mundo pelo Canal da Mancha, mais conhecido pelos descendentes do avô de Tio Sam como "English Channel". As maiores ilhas são chamadas Grã-Bretanha e Irlanda. A Grã-Bretanha compreende três países: Inglaterra, Gales e Escócia. A Irlanda acha-se dividida em Irlanda do Norte e República Irlandesa. Destacam-se ainda ao sul e no sudeste da Inglaterra, respectivamente, as ilhas de Wight e Scilly, ao norte de Gales, a de Anglesey e, no extremo norte da

Escócia, as Orkneys e Shetlands (esta última famosa pelos seus pôneis). Todas estas ilhas mantêm laços administrativos com o governo central, mas a de Man, no Mar da Irlanda, e as ditas do Canal possuem enorme grau de autonomia, ou seja, pertencem à Coroa, mas não fazem parte do Reino Unido.

A Grã-Bretanha situa-se entre 50° e 60° de latitude Norte, portanto, fica inteiramente no hemisfério setentrional. É cortada pelo meridiano 0° que passa em *Greenwich*, Londres, achando-se o ponto extremo ocidental (Inglaterra) por volta de 1° 45' L e o oriental de 8° 10' W (Irlanda do Norte). Isto equivale a dizer que a distância, em linha reta, da extremidade sul à extremidade norte do país, é de 966 km e de 483 km, de leste a oeste, na parte mais larga.

O Reino Unido ocupa uma área de 244.035 km² (aproximadamente igual à superfície de Rondônia — 243.044 km²), assim distribuída: 30% de terras cultiváveis, 50% de pradarias e pastagens, 12% de terras incultas e urbanizadas, 7% de florestas e 1% de água.

A topografia apresenta uma rica variedade de cenários e solo de todos os períodos geológicos. As terras são pouco férteis e entrecortadas por muitos bosques e cursos de água de pequeno vulto. A grosso modo, o país divide-se em duas grandes regiões: as *terras baixas* ("lowlands"), constituídas de terreno mais ondulado do que plano, com jazidas de giz e calcário (Dover e Ilha de Wight) no sul e leste; as *terras altas* ("highlands"), abrangendo toda a Escócia, o famoso distrito dos lagos no noroeste, o amplo planalto central dos Peninos e a península do sudoeste da Inglaterra, além do país de Gales inteiro. Geologicamente as montanhas das "highlands" são de origem muito antiga e apresentam uma cobertura de estrato carbonífero que assegura ao Reino Unido expansão industrial.

O litoral com 12.429 km de extensão, rochoso, escarpado e recortado, oferece bons ancoradouros e reduzido número de praias. O mar territorial reivindicado de 3 milhas náuticas estende-se até 12, para efeito de controle da pesca.

O clima nas ilhas britânicas é temperado, sujeito a freqüentes chuvas e mudanças bruscas, mas não se registram temperaturas extremas amiúde. Fortes ventos de sudoeste, normalmente, sopram

com tal violência na Mancha interrompem a navegação aérea marítima no canal, além de impedir o tráfego nas estradas litorâneas. Isto explica o típico cidadão britânico andar sempre com o defectível "umbrella" (até mesmo fardado, em solenidades ou campanha), o velho adágio "não corra com os ingleses nem no tempo da Grã-Bretanha", além do fato do Reino Unido não mais ter sido invadido desde 1066 (dizem que os proveis invasores temem passar o fim de semana sob chuva, vento e nevoeiro).

POVO

Os atuais habitantes da Grã-Bretanha descendem de múltiplas diferentes culturas que passaram pela ilha nove séculos atrás. Os restos de uma longa sucessão de invasores e colonizadores escandinavos e europeus foram os normandos, ramo dos "vikings" que aprenderam com os franceses e assimilaram a língua e os costumes deles, transferiram a Mancha e conquistaram a Inglaterra em 1066. Precedendo os normandos, dominaram a Grã-Bretanha os celtas, os romanos e os anglo-saxões. As influências destes ancestrais fazem-se sentir ainda hoje nos hábitos mantidos e nos idiomas falados no país. O Inglês, resultante da mistura de línguas anglo-saxônicas com o francês-normando ("Patois"), predomina na maior parte da Inglaterra e nas terras baixas da Escócia; os dialetos de origem celta são usados em Gales, Cornwall, Ilha de Man, terras altas da Escócia e Irlanda.

A população estimada da Grã-Bretanha oscila em torno de 56 milhões de habitantes (excluída a da Ilha de Man e do Canal). A densidade populacional é de aproximadamente 229 hab/km². A taxa média de crescimento anual da população é de 0,01%, dos quais 83% são de ingleses, 9% de escoceses, 5% de galeses e 3% de irlandeses. Apesar da queda acentuada na taxa de natalidade, registra-se um gradual aumento na idade média da população devido a redução da mortalidade e o crescente fluxo de imigrantes provenientes das antigas colônias ou de países membros da "Commonwealth", que gozam do direito de cidadania britânica.¹

Com alta densidade urbana, um terço da população vive na Grande Londres e nas áreas metropolitanas (8,1 milhões de habitantes em Londres, 1,01 milhão em Birmingham, 862.000 em Glasgow, 581.000 em Liverpool, 536.000 em Manchester).

Noventa e sete por cento dos habitantes residem em imóveis próprios, pois é mais fácil e compensador adquiri-los do que alugá-los. As casas são mais comuns do que os apartamentos, uma vez que nos grandes e velhos centros urbanos acham-se proibidas constru-

ções diferentes dos estilos antigos. Dentre cada cinco famílias quatro habitam casas com aquecimento e eletrodomésticos (geladeira, máquina de lavar roupa etc.), mas sem chuveiros. Todavia, apesar de todo o conforto que os grandes centros urbanos oferecem, os ingleses preferem residir no campo.

O povo é extremamente educado, ordeiro, politizado e reservado, mas desprovido de calor humano, demasiadamente formal e dotado de inigualável senso de humor. As palavras mais escutadas em um logradouro público são: "sorry", "excuse me", "pardon", "please" e "thank you". Acredita-se ainda na palavra das pessoas e qualquer cidadão merece crédito (se não for estrangeiro!).

Há segurança pública, o que não impede a ocorrência de roubos de automóveis e em hotéis, residências e bancos, atribuídos geralmente aos imigrantes árabes, asiáticos e negros. Porém, cumpre lembrar que os grandes crimes são cometidos por ingleses, como o assalto ao trem pagador e os assassinatos do estripador de mulheres. Somente a partir de 1979, a eficiente polícia britânica passou a efetuar o policiamento ostensivo armado (com a arma escondida dentro da túnica), sobretudo em face dos atentados terroristas. Cada policial, em contrapartida, usa um pequeno transmissor-receptor fixado na lapela, permitindo assim agir pela presença em massa, a curto prazo. Os policiais são polidos, enérgicos e respeitados pelo povo.

O cidadão britânico é o campeão da liberdade com responsabi-

¹ Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Bangladesh, Sri Lanka, Ghana, Malásia, Nigéria, Chipre, Serra Leoa, Tanzânia, Jamaica, Trinidad e Tobago, Uganda, Quênia, Malawi, Malta, Zâmbia, Gâmbia, Cingapura, Guiana, Botswana, Lesotho, Barbados, Maurício, Swazilândia, Tonga, Samoa Oriental, Fiji, Bahamas, Granada, Papua, Nova Guiné e Seychelles.

lidade. Verifica-se até tolerância de certos desvios de comportamento, demonstrada pela crescente solidariedade popular à mãe solteira, ao aborto, ao divórcio (obtido pelo correio se amigável), ao homossexualismo e aos toxicômanos (registrados com carteira etc.). Haja vista os anúncios publicados semanalmente no "Time Out" (revista londrina que divulga os eventos em curso na semana e apresenta uma seção de anunciantes exóticos). Por outro lado, o povo revela acendrado ardor nacionalista, desenvolvido orgulho por sua cultura, língua e modelos político-sociais, além de inigualável respeito pelas tradições pátrias, grande tenacidade, capacidade de resistência e espírito de sacrifício, já comprovados ao longo da História.

O povo dispõe de assistência médico-hospitalar socializada e gratuita, embora haja facultativos que prestem serviços particulares a preços elevados. O "National Health Service", à semelhança do INAMPS, é alvo de permanente crítica pela imprensa, comprovadas em parte.

A educação (há mais professores do que militares no Reino Unido), considerada um dos pontos altos do país, é ministrada gratuitamente na rede de estabelecimentos de ensino públicos de todos os graus. O ensino nas escolas públicas afigura-se um tanto deficiente. Os estabelecimentos particulares, em geral, são bons, porém cobram preços extorsivos, só podendo ser freqüentados pelas camadas mais privilegiadas da sociedade. O índice de analfabetos é de 1 a 2% do

efetivo populacional. Embora o governo negue a sua existência, há discriminação racial na rede escolar. Em determinados estabelecimentos de ensino admite-se ainda castigos físicos.

Vinte e um milhões de habitantes do Reino Unido pertencem à Igreja Anglicana, 5,3 milhões professam o credo Católico Apostólico Romano; 2 milhões, o presbiteriano; 760.000, o metodista e 450.000, o israelita.

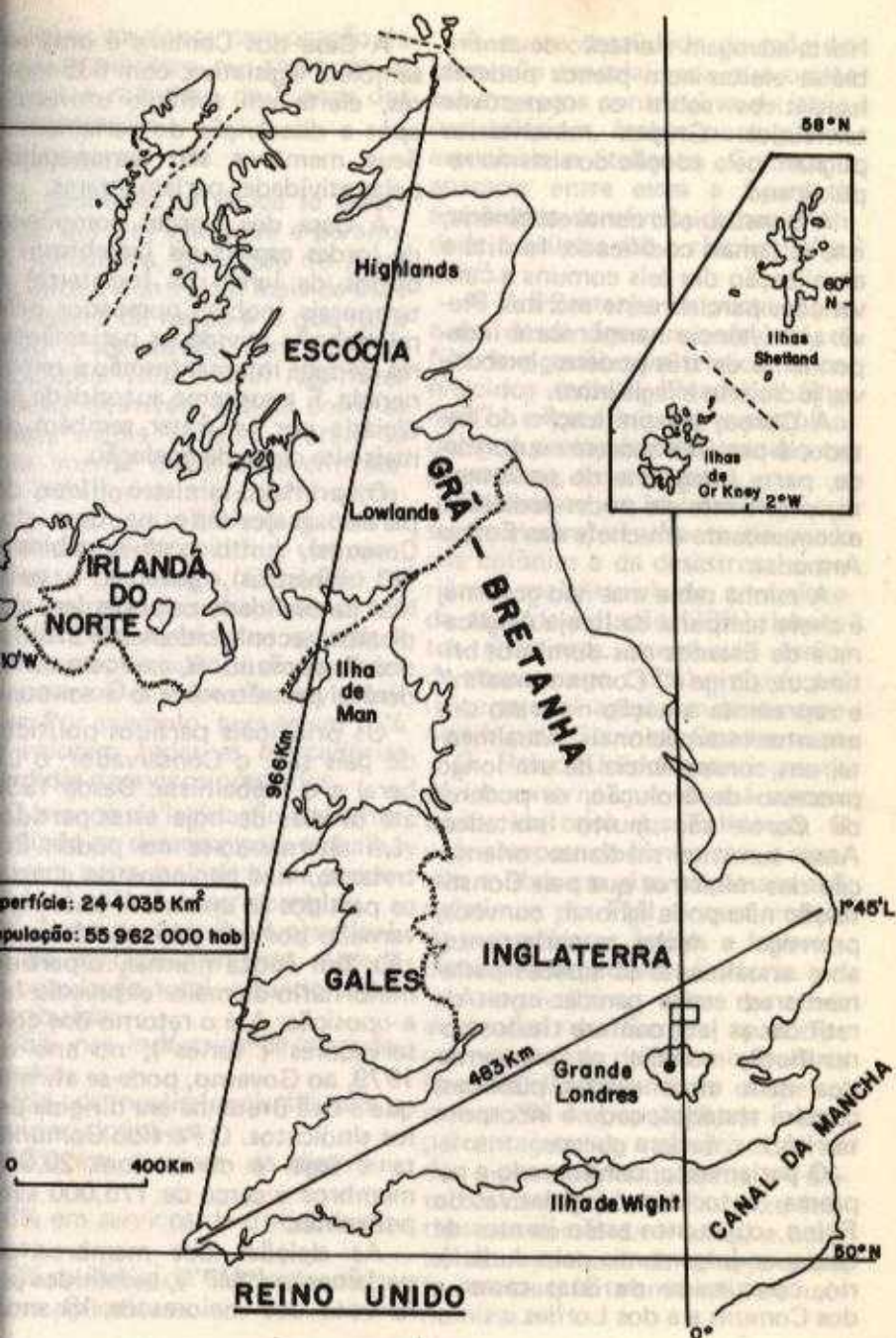
Os dois amores dos ingleses são: cachorros e cavalos. A família não está completa se não possuir um membro canino ou equino.

Assim são os britânicos: gostam de cerveja quente, consideram "bem" residir em antigas cocheiras, enriquecem um tenente-coronel de cavalaria da reserva adquirindo cintos de castidade fabricados por ele e, apesar de pobres, despendem vultosas somas para fazerem bebês de proveta, enquanto em outras partes do mundo há gente de sobra os produzido de graça.

GOVERNO

O Reino Unido, como o próprio nome indica, adota o regime monárquico-parlamentar. Vive o Estado das tradições e do saudosismo de um milenar império materializado no fantasma da "Commonwealth".

A Inglaterra, Gales, Escócia e Irlanda do Norte possuem diferentes sistemas educacional, governamental e judiciário, além de leis distintas. Movimentos separatistas em Gales, na Escócia e na Irlanda do



Norte advogam a criação de assembleias eleitas com plenos poderes legislativos sobre os respectivos territórios. Grupos minoritários pugnam pela adoção do sistema republicano.

A Constituição consuetudinária, isto é, jamais codificada, facilita a atualização das leis comuns e convenções parcialmente escritas. Prevê a existência harmônica e independente de três poderes: executivo, judiciário e legislativo.

A Coroa, personificação do Estado, é por lei a suprema autoridade, parte integrante do parlamento, presidente do poder judiciário e comandante-em-chefe das Forças Armadas.

A rainha reina mas não governa; é chefe temporal da Igreja Anglicana e de Estados dos domínios britânicos; dirige a "Commonwealth" e representa a nação no trato dos assuntos internacionais. Atualmente, em consequência de um longo processo de evolução, os poderes da Coroa são muito limitados. Atua somente mediante orientação dos ministros que pela Constituição não pode ignorar; convoca, prorroga e fecha o parlamento; abre anualmente as sessões parlamentares; emite parecer antes de ratificar as leis; confere títulos honoríficos; nomeia os ocupantes dos mais altos cargos públicos; conclui tratados; cede e incorpora territórios; declara guerra.

O parlamento, considerado a suprema autoridade legislativa do Reino, cujos atos estão isentos de qualquer julgamento pelo Judiciário, constitui-se de duas casas: a dos Comuns e a dos Lordes.

A Casa dos Comuns é uma assembleia legislativa, com 635 lugares, eleita em sufrágio universal, após a dissolução do parlamento. Seus membros são remunerados pelas atividades parlamentares.

A Casa dos Lordes compõe-se de lordes espirituais (arcebispos e bispos da Igreja da Inglaterra) e temporais (nobres nomeados pela rainha). As atividades parlamentares de seus integrantes não é remunerada. É a suprema autoridade judiciária por se tratar também da mais alta corte de apelação.

O primeiro-ministro (líder do partido majoritário na Casa dos Comuns), junto com o gabinete (20 ministros), governa o país. Mas na realidade os poderosos sindicatos, reconhecidamente infiltrados de comunistas, exercem considerável pressão sobre o Governo.

Os principais partidos políticos do país são: o Conservador, o Liberal e o Trabalhista. Desde 1958 até os dias de hoje estes partidos vêm alternando-se no poder. Entretanto, nos períodos de guerra, os partidos se unem e o país é governado por um gabinete de coalizão. Em época normal, o partido minoritário de maior expressão faz a oposição. Até o retorno dos conservadores ("tories"), no ano de 1979, ao Governo, pode-se afirmar que a Grã-Bretanha era dirigida pelos sindicatos. O Partido Comunista é legal e conta com 29.000 membros e cerca de 175.000 simpatizantes.

As eleições dos membros do parlamento ("MP"), escolhidos pelo voto dos maiores de 18 anos,

realiza-se mediante convocação do primeiro-ministro ou antes de se expirar o mandato de 5 anos dos representantes.

ECONOMIA

A economia britânica se caracteriza por um avançado e paradoxal socialismo, onde 5% do povo (os lordes) controlam mais de 50% da riqueza da nação e o que resta então é socializado com 95% da população. Resulta daí não haver grandes desníveis sociais entre as classes média e baixa, porém se nota imensa disparidade em relação à minoritária elite. Na verdade, o que ocorre é o esmagamento da classe média devido a um nivelamento por baixo. O padrão de vida está caindo sensivelmente e o seu custo figura entre os mais altos do mundo. Os salários são também pequenos e os impostos elevadíssimos. Por exemplo, taxa-se em 15% *ad valorem* todas as mercadorias vendidas e serviços prestados.

O avanço da legislação trabalhista aliado ao desamor pelo trabalho levaram a um grau de baixa produtividade, difícil de ser corrigido.

A força de trabalho é constituída de aproximadamente metade da população total, estando assim distribuída:

35% nas indústrias de manufaturados;

36% de profissionais liberais e servidores públicos;

12% em serviços de distribuição;

8% em serviços de utilidade pública;

6% na indústria de construção;

3% na agricultura.

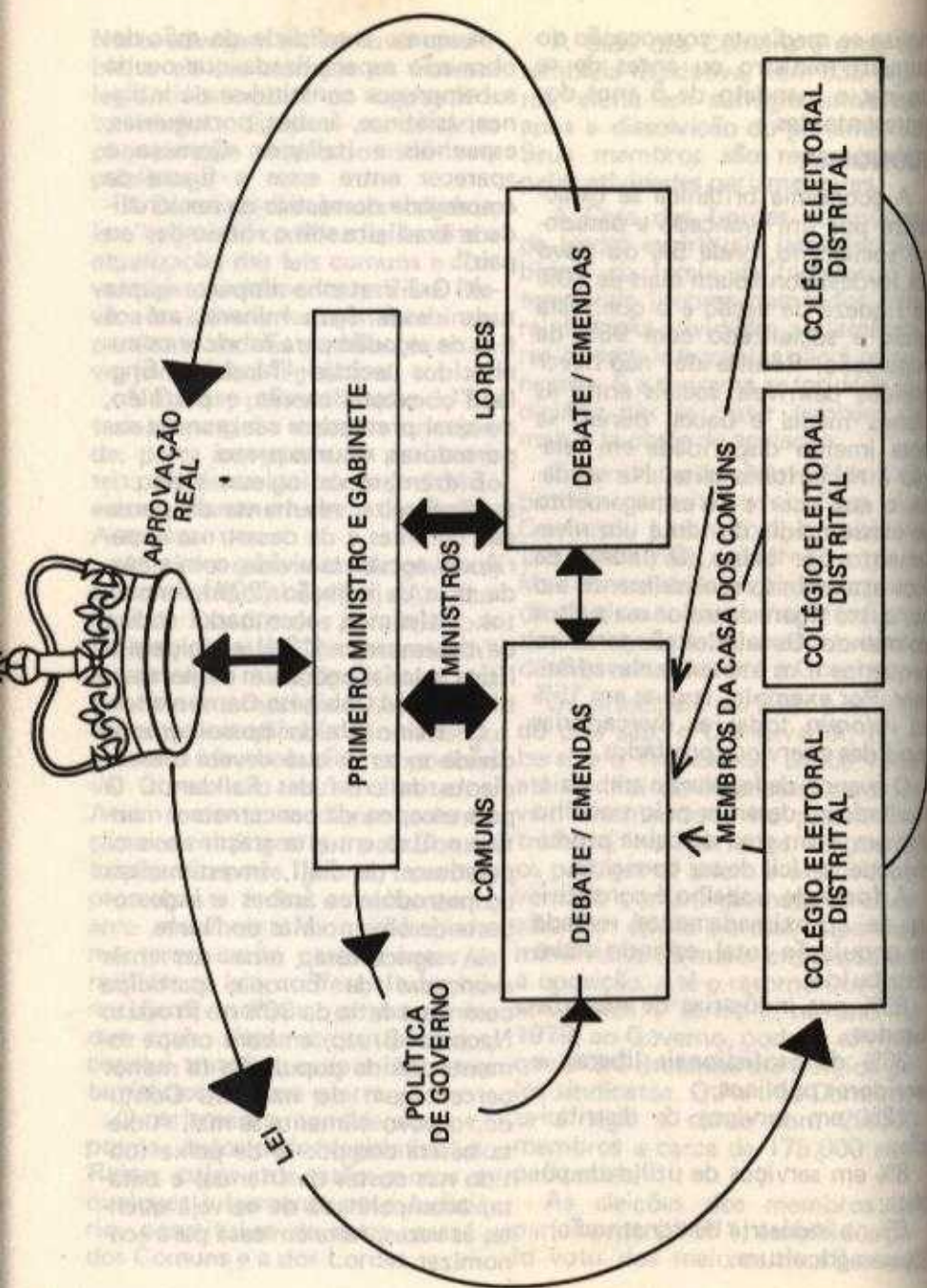
A quase totalidade da mão-de-obra não especializada que ocupa subempregos constitui-se de indianos, asiáticos, árabes, portugueses, espanhóis e italianos. Começa a aparecer entre esses a figura da empregada doméstica de nacionalidade brasileira sob o rótulo de "au pair".

A Grã-Bretanha importa quase tudo desde água mineral até os fios de algodão para fabricar os conhecidos tecidos "Made in England", exceto carvão e petróleo, do qual pretendem ser grandes exportadores, a curto prazo.

Enfrentam os ingleses séria crise financeira, resultante da perda das colônias e da desastrosa experiência socialista vivida, com elevada taxa de inflação (20%), impostos altíssimos, acentuado índice de desemprego (12%) e rígida política salarial agora um tanto amenizada pelo Gabinete Conservador.

O Reino Unido possui grande dívida externa que deverá crescer diante da crise das Falklands. O país escapou da bancarrota e mantém a libra em alta graças aos empréstimos do FMI, investimentos de petrodólares árabes e à descoberta de óleo no Mar do Norte.

A agricultura, uma das mais avançadas da Europa, participa com uma fatia de 30% no Produto Nacional Bruto, embora ocupe somente 3% da população (a menor percentagem do mundo). Contudo, o povo alimenta-se mal. A dieta básica compõe-se de peixe (obtido nas costas da Irlanda) e batata, acompanhada de cerveja quente, às vezes, feita em casa para economizar.



Apesar de se encontrar em franco desenvolvimento o programa de energia nuclear, a quase totalidade das fontes energéticas do país são de natureza térmica.

Os serviços públicos, em particular, os de telecomunicações, correios e transporte de massa merecem especial destaque. Chega-se mesmo a afirmar que o dia em que os correios entrarem em greve o Reino Unido pára, pois tudo se faz via postal e com eficiência; pagamentos, obtenção de documentos, seguro, compras etc.

Dispõe a Grã-Bretanha de moderno e eficaz sistema de telecomunicações que conta com 21.3 milhões de telefones, 41.7 milhões de rádios receptores, 18.5 milhões de televisores e 3 estações de satélites terrestres.

Todo o Reino Unido é cortado por um excelente sistema rodoviário. Dos 338.000 km de estradas de rodagem existentes, 22.526 km localizam-se na Irlanda do Norte. As estradas de ferro, a maioria das quais em bitola padrão, cobrem 183.426 km, com apenas 326 km na Irlanda. Embora tudo pague e contem tostão, orgulham-se os ingleses de não existir pedágio em suas rodovias. O metrô ("tube" ou "underground" como é mais conhecido), os trens e os ônibus trafegam rigorosamente nos curiosos horários estabelecidos, tais como 09.13 h e 21.01 h.

Possui ainda a Grã-Bretanha da ordem de 1.769 km de hidrovias no interior do país, além de 23 grandes portos e 350 outros de menor porte, inúmeros aeródros

mos e umas 520 aeronaves de transporte comercial.

A indústria britânica, mesmo nos setores tradicionais (siderúrgico, mecânico e têxtil), acha-se em crise e o percentual de crescimento da sua produção (quase 50% da renda nacional) mostra-se negativo. Todavia, a despeito do obsolecimento de muitas indústrias e da baixa produtividade do operariado britânico, desfruta o Reino Unido de tecnologia avançada com tradição no mercado internacional. Tal se evidencia particularmente nas indústrias automobilística, aeronáutica, naval e bélica.

No comércio está a chave do sistema econômico britânico, sendo que o com o exterior representa 10% do intercâmbio mundial. Quarenta por cento da Renda Nacional é proveniente da exportação de material bélico.

A despeito da crise industrial e agrícola (produção insuficiente) que assinala a decadência econômica do pujante império, onde o sol nunca se punha, o Reino Unido tem possibilidade de se recuperar porque dispõe de duas riquezas essenciais: carvão e petróleo. Consideradas as reservas existentes destes minerais, programas de investimento e de sua utilização a longo prazo estão assegurados.

Segundo notícias veiculadas recentemente pelo *The Times* a tendência da crise econômica inglesa é agravar-se. Entretanto, convém não esquecer que é na "City" (área de Londres na qual se localiza obrigatoriamente a sede dos bancos) onde são ditados os preços de compra e venda dos princi-

país produtos negociados no mundo inteiro, inclusive o nosso algodão, cacau, café etc.

ESTRATÉGIA

A estratégia do Reino Unido sempre esteve condicionada ao seu aspecto insular, o que lhe permitiu, ao longo dos tempos, manter-se praticamente isolado dos problemas continentais. Tal fator levou a Grã-Bretanha, desde os primórdios de sua História, a desenvolver seu poder marítimo, imortalizado na vitória conseguida sobre a "Inevencível Armada", e, posteriormente, o poder aéreo, consagrado na "Batalha da Inglaterra" em 1940.

No passado, o "leão britânico", alicerçado em sólida unidade nacional e na habilidade político-diplomática de seus estadistas, diferenciando-se do restante da Europa, ganhou uma dimensão mundial que lhe ensinou ganhar os mercados internacionais e exportar a própria cultura, a língua de Shakespeare e o modelo político de Westminster para todos os continentes.

Hoje, terminado o período áureo do antigo império, assumindo expressão menor, o Reino Unido não pode mais desfrutar do isolamento que lhe garantiu certa segurança no século passado e voltou a inserir-se de novo no contexto do berço de sua civilização — a Europa continental.

Nos dias atuais, a Grã-Bretanha recebe apenas o indispensável apoio do sistema defensivo europeu, cujo dispositivo visa deter temporariamente eventual agres-

são do Leste e não representa a base de partida para uma contra-ofensiva sobre o continente, à semelhança do que ocorreu em 1944, mas constitui, ela própria, um dos principais objetivos do possível inimigo. Somente conquistada ou destruída a Grã-Bretanha, terá o agressor assegurado a vitória, pois, além de sua posição geopolítica conceder-lhe ponderável vantagem, continua a ser a grande reserva estratégica de forças espirituais e recursos materiais da OTAN². Se não for destruída ou neutralizada, a Europa poderá recuperar-se, em razão da irresistível força que o modelo menos imperfeito de uma autêntica democracia moderna exerce sobre os povos amantes da liberdade. Embora vulnerável a ataque convencional ou nuclear, uma vez que a insularidade, diante da evolução desenfreada dos engenhos bélicos aerospaciais e da perda de sua supremacia naval, não lhe coloca mais a salvo de invasão por ar e pelo mar, ainda ocupa decisiva posição estratégica.

A destruição ou ocupação da Grã-Bretanha talvez poupasse o resto da Europa Ocidental de ser arrasado e comprometesse toda a capacidade defensiva dos demais membros da OTAN, permitindo ao agressor dominar todo o continente europeu e ameaçar a segu-

² OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) — Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido e Turquia.

rança da América do Norte, em troca apenas do sacrifício das ilhas britânicas. Todavia, a recíproca não é verdadeira. Assim tal hipótese não se afigura improvável. O agressor, uma vez decidido a tentar a aventura nuclear restrita às ilhas britânicas, poderia levar a efeito concomitantemente operações convencionais, para conquistar o território continental, sem ter de adotar uma política de "terra arrasada". Esta hipótese não é de toda desprovida de fundamento, se considerada no quadro estratégico que rejeite a mera destruição pela destruição, mas vise ao fim político de hegemonia e domínio das terras dotadas de grandes riquezas, onde se localizam importantes complexos industriais e se encontra mão-de-obra especializada necessária ao seu acionamento.

A defesa da Grã-Bretanha, comprovadamente, começa além do Reno. Portanto, a segurança do Reino Unido depende da OTAN. Por outro lado, paira incerteza se os EUA irão mesmo à guerra em defesa da Europa, o que obriga os 12 Exércitos e 11 Marinhas e Forças Aéreas integrantes da Aliança, a despeito de alguns se encontrarem despreparados para combater, a buscarem cooperação mais íntima e subordinarem seus interesses nacionais a outros coletivos de maior significado. Por exemplo, as figuras-chave na política de segurança britânica já não são tanto o Secretário de Defesa ou os Chefes de Estado-Maior de cada Força singular, mas talvez o Comando da Região Central da Europa, geralmente confiado a um general ale-

mão, que tem a responsabilidade de vigiar 1.000 km de fronteiras do Elba à Suíça.

Ainda como membro da ONU, da CENTO e da SEATO,³ o Reino Unido é responsável pela segurança de Chipre (mantendo lá o maior contingente de Força Internacional de Paz), da Malásia, de Hong-Kong e Cingapura.

Sem falar no problema insolúvel da Irlanda do Norte que exige a permanência de contingentes do Exército britânico naquela área, com nefastos reflexos para a instituição e o país; para assegurar a soberania inglesa nas Falklands, estratégico posto avançado no Atlântico Sul, a Grã-Bretanha será compelida em futuro imediato a conservar maiores efetivos das três forças nessa região.

Para atender às exigências de defesa territorial das ilhas britânicas e aos compromissos internacionais, função das respectivas importâncias representadas, o Reino Unido fundamenta sua estratégia militar nos seguintes conceitos:

observar fielmente os encargos assumidos no âmbito da OTAN, mantendo o grosso de suas forças no continente europeu, dado que reconhece depender sua segurança do poder militar da aliança atlântica;

garantir a integridade do terri-

³ CENTO (Central Treaty Organization) — Irã, Paquistão, Reino Unido e Turquia. SEATO (Southeast Asia Treaty Organization) — Austrália, Estados Unidos, Filipinas, França, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido e Tailândia.

tório nacional com limitadas forças;

manter o equilíbrio estratégico em determinadas áreas de particular interesse no globo apenas por mera ação de presença de forças militares.

As transformações militares e políticas, verificadas no término da Segunda Guerra Mundial, forçaram o Reino Unido a abrir mão da invejável função até então exercida de "polícia do mundo". Entretanto, sua política de defesa e doutrina de emprego das Forças Armadas continuam ainda vinculadas, parcialmente, aos prévios compromissos firmados com os seus aliados da OTAN e os integrantes da "Commonwealth", bem como à preservação dos remanescentes interesses britânicos em ultramar.

Saindo vencedora do conflito, com singular prestígio internacional e incluída no "Clube dos Cinco Grandes", a Grã-Bretanha decidiu possuir um arsenal nuclear próprio, a despeito das crescentes dificuldades enfrentadas no pós-guerra e da oposição de alguns setores políticos internos.

A estratégia vigente na OTAN é a da proposta flexível, o que implica em advogar o princípio de defesa o mais avançado possível. Ao mesmo tempo que admite o emprego de armas nucleares para conter penetrações do agressor, caso se faça necessário, argumenta a OTAN que suficientes forças convencionais devam estar em condições de responder a ameaças em várias partes da frente, de modo a recuperar a integridade territorial e marítima, assim como ganhar

tempo para os norte-americanos desembarcarem na Europa e negociarem a paz.

Com a OTAN, o Reino Unido assumiu o compromisso de auxiliar na defesa da Europa Central, mantendo na Alemanha um exército de campanha (BAOR — British Army of the Rhine), na realidade, já estacionado naquele país, ao final da guerra, como força de ocupação. Na atualidade, o BAOR é constituído do 1º Corpo-de-Exército, integrado por quatro divisões blindadas e uma "Field Force" (brigada menos).

O emprego do 1º Corpo-de-Exército é visualizado em três fases:

Primeira: ação retardadora agressiva, a cargo de uma divisão blindada, atuando como força de cobertura, cuja missão é impor ao agressor consideráveis baixas e danos, desde o início do ataque, trocando espaço por tempo e obrigando-o a progredir lentamente, assim como revelar o eixo do esforço;

Segunda: defesa da área de defesa avançada (15 a 20 km do limite avançado das divisões em primeiro escalão) firmemente, com intenso uso de defesa ativa até 40 km de profundidade, mantendo uma divisão blindada como reserva do Corpo-de-Exército e posições avançadas fortificadas, bem protegidas por consistentes faixas de obstáculos artificiais, a fim de deter, bloquear e destruir os primeiros escalões atacantes;

Terceira: operações subsequentes a cargo do Grupo-de-Exército (contra-ofensiva).

É enfatizada a importância do

emprego de fogos convencionais e nucleares pré-planejados, sobre os quais se baseia a eficiência da defesa. Para isso, desde já, o planejamento de fogos nucleares é elaborado minuciosamente.

A ameaça constante, que paira sobre as áreas de retaguarda (ação de sabotadores, operações aeromóveis e aeroterrestres), leva o Corpo-de-Exército a manter, além da divisão blindada reserva para as ações dinâmicas da defesa ativa, uma "Field Force" empenhada, com a missão de guardar sua área de retaguarda e deixar as divisões em linha liberadas para cuidar das respectivas zonas de interesse.

Os alemães julgam que com esta organização os ingleses não tenham condições de enfrentar um forte ataque soviético, em que o poder relativo de combate referente a blindados e artilharia, às vezes, atinge respectivamente a 1:4 e 1:8, e disponham de suficiente reserva para contra-atacar. Na verdade, cômicos das suas limitações os ingleses admitem retrair e conduzir a defesa em contra-encostas (Reverse slope), para escapar ao esmagador poder de choque e de fogo dos blindados soviéticos.

A defesa territorial das ilhas britânicas é uma tarefa que, por imposição estratégica, leva a empregar antes de tudo a Real Força Aérea (RAF — Royal Air Force), depois a Marinha Real (Royal Navy) e, afinal, o Exército.

Para cumprir esta missão, o Exército britânico instituiu o Comando das Forças Terrestres do Reino Unido (UKLF — United Kingdom Land Forces), entregue

a um general de quatro estrelas, a quem se acham subordinados os nove Comandos Distritais sob cuja responsabilidade está a defesa territorial do país, a saber: Londres, Gales, Escócia, Central, Leste, Sudeste, Sudoeste, Nordeste e Noroeste. Este grande comando dispõe apenas de três "Field Forces" cujas respectivas missões são Defesa Interna, reforço ao BAOR e reserva motorizada estratégica. Além das organizações militares do Exército regular, os ingleses contam com unidade locais do TAVR ("Territorial & Army Volunteer Reserve") a serem mobilizadas para a defesa territorial. A esta composição mista — civil e militar — de "home defence" é atribuída a missão tanto de defender o território nacional de ataques convencionais externos e internos, como também a de prestar socorros à população e assegurar continuidade à vida pública em caso de ataques nucleares.

A fim de honrar os compromissos firmados com a "Commonwealth" e resguardar seus interesses pelo mundo afora em áreas de importância estratégica, o Reino Unido organizou cinco grandes-comandos, assim distribuídos: Hong-Kong, Malta, Chipre, Gibraltar, Belize e Irlanda do Norte.

Desta maneira, o Exército mantém forças engajadas em ações bélicas, adquirindo experiência de combate, com bom nível de eficiência e aprestamento operacional. Na década de 50, com base neste princípio, unidades do Exército britânico operaram na Malásia (caso histórico de absoluta vitória).

ria de tropas regulares contra guerrilhas organizadas em larga escala); nos anos 60 e 70 atuaram em Borneo e na Arábia; hoje ainda têm forças estacionadas no Caribe, em Brunei e Hong-Kong. Tais intervenções se efetuam sob a justificativa de colaborar com as autoridades locais, mediante solicitação delas, para manter ou restabelecer a ordem, diante de ameaças internas ou externas. A forma, o grau e o alcance de tais intervenções variam de simples ação de presença, como acontece atualmente com o batalhão destacado em Brunei, atendendo a pedido do sultão, até o completo emprego de grandes unidades, ao lado da polícia e das Forças Armadas de outros países, como ocorreu na Malásia e no Oman.

Como força de pronta intervenção para emergências deste tipo, conservam os ingleses na Grã-Bretanha uma "Field Force" e batalhões da "Field Force Gurkha" de Hong-Kong — mercenários recrutados no Nepal que prestam serviços ao Reino Unido desde o século passado — dotados de alta mobilidade estratégica a fim de atingir, em horas, qualquer parte do mundo, onde os interesses britânicos e de seus aliados sintam-se ameaçados.

Balanço da Defesa e Pesquisa Técnico-Científica

Para o ano fiscal de 1981-82, foi destinada a soma de 27,77 bilhões de dólares, ou seja, 5,1% do PNB, a fim de cobrir as despesas com a defesa do Reino Unido. Isto equivale a dizer que o cidadão bri-

tânico contribuiu com 512 dólares "per capita" para a defesa do país em 1981.

O orçamento da defesa da Grã-Bretanha é o segundo da OTAN, ultrapassando apenas o dos EUA.

Seguindo a política traçada pelo Governo, o orçamento da defesa ficou assim distribuído:

- 41% ... equipamento
- 17% ... custeio
- 22% ... pagamento de militares
- 15% ... pagamento de funcionários civis
- 5% ... pensões militares

A pesquisa científica para fins militares cabe no Reino Unido ao Comitê de Pesquisa e Recursos Internos para Defesa (DRIRC). Este órgão estabelece as metas e prioridades do programa de pesquisa, em função das exigências operacionais das Forças Armadas, e promove os devidos contactos com as entidades civis interessadas em realizá-las. Com este fim são efetuadas reuniões periódicas às quais comparecem pesquisadores civis, representantes das indústrias e das universidades, e militares, integrantes do Comitê Científico de Defesa, do Conselho Aeronáutico de Pesquisa e do Conselho de Pesquisa Científica.

No ano fiscal de 79-80, o orçamento para a defesa do Reino Unido destinou a soma de 167 milhões de libras esterlinas à pesquisa, desenvolvida, em maior parte, nos estabelecimentos militares e o restante nas universidades e na indústria civil. Estes trabalhos visam, sobretudo, examinar a exequibilidade de novos projetos, antes de se ini-

ciarem os respectivos custos os programas de desenvolvimento.

Merece especial destaque a pesquisa aeroespacial, encetada a partir de 1977 e confiada ao Ministério da Defesa que determina, dirige e coordena programas de interesse militar e civil.

Na esfera internacional, a Grã-Bretanha participa dos trabalhos do Eurogrupo que estuda a possibilidade de colaboração multilateral dos programas nacionais de pesquisa e desenvolvimento de caráter técnico-científico.

A produção de material bélico, cujo funcionamento é testado sob as mais variadas condições climáticas em diversas áreas do globo, acha-se entregue quase completamente à indústria civil, apesar das Forças Armadas manterem uma empresa semelhante à IMBEL denominada "Royal Ordnance Factories".

No ano fiscal de 77-78, o Governo britânico gastou mais de 5 milhões de libras esterlinas com aquisição de material bélico produzido pelas indústrias civis inglesas. No mesmo ano, as indústrias britânicas exportaram 1,2 milhão de libras esterlinas de equipamento militar.

As vendas externas de material bélico (armas portáteis, morteiros, canhões, obuseiros, blindados, lançadores de ponte, minas e sistemas de lançamento e limpeza de campos minados, equipamentos para defesa antiaérea e contra carros de combate, material de comunicações e de contramedidas eletrônicas, mísseis, aparelhos de visão noturna e de detecção de alvos, simu-

ladores de tiro, uniformes especiais etc.) estão sujeitas à prévia autorização do Ministério da Defesa.

Toda a gama de material de interesse militar produzido pelo Reino Unido é catalogada anualmente em uma publicação intitulada "British Defence Equipment" (Equipamento de Defesa Britânico) que permite rapidamente selecionar e referenciar os produtos e serviços oferecidos pela indústria britânica, além da exposição permanente de equipamento bélico à venda mantida no subsolo do Ministério da Defesa.

Afora os produtos mundialmente conhecidos das já conceituadas indústrias britânicas, cumpre destacar:

o conjunto de aeronaves construídas pela "British Aerospace Aircraft" do tipo *Buccaneer*, *Harrier*, HS-748, *Nimrod* MR e AEW, HS-125, *Hawk*, *Bulldog* e *Jetstream*; a série de helicópteros desenvolvidos pela "Westland Aircraft" (*Gazelle*, *Linx*, *Sea King* e *Commando*);

os diversos tipos de minas, radares, espoletas, sonares, telêmetros, intensificadores de luminosidade, componentes laser, foguetes, mísseis etc;

o material de artilharia fabricado pela Vickers;

a família de blindados Alvis com o *Scimitar*, o *Striker*, o *Spartan*, o *Sultan*, o *Samaritan* e o *Samson*;

o carro de combate *Chieftain* com a famosa blindagem "Choban";

a fabricação dos mísseis *Blowpipe*, *Seacat*, *Tigercat*, *Rapier*, etc; as experiências realizadas no campo nuclear sob a supervisão da "UK Atomic Energy Authority".

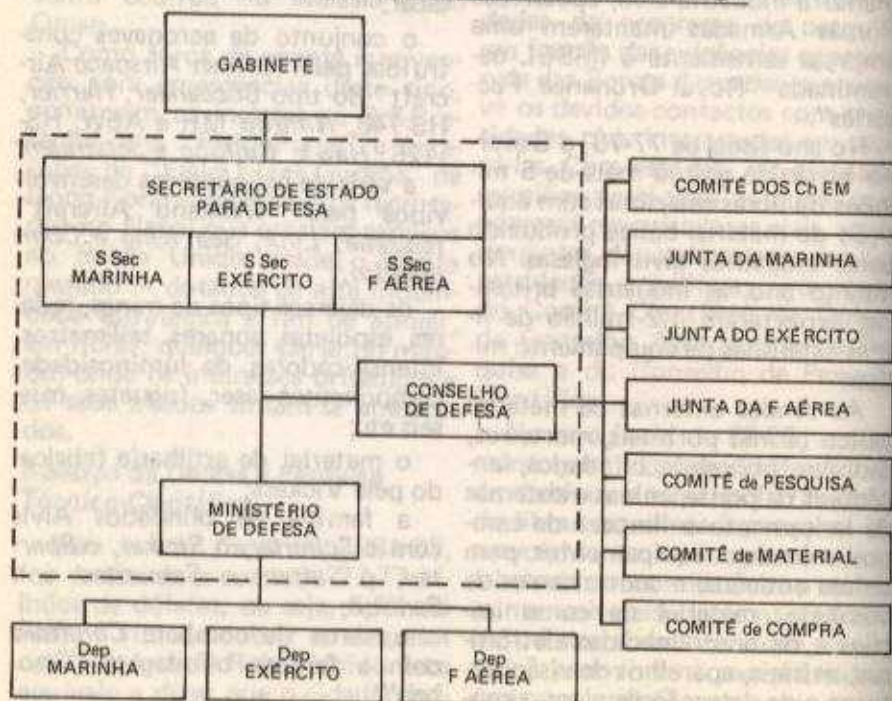
O Ministério da Defesa

Desde os idos de Disraeli tentaram os ingleses reunir as Forças Armadas sob um único ministério, mas somente em 1962, no governo conservador de Harold Mcmi-

lan, entrou em funcionamento o Ministério da Defesa. Dizem eles que na guerra moderna a Força Aérea transporta, o Exército ocupa, a Marinha protege e todas as três forças operam em conjunto.

Alto grau de integração militar foi obtido por intermédio de diretrizes operacionais centralizadas e pela atribuição de responsabilidades logísticas unificadas aos vários órgãos funcionais da cadeia de apoio administrativo das três forças singulares.

ESTRUTURA DE ALTA ADMINISTRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS COMUNS



A formulação da Política de Segurança é da responsabilidade do Secretário da Defesa e o controle efetivo desta cabe ao Primeiro-Ministro, que o faz por meio do Gabinete, apesar da Soberana ser normalmente a comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Dentro do Gabinete os problemas de segurança são tratados pela Comissão de Defesa e Política Exterior, dirigida pelo Primeiro-Ministro e que inclui o Secretário de Defesa, de Relações Exteriores, do Interior e da Fazenda, além de outros membros que se fizerem necessários.

O Ministério da Defesa é responsável pela coordenação da Política de Segurança, controle e administração das três forças, incluída a pesquisa e obtenção de material.

O Secretário da Defesa é assistido por um Ministro de Estado e três parlamentares subsecretários de estado respectivamente para o Exército, a Força Aérea e a Marinha.

Os principais aspectos da Política de Segurança são tratados pelo Conselho de Defesa, presidido pelo Secretário da Defesa e constituído pelos seguintes elementos:

Ministro da Defesa (civil membro do Governo);

Subsecretários da Defesa (políticos membros do Governo);

Chefe do Estado-Maior de Defesa (militar);

Chefes de Estado-Maior de cada força singular (militares);

Chefe de Pessoal e Logística (militar);

Assessor-Chefe para Assuntos Científicos (funcionário público civil);

Executivo-Chefe para Obtenção de Material (funcionário público civil);

Subsecretário da Defesa Permanente (funcionário público civil).

A assessoria técnico-profissional estratégica e tática é proporcionada pela Junta dos Chefes de Estado-Maior, presidida pelo Chefe de Estado-Maior de Defesa e integrada pelos três chefes de Estado-Maior de cada força.

A administração direta e de rotina (instrução, disciplina, liderança, moral, promoção de pessoal etc.) de cada força é executada pelo respectivo departamento que se estrutura em diretorias e estas em divisões. Uma comissão composta de elementos de cada departamento assessora o Conselho de Defesa.

No caso do Departamento do Exército, integram essa comissão:

Secretário da Defesa (Presidente);

Ministro da Defesa;

Subsecretário da Defesa do Exército;

Chefe do Estado-Maior do Exército;

Ajudante-Geral;

Intendente-Geral;

Chefe do Serviço de Material Bélico;

Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército;

Cientista-Chefe do Exército;

Subsecretário da Defesa do Exército (permanente);

2º Subsecretário da Defesa do Exército.

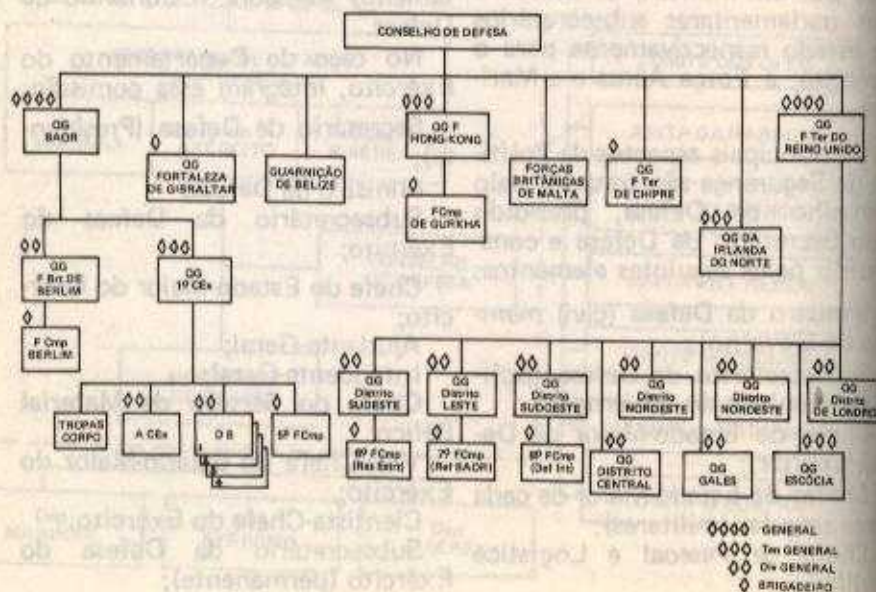
Organização do Exército

Condicionado pela singular posição geográfica do Reino Unido, que sempre o obrigou a procurar segurança além fronteiras, e pela tradicional política imperial, hoje retratada ainda no "Commonwealth", o Exército britânico sempre preferiu uma estrutura orgânica mais flexível do que rígida, capaz de atender às características do teatro de operações em que foi empregado como força expedicionária.

Para enfrentar as presentes ameaças, o Exército está organizado em Corpos-de-Exército, divisões blindadas, "field forces", regimentos e batalhões constituídos de duas partes — uma territorial — regional, com missões administrativas e de instrução, e outra operacional.

Atualmente não existem brigadas no Exército britânico. Entretanto, aparece um novo tipo de grande unidade — a "Field Force" (Força de Campanha), que poderia se considerar uma brigada menos, com economia de elementos de estado-maior, de apoio e de transporte mecanizado para batalhões de

ESTRUTURA DE COMANDO DO EXÉRCITO



infantaria a três subunidades e não a quatro, como só acontecia nos divisionários.

A estrutura do Exército britânico fundamenta-se na tradição dos seus regimentos, repositórios de orgulho e lealdade, cuja eficiência pode ser aquilatada pelo não desaparecimento destes mesmo dentro do moderno quadro organizacional das forças terrestres. Criados em 1870, para auxiliar a governar o império, eram constituídos de dois batalhões: um mantido em solo pátrio e outro sempre guarnecendo um posto avançado de além-mar, por revezamento. Apesar de tudo ainda são a espinha dorsal do Exército inglês. Honrando suas origens, os regimentos conservam os nomes dos príncipes da casa reinante à época de suas criações ou das regiões de onde provêm. Cada unidade possui um coronel (comandante honorário) normalmente membro da família real, e é comandada por um tenente-coronel. As subunidades, mesmo incorporadas, são comandadas por majores que têm como subcomandantes capitães. Para manter vivo o espírito de corpo, cada unidade enverga seus tradicionais uniformes seculares e insígnias, o que empresta colorido especial nas apresentações públicas. No Exército britânico, a palavra regimento serve também para designar uma arma ou serviço ou todos os elementos de determinada especialidade. O regimento britânico equivale a uma unidade valor batalhão, a quatro subunidades. Em tempo de paz, o Exército conta com 115 regimentos ou batalhões, assim distribuídos:

- 11 regimentos blindados;
- 8 regimentos de reconhecimento mecanizados;
- 48 batalhões de infantaria;
- 5 batalhões de infantaria (Gurkhas);
- 3 batalhões de pára-quedistas;
- 1 regimento de serviço aéreo especial;
- 1 regimento de míssil *Lance* (superfície-superfície);
- 3 regimentos de mísseis *Rapier* (superfície-ar);
- 18 regimentos de artilharia (1 pesado, 13 de campanha, 1 de teleguiados, 1 de comando, 1 anticarro e 1 de busca e localização de alvos);
- 11 regimentos de engenharia (4 blindados, 1 anfíbio e 1 Gurkha);
- 6 regimentos de aviação.

Dispõe a Rainha para a sua segurança e cerimonial de uma "Divisão de Guardas", integrada por 5 regimentos de infantaria (Granadeiros, "Coldstream", "Scot Guards", "Irish Guards" e "Welsh Guards") e 2 de cavalaria ("Blues & Royals" e "Life Guards", a mais antiga organização militar do Exército), e uma bateria de artilharia a cavalo — "The King's Troop". Além de suas tarefas normais, orgulham-se estes regimentos de serem considerados os melhores profissionais do Exército britânico e de terem missões táticas na OTAN, bem como sistematicamente revezarem-se nas operações em curso na Irlanda do Norte. Cabe salientar que as unidades participantes das recentes operações levadas a efeito nas Falklands foram destacadas da "Divisão de Guardas". A mística dos "Guardas" revela que a maioria de

seus oficiais procedem da elite formada pelas melhores escolas do país. No passado, eram obrigados a adquirir suas montarias, caríssimos uniformes e capacetes, restringindo assim os quadros à nobreza. Ainda hoje gozam de certos privilégios, tal como residir no centro de Londres, junto a confortáveis aquartelamentos. Costumam também não brincar com o usual "cheers", pois já se sentem felizes com a honraria de serem "Guardas"; não utilizam transportes públicos e usam sempre chapéu, de preferência, tipo "coco". Os "Guardas" são substituídos apenas pelos "Gurkhas", em quem depositam os ingleses extrema confiança nos momentos críticos.

A organização do estado-maior britânico é *sui-generis*. Até o escalão corpo-de-exército não há a figura do chefe de estado-maior. Deste nível para baixo, a coordenação do estado-maior é exercida pelo oficial mais antigo do estado-maior geral.

No Exército britânico são encontrados três tipos de estado-maior: geral, logístico e de pessoal.

O estado-maior geral (GS taff — General Staff) incumbem-se de operações, instrução, planejamento, informações e segurança, relações públicas e ligações.

O estado-maior logístico (QS taff — Quartermaster Staff) trata de acomodações, suprimento e transporte.

O estado-maior de pessoal (A Staff — Adjutant Staff) cuida dos problemas afetos ao pessoal, como o nome indica, e bem-estar social

do militar e seus dependentes, efetivos, recrutamento, recompleta-mento, baixas, saúde, disciplina moral, promoções, recompensas, pagamento, licenças e educação.

Existem ainda duas espécies de estado-maiores técnicos:

Armamento (WS — Weapon Staff) — encarregado da pesquisa, desenvolvimento e aquisição de armas; integra o "G Staff" mas não é constituído por qualquer oficial deste;

Secretariado (MS — Military Secretary Staff) — responsável por honras, recompensas e promoções; encontrado apenas nos escalões superiores até Corpo-de-exército; abaixo deste nível suas atividades são da responsabilidade do estado-maior de pessoal.

Em determinados escalões é comum combinarem em um único estado-maior os dois tipos — A e Q.

Os oficiais de estado-maior, segundo o posto ocupado, são classificados em três categorias distintas:

- 1ª — funções de tenente-coronel;
- 2ª — funções de major;
- 3ª — funções de capitão.

O Exército compreende as seguintes armas e serviços:

Armas — Blindados, Infantaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Aviação;

Serviços — Veterinária, Saúde, Transporte, Assistência Religiosa, Material Bélico, Intendência, Polícia Militar (inclusive hipomóvel), Finanças, Armamento Leve, Justiça, Educação (técnicos de ensino e magistério), Informações, Sapadores, Odontológico, Educação Fisi-

ca, Aproveitamento, Enfermagem, Auxiliar Feminino, Música e Serviços Gerais.

O efetivo do Exército, segundo o "Military Balance" de 1981-82 editado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, é de 176.248 homens (incluindo 7.100 "Gurkhas" e 6.546 mulheres), dos quais 55.000, a serem dobrados em caso de mobilização, pertencem ao BAOR.

A reserva do Exército é composta pela chamada Reserva Regular (militares que passaram à inatividade — 137.000 homens) e pelo TAVR (Territorial Army and Volunteer Reserve — 69.500 homens), voluntários organizados em unidades locais apadrinhadas por congêneres da ativa, além de 7.500 homens do Regimento de Defesa Ulster. Os integrantes do TAVR, na maioria oficiais, participam de manobras junto com os militares profissionais, freqüentam cursos especiais para o pessoal da reserva e submetem-se à convocação quando necessário. A reserva destina-se a reforçar as unidades estacionadas na Alemanha e manter as bases do Reino Unido.

Recrutamento

O Reino Unido, ao longo da História, nunca recorreu ao serviço militar obrigatório, exceto nas horas de crise, como se verificou nas duas guerras mundiais. Assim, terminada a II Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, entre 1957 e 1960, voltou progressivamente ao sistema de voluntariado. O retorno ao velho sistema resulta da intenção de

possuir um Exército profissional, capaz de empregar eficazmente material cada vez mais sofisticado, liberando, ao mesmo tempo, mão-de-obra jovem para atender às necessidades de aumento da produção. Os incentivos para o voluntariado baseiam-se em valores morais e materiais, harmonizando as exigências do Exército com as da sociedade que integra e não colocando o militar em posição altamente privilegiada em relação às demais classes sociais, particularmente quanto ao aspecto econômico-financeiro.

O Exército britânico é, pois, constituído somente por voluntários.

As praças têm possibilidade de servirem, no mínimo, três anos e, no máximo, vinte e dois, findo os quais recebem um pecúlio e pensão. Podem, entretanto, solicitar baixa a qualquer tempo, desde que dado aviso prévio com pelo menos, 18 meses.

Via de regra, os jovens sentam praça com dezessete anos e meio e servem três anos, sendo um nos depósitos de pessoal e dois nos regimentos. O baixo nível educacional dos homens e mulheres que procuram as "lojas" de recrutamento, espalhadas por todo o país, impõe uma revisão da instrução primária antes do início do treinamento militar comum que leva da ordem de oito a dez semanas. Em seguida, tem lugar a instrução especializada que se desenvolve, segundo cada qualificação militar, em um período de 14 a 18 semanas, à exceção do pára-quedista cuja formação exige um curso de

22 semanas de duração. Até completar 19 anos de idade, o soldado não pode ser empregado em atividades operacionais no exterior.

A seleção para acesso à graduação de sargento é bastante pessoal e subjetiva, verificando-se dentre as praças que possuam os requisitos indispensáveis. A duração dos cursos de formação de sargentos varia conforme a especialidade de cinco a quatorze semanas. A formação é centralizada nos centros de instrução e escolas das diversas armas e serviços.

Toda a instrução é supervisionada pelas respectivas diretorias das Armas e Serviços e conduzida de acordo com os objetivos operacionalizados constantes dos programas-padrão aprovados.

A falta de campos de instrução na ilha, força as unidades a se deslocarem para o Canadá, por rodízio, onde passam seis meses em treinamento.

Sendo o Exército somente de profissionais e devido ao sistema regimental, os graduados enfrentam sérios problemas que os desestimulam. Há cabos ("Lance Corporal") com mais de 20 anos de serviço e sem perspectivas de promoção. A mais alta graduação é de "Staff-Sergeant".

Formação de Oficiais

Os candidatos ao oficialato podem optar por três tipos de carreira no Exército britânico:

"Short Service Commission" (Curta) — de 3 a 8 anos de serviço, com acesso permitido até capitão;

"Special Regular Commission"

(Média) — mínimo 16 anos de serviço, com acesso garantido até major;

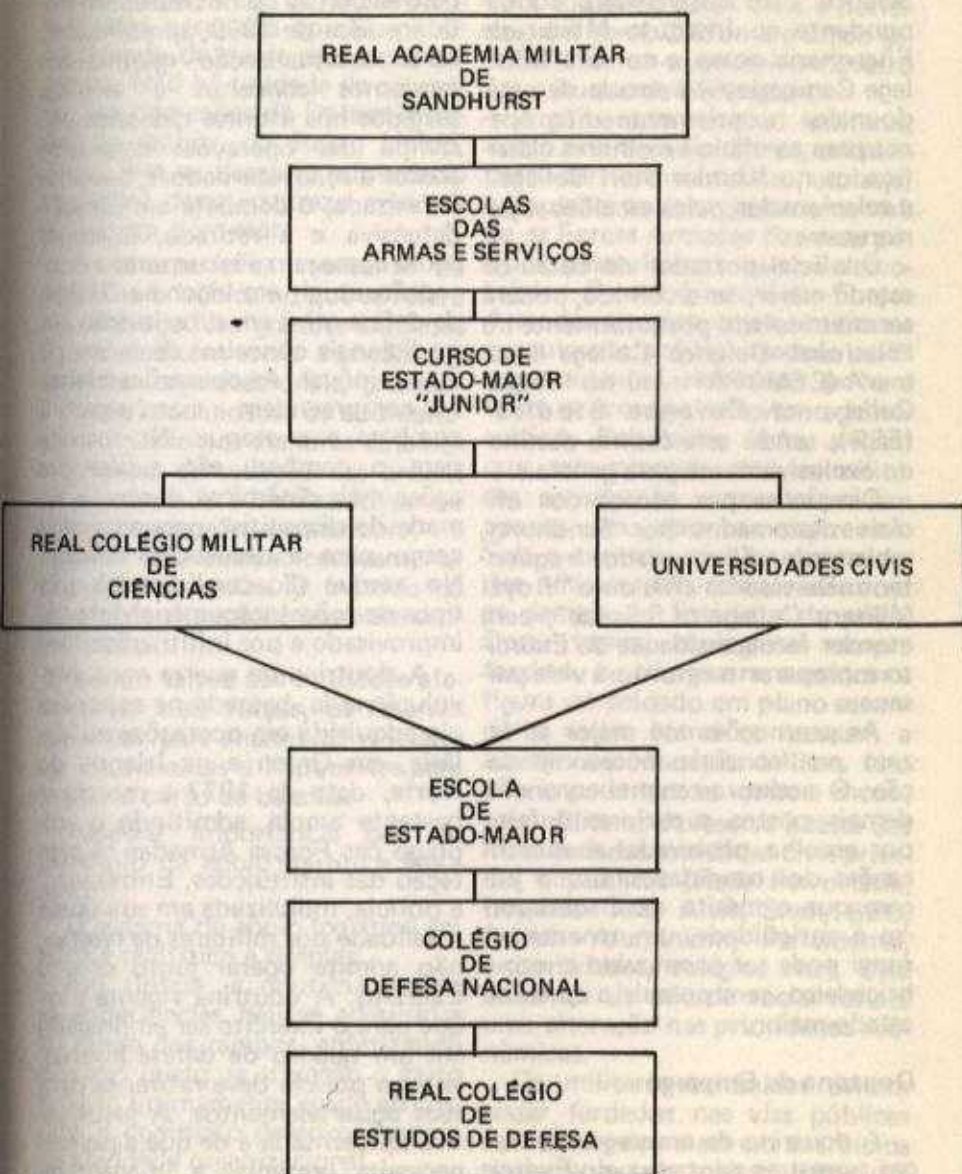
"Permanent Regular Commission" (Longa) — permanência assegurada na ativa até 55 anos de idade e atingindo normalmente o posto de tenente-coronel.

Existe ainda uma categoria de oficiais, semelhante a um quadro auxiliar de especialistas, que pode atingir o posto de "Quartermaster", mais ou menos equivalente a tenente-coronel. Dir-se-ia que o primeiro tipo de carreira assemelha-se à do nosso oficial R2 temporário e a segunda a um quadro complementar. Há enormes claros de oficiais subalternos, principalmente, nas Armas-base. O recrutamento de oficiais se faz dentre os jovens possuidores de curso superior ou, no mínimo, o 2º grau completo. A formação de todos os oficiais, inclusive os da reserva, processa-se na Real Academia Militar de Sandhurst, em cursos que variam de 3 semanas a 7 meses de duração, ministrados na maior parte por sargentos, ao término dos quais os cadetes são nomeados segundos-tenentes.

Graduado por Sandhurst o oficial complementa a sua formação básica nas diversas escolas das Armas e serviços, em cursos com a duração média de 14 semanas, após ou antes de estagiar nas respectivas organizações militares de sua especialidade.

O preparo dos oficiais de estado-maior desenvolve-se em duas fases. A primeira compulsória para todos os capitães, no "Junior Staff College", similar à nossa Escola de

ESTRUTURA DO ENSINO MILITAR



Aperfeiçoamento, que funciona anexo à Escola de Infantaria em Warminster. A segunda tem lugar no "Royal Military College of Science", em Shrivenham, correspondente ao Instituto Militar de Engenharia nosso, e no "Staff College Camberley", a escola de estado-maior propriamente dita, apenas para os oficiais melhores classificados no "Junior Staff College" e selecionados pelos escalões superiores.

O oficial portador do curso de estado-maior, se escolhido, poderá ser matriculado posteriormente no "National Defence College Limerick" (CEMCFA) e/ou no "Royal College of Defence Studies" (ESG), sendo este último destinado exclusivamente para generais.

Cinquenta por cento dos oficiais diplomados por Sandhurst, mais tarde, são mandados frequentar universidades civis ou o "Royal Military College of Science", para atender às necessidades do Exército e preparar o retorno à vida paisana.

As promoções até major se fazem por concurso e recomendação. O acesso a tenente-coronel e demais postos superiores é feito por escolha, observadas as qualificações dos candidatos. Como julgam que o mérito deve sobrepor-se à antiguidade, um tenente-coronel pode ser promovido direto a brigadeiro, sem possuir o curso de estado-maior.

Doutrina de Emprego

A doutrina de emprego das forças terrestres adotada pelo Exército

britânico abrange tanto a guerra convencional ou nuclear como a contra-revolucionária. No que se refere à conduta das operações convencionais ou nucleares remonta aos idos de 1970, apresentando certa desatualização relativa aos modernos conceitos e técnicas surgidos nos últimos dez anos. No campo das operações defensivas abarca a ação retardadora, bastante enfatizada, o combate em posição defensiva e a retirada. Somente agora começam a incorporar a concepção atual, em vigor na OTAN, de defesa ativa em substituição aos tradicionais conceitos de defesa de área e móvel. As operações ofensivas compreendem a marcha para o combate e o ataque. Na marcha para o combate são exploradas ações mais dinâmicas, tanto na tomada do dispositivo para a batalha como para a destruição inimiga. No ataque são considerados três tipos de ações: ataque coordenado, improvisado e por infiltração.

A doutrina de guerra contra-revolucionária, baseada na experiência adquirida em operações na Malásia, em Oman e na Irlanda do Norte, data de 1977 e mostra-se bastante ampla, admitindo o emprego das Forças Armadas na proteção das instituições. Entretanto, a polícia, mobilizada em sua quase totalidade por militares da reserva, não admite operar junto com o Exército. A doutrina vigente é de que para o Exército ser empregado em um quadro de defesa interna, antes a polícia deve retirar-se para seus aquartelamentos. A justificativa apresentada é de que a polícia necessita preservar a imagem de

guardiã e protetora da sociedade, não devendo, por conseguinte, participar das violentas ações represivas inerentes ao emprego das Forças Armadas, a fim de não se comprometer perante a opinião pública quando do desengajamento daquelas. Não há unidade de comando nas operações de Defesa Interna, no âmbito do Reino Unido, o que leva ao desgaste e insucesso em ações dessa natureza, mas admitida em além-mar.

A característica marcante da doutrina britânica no que se refere ao emprego das grandes-unidades é que dedicam mais atenção aos aspectos organizacionais, procedimentos, modalidades de coordenação e ligação nos menores detalhes e à forma de redação das ordens de combate e administrativas do que à concepção da manobra, na maioria das vezes, excessivamente cautelosas e lentas. O método de estudo de situação é bastante simplificado.

Devido talvez aos limitados efetivos de suas forças, as reservas mantidas para manobrar revelam-se insuficientes e impotentes para alterar o curso da batalha.

Especial importância dão ao princípio de apoio mútuo e segurança.

O sistema de apoio logístico em vigor é realístico e simples.

Em síntese, a doutrina retrata as experiências bélicas adquiridas ao longo dos tempos, enfatizando que em qualquer situação o êxito acha-se intimamente ligado ao correto e completo desenvolvimento da atividade organizacional.

A Figura do Militar

Desde os tempos da ditadura cromeliana, os militares são vistos com suspeitas pelos civis e políticos, em geral. O último e único general a tornar-se primeiro-ministro foi o Duque de Wellington.

Argumentam que os militares, como servidores públicos, existem para dar cumprimento, ou seja, executar a política governamental. Se as Forças Armadas fizessem política, destruiriam o sistema democrático. O controle civil das Forças Armadas assegura que os militares executem a política traçada pelos representantes eleitos do povo e assim se processe o Governo democrático. Por outro lado, alegam que, sem controle civil, os militares certamente concentrar-se-iam apenas em assuntos castrenses. Sob o controle civil as necessidades militares são balanceadas com as demais do Estado e do povo. Desta forma, os ingleses sempre tendem, no pós-guerra, a colocar a figura do soldado em plano secundário assim como se recusam a aceitar a conscrição militar. Isto não impede que se venha a encontrar militares da reserva à testa das mais variadas entidades civis privadas e públicas (Rede Ferroviária, Leyland Cars, Alvis, Shell, BBC, British Aluminium, Parlamento, universidades, colégios etc.). Esta mudança de atitude social reflete uma alteração nas prioridades econômicas.

Os militares britânicos evitam andar fardados nas vias públicas fora de serviço e até em exercícios no terreno, mas aceitam participar

de demonstrações de protesto externas trajando uniformes com condecorações.

Os militares são autorizados a pertencerem a sindicatos civis, a fim de terem garantido emprego ao passarem à inatividade, e pugnam pela criação dos sindicatos das Forças Armadas, para dispor de um órgão que defenda seus direitos, uma vez que são nivelados a quaisquer outros profissionais quanto a deveres e os generais não desfrutam de autoridade para reivindicar melhorias salariais junto ao Gabinete.

Os vencimentos dos militares são estabelecidos segundo avaliação do trabalho produzido em paridade com os civis, sendo normalmente reajustados a cada quatro anos. Os militares britânicos são mal remunerados. Não vivem bem, têm dieta parca e casas humildes, além de sua apresentação fora dos atos sociais e cerimônias oficiais deixa um tanto a desejar. Contam com boa assistência médica e social, prestada também aos seus dependentes pelas organizações de saúde e reembolsáveis. Dispõem de próprios nacionais residenciais condignos, mobiliados e dotados de faqueiro completo, cristais, porcelanas, bateria de cozinha, roupa de cama e mesa. Usualmente as férias são concedidas em parcelas, por semanas, segundo critério dos respectivos comandantes e, em conjunto, na páscoa, verão, Natal etc.

Por usufruírem de certas vantagens e regalias, anseiam os militares britânicos por uma comissão no exterior, particularmente, na

Alemanha. Os regulamentos permitem que unidades completas ou militares isolados sejam postos a serviço de outros Estados e atuem como autênticos mercenários, desde que autorizados pela Rainha e pagos pelos Governos interessados. Muitos oficiais e praças ao se transferirem para a reserva continuam prestando serviços em diversas organizações militares, como civis, com todo o entusiasmo e dignidade.

Embora se orgulhem de serem considerados "profissionais do manejo da violência", convictos de que o problema da Irlanda do Norte é insolúvel, contam os dias dos seis meses que passam compulsoriamente as unidades naquela região, obedecendo ao sistema de rodízio adotado.

A figura típica do soldado britânico é o "Sergeant-Major", pedra angular do Exército no que tange à disciplina. Se não é o que manda mais, é o que grita mais alto no interior dos quartéis. No trato dos problemas de pessoal, é o assessor principal do comandante, seja ele capitão ou general. Poder-se-ia compará-lo, guardadas as devidas proporções, ao nosso antigo sargento-brigada. Embora sendo apenas um graduado, frequenta o círculo dos oficiais, coloca-os em forma, adverte-os e os controla. Age sempre com energia e respeito. Como símbolo de sua função, usa um compasso-bastão, para colocar em forma o pessoal à distâncias e intervalos fixos. Senta-se, às vezes, à mesa com o comandante, participa de reuniões de comando e é

conhecido como o braço direito deste.

Com a finalidade de manter a atenção pública concentrada nos militares, o Exército cumpre um programa mensal de variadas exposições e espetáculos, a maior parte gratuitos, e promove uma grande exposição bi-anual na principal guarnição do país — Aldershot, a qual comparecem delegações de todas as partes do mundo. A renda obtida nestas apresentações internas e no ultramar reverte para o Fundo de Benevolência do Exército que ajuda os veteranos de guerra, bem como os dependentes de militares mortos ou incapacitados em combate.

Em tempo de paz, normalmente, os militares britânicos a serviço da Coroa não podem aceitar ou usar condecorações e medalhas estrangeiras, exceto se forem distinguidos por terem salvo vidas de cidadãos de outras nacionalidades ou se estiverem, devidamente autorizados, a soldo de outros governos. Em época de guerra, os integrantes das forças armadas do Reino Unido só poderão receber honrarias e outros países, após prévio entendimento com o governo britânico.

Da mesma forma, em tempo de paz, não são conferidas medalhas ou condecorações pelo governo britânico a militares estrangeiros, exceção feita, às vezes, aos membros de comitivas dos chefes de estado em visita oficial à Grã-Bretanha ou àqueles que hajam salvado vidas de cidadãos ingleses. Em período de guerra, antes de qualquer condecoração ou medalha ser dada a

um militar aliado, entendimentos devem ser feitos entre os governos interessados para que aprovelem os procedimentos a serem adotados por ambas as partes.

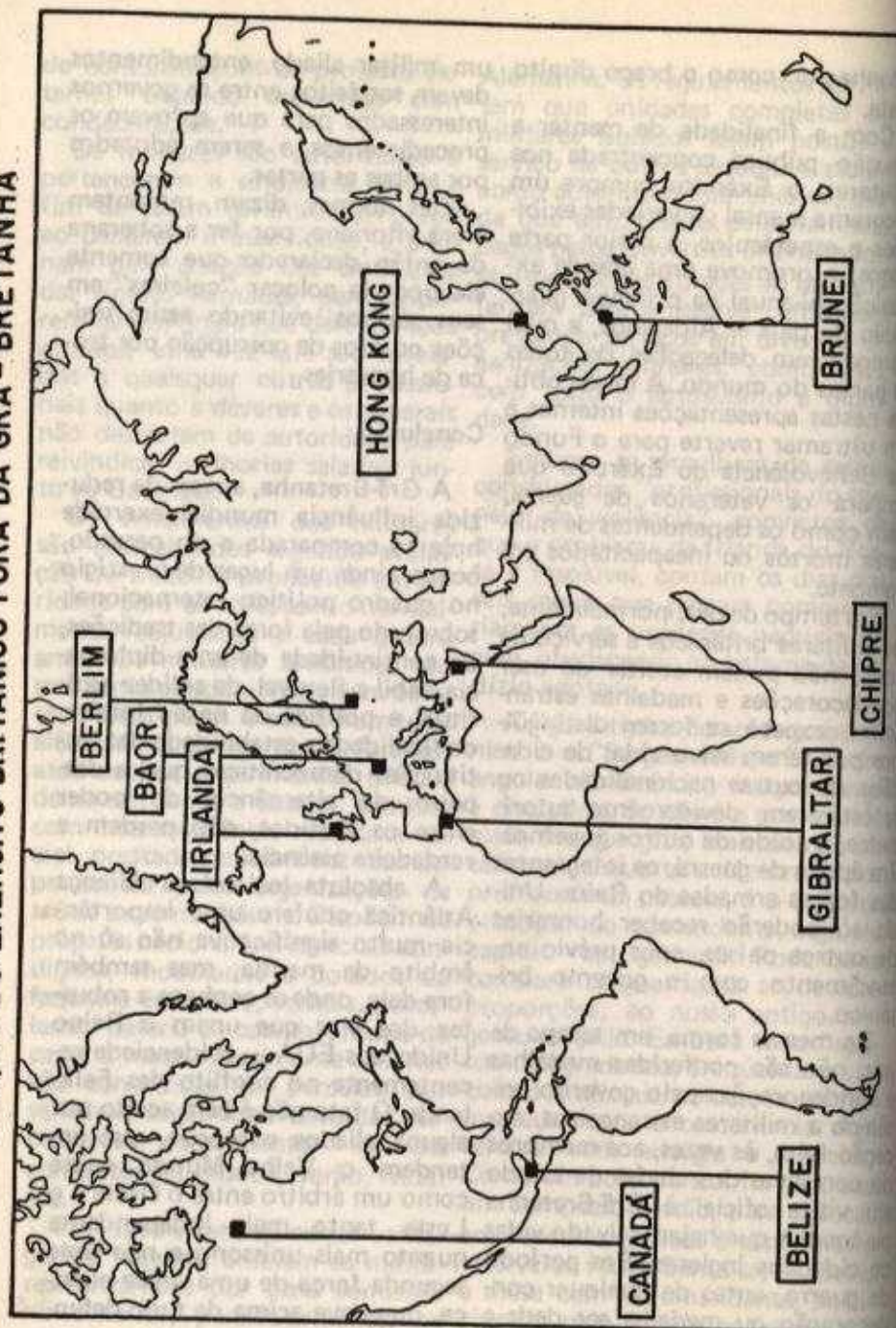
Tais normas, dizem, remontam à era vitoriana, por ter a soberana de então declarado que somente ela poderia colocar "coleiras" em seus súditos, evitando assim traições ou atos de corrupção por troca de honrarias.

Conclusão

A Grã-Bretanha, apesar da reduzida influência mundial exercida hoje se comparada a do passado, ocupa ainda um lugar de prestígio no quadro político internacional, sobretudo pela força das tradições, da continuidade de uma diplomacia hábil e flexível, da solidez espiritual e política da nação inteira, da fidelidade e estabilidade das instituições democráticas que, a despeito da alternância do poder entre os Partidos, não perdem a verdadeira essência.

A absoluta lealdade à Aliança Atlântica confere uma importância muito significativa não só no âmbito da mesma, mas também fora dela, onde se conhece a robustez dos elos que unem o Reino Unido aos EUA — evidenciada recentemente no conflito das Falklands. O fato não é bem aceito por alguns aliados europeus, que entendem o Velho Mundo quase como um árbitro entre o Oeste e o Leste tanto mais independente quanto mais uníssono e não uma segunda força de uma única aliança, que deve acima de tudo defen-

FORÇAS DO EXÉRCITO BRITÂNICO FORA DA GRÃ - BRETANHA



der o patrimônio irrenunciável da civilização ocidental.

O sistema militar defensivo da Grã-Bretanha insuficiente por si só para garantir a segurança de seu próprio território, adquire no contexto da OTAN o valor de uma enorme contribuição inicial, indispensável à defesa de toda a área atlântica, principalmente por sua tradição naval e pela atual capacidade nuclear.

O seu potencial militar acrescentado ao dos outros países da Europa Ocidental faz crescer o papel desempenhado pelo "coração do mundo" na parceria da OTAN e a reforça, como nenhum outro membro o poderia fazer mesmo com aumento da expressão militar de cada um.

Na atual conjuntura o problema irlandês parece não ter solução, uma vez que é mais econômico do que político.

A Grã-Bretanha declara-se inimiga tradicional da França, teme a Rússia, considera a Alemanha (principalmente se unificada) permanentemente ameaça para a Europa e reage em aceitar a liderança mundial norte-americana. Seus ex-colônos abrigam sérios ressentimen-

tos contra os velhos colonizadores.

Decisões tomadas em 1974, levaram a drásticas reduções nos gastos com segurança até 1980, permitindo, pela primeira vez, que o setor educação fosse contemplado no orçamento com percentual maior do que o destinado às Forças Armadas. Tal economia incidiu particularmente na estrutura de apoio administrativo e ficou patente nas hostilidades verificadas com os argentinos. Porém, tal fato não causou absoluta surpresa, pois o Chefe do Estado-Maior de Defesa, no jantar anual dos oficiais-alunos das escolas de estado-maior das três forças singulares, no final de 1978, declarara textualmente que as Forças Armadas britânicas corriam o risco de não honrar os compromissos assumidos com a OTAN, nem de ter condições para realizar qualquer intervenção além-mar, por carecerem de recursos humanos e materiais.

Todavia, apesar de consciente da perda do antigo império, o "leão" britânico teima em continuar altivo e indomável, constituindo-se ainda em vigoroso baluarte para o Ocidente.



O Cel OEMA Luiz Paulo Macado Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Exerceu as funções de instrutor da AMAN, do CPOR-RJ e da ECEME. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Comanda atualmente o CPOR do Recife, PE.



INFORMAÇÕES

TURBINAS DE CRAVINHOS PARA O GASODUTO DA SIBÉRIA

A AKZ Turbinas, de Cravinhos (SP), subsidiária da Zanini em associação com a AEG-Kanis, da Alemanha, vai entregar neste semestre uma das encomendas mais importantes de sua história: 20 turbinas auxiliares do sistema de bombeamento do gasoduto que levará gás natural da Sibéria para diversos países da Europa, ao longo de 5,5 mil quilômetros. A encomenda foi feita pela AEG-Kanis (grupo AEG-Telefunken), que ganhou a parte da concorrência para o fornecimento das turbinas do gasoduto. As turbinas feitas em Cravinhos têm potência de 200 a 250 KW e serão usadas para dar partida às turbinas de bombeamento de gás. "Para a AKZ, a encomenda é mais importante pelo conteúdo tecnológico do que pelo valor exportado", diz Giorgio Vannucci, superintendente da empresa. O valor é de cerca de 700 mil marcos.

Para atender às especificações do produto, a empresa deverá operar sob severas condições climáticas, a AKZ Turbinas vem trabalhando em colaboração com a Zanini S/A Equipamentos Pesados (responsável pela fundição dos componentes das turbinas), a Renk-Zanini que realiza o tratamento térmico das peças) e a Universidade Federal de São Carlos (que fez ensaios de impacto). A carcaça da turbina e a válvula, com peso total de 420 quilos, foram fundidas em aço com baixo teor de carbono ligado ao molibdênio, para suportar impactos de 18 joules (aproximadamente 1,8 kg-fórça-metro por centímetro quadrado), a uma temperatura de 59 graus centígrados abaixo de zero. Com base no ensaio de estanqueidade da câmara de expansão da turbina, o departamento de fundição da Zanini, que elabora os processos de fundição e tratamento tér-

mico, sugeriu uma modificação no projeto inicial. A modificação, destinada a fixar melhor o macho da câmara de expansão, foi aceita pela engenharia da AKZ. As peças da turbina que devem suportar temperaturas de até -40° C foram produzidas em ferro fundido nodular ferrítico, num total de 169 quilos por turbina, a fim de suportar impactos de 14 joules. Por falta de literatura específica sobre o assunto e dado o ineditismo do produto para a indústria brasileira, a produção das turbinas exigiu o desenvolvimento de uma tecnologia apropriada quanto à composição química e ao tratamento térmico dos materiais utilizados, atendendo integralmente às especificações da norma alemã.

A OTAN QUER ROMPER IMPASSE NAS CONVERSACÕES SOBRE DESARMAMENTO

Recentemente, o Ocidente apresentou um projeto de tratado sobre Reduções Mútuas e Equilibradas de Forças (RMEF), que incorpora uma ampla proposta da OTAN destinada a romper o impasse nas conversações entre o leste e o oeste, em Viena. Permanece inalterado o objetivo dos aliados — reduzir e estabelecer em níveis mais baixos a paridade do contingente humano das forças de terra da OTAN e do Tratado de Varsóvia na Europa Central.

Durante os nove anos de negociações, três questões surgiram como os principais obstáculos para um acordo nas conversações: (1) a ausência de dados concordes sobre o tamanho das forças da Organização do Tratado de Varsóvia na área de redução; (2) a falta de um acordo sobre medidas de cooperação conjuntas para verificar a implementação de um acordo, e (3) vinculação, isto é, a instância do

leste para que todos os participantes diretos, exatamente os do início do acordo, assumam o compromisso de uma redução e limitação legais, para alcançar o teto coletivo comum de 700.000 homens de forças terrestres em cada lado.

As novas propostas apresentadas pelo Ocidente resolvem o terceiro problema, dispondo que as partes do tratado especifiquem no acordo único e geral o tamanho das reduções gerais que cada uma das partes faria — com os participantes diretos, que dispõem das maiores formações na área, assumindo, exatamente desde o início, obrigações contratuais de contrair significativa parcela das reduções necessárias para atingir a paridade. O processo seria cumprido em quatro estágios, no prazo de sete anos. Ficaria assim eliminada a questão da vinculação. Cabe agora ao leste tomar medidas comparáveis quanto às questões de dados e medidas afins.

As cifras ocidentais para 1980 revelam cerca de 790.000 homens nas forças de terra da OTAN na área de redução, comparados com os aproximadamente 960.000 homens das forças do Tratado de Varsóvia, o que dá ao leste uma superioridade de cerca de 170.000 homens. Tal superioridade é importante fator de desestabilização na situação militar da Europa Central. Sua eliminação poderia diminuir o risco de conflito militar. Obviamente, ambos os lados devem concordar com os níveis de tropas dos quais se farão reduções. Há exatamente um ano, o Oeste fez uma nova tenta-

tiva de procedimento (até agora sem resposta) para a discussão dos dados.

Finalmente, a verificação e a inspeção, sob a forma das medidas associadas propostas pelo Oeste, são requisitos a serem implementados em base de cooperação. Os meios técnicos necessários não podem dar por si mesmos as suficientes garantias de que houve reduções, ou de que ainda estão sendo mantidos níveis residuais de homens. O leste deveria reconhecer que a proposta ocidental, se aprovada, estimularia a segurança de ambos os lados.

A apresentação de tal iniciativa sob a forma de um projeto de tratado, considerando-se que é essa a primeira vez que a OTAN faz algo semelhante nas conversações sobre as RMEF em Viena, salienta o desejo da política ocidental de chegar a reduções substanciais no número de soldados na Europa Central. Essa atitude deveria emprestar novo ímpeto à questão e fazer progredir as conversações sobre as RMEF.

Em vista da importante concessão feita pelo Ocidente na questão da vinculação, cabe agora ao leste fornecer uma resposta construtiva, de natureza comparável, para ajudar a resolver os dois problemas fundamentais remanescentes. O Ocidente lançou a base para um acordo em Viena. Agora compete ao Oriente cumprir a sua parte.

(Declarações de Richard F. Staar, representante dos EUA nas conversações sobre as RMEF, em Viena.)



LIVROS

ENERGIA NUCLEAR EM QUESTÃO, David N. Simon et alii, Instituto Euvaldo Lodi, Rio de Janeiro, 1981, 75 págs.



A assinatura do Acor-
do Nuclear Brasil —
Alemanha animou in-
tenso debate em tor-
no às orientações, Im-
pressas ao Programa
Nuclear Brasileiro. Pe-
la envergadura das
questões que envolve,
este debate impõe seja
ampliado o número de
seus atores e aprofun-
dado seu teor. O aces-
so da Humanidade ao

controle sobre a tecnologia nuclear encerra no-
tória dualidade intrínseca ao ensinar a multipli-
cação do potencial energético das nações e,
simultaneamente, imprimir salto significativo
à capacidade destruidora dos armamentos. Ao
buscar discernir neste tipo de progresso técni-
co um elemento construtivo antes que um
fator potencial de destruição, há que conformar
o programa nuclear brasileiro por maneira
e não eliminar, antes de tudo, a própria apti-
dão de nossa sociedade a orientar consciente e
automaticamente as formas de utilização cri-
teriosa de seus recursos naturais e humanos. O
exame da opção nuclear e de sua eventual in-
tegração à estratégia global de desenvolvi-
mento econômico e social remete, por via de con-
seqüência, às trilhas que se abrem ao próprio
futuro da Nação.

Em um segundo nível, a opção nuclear de-
ve ser, por certo, também, qualificada de for-
ma a caracterizar-se alternativamente como
meio de complementação das fontes tradicio-
nais de energia elétrica ou como instrumento
de aquisição de saber técnico a ser estocado e
futuramente utilizado.

Para o correto tratamento de tal questão é
preciso, contudo, apoiar o debate e as opções
que dele decorram sobre a base das reais ne-
cessidades colocadas pelo desenvolvimento
prospectivo de nossa economia, evitando su-
cumbir a algum tipo de "ideologia nuclear"
movida por anseios de acelerar artificialmente
a incorporação do país ao concerto das gran-
des potências ou, simplesmente, de agilizar
sua integração à economia internacional em
resposta ao ânimo expansionista de setores
industriais das economias mais desenvolvidas.

Sem dúvida, pelo porte dos recursos a dis-
pender e pela tipologia dos riscos a assumir,
organizar o programa nuclear brasileiro signi-
fica, ao mesmo tempo, definir importantes
aspectos da própria organização futura da so-
ciedade brasileira. É, portanto, imprescindível
que tal desafio seja assumido pelo conjunto da
sociedade por intermédio de amplo e demo-
crático debate, que condiga com a dimensão
das questões que estão em jogo.

Estes são alguns temas levantados e anali-
sados na presente monografia por eminentes
especialistas na área da energia nuclear e que
vêm enriquecer o debate em torno da matéria
cuja importância é vital para o futuro do País
e, assim, está a merecer se amplie o espaço pa-
ra uma fecunda discussão de cunho científico
e político.

O Instituto Euvaldo Lodi — órgão de es-
tudos e pesquisas da Confederação Nacional
da Indústria — acrescenta mais um título à
sua novel coleção Universidade & Indústria
como contribuição ao estudo dos magnoz pro-
blemas que entendem com o progresso indus-
trial do Brasil e o aprimoramento da universi-
dade, por acreditar que a integração das duas
instituições é primordial fator do desenvolvi-
mento do País como um todo.

(Excertos do prefácio do Prof. Tarcísio
Padilha.)

UMA FILOSOFIA DA ESPERANÇA, Tarcísio Meirelles Padilha, Pallas Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro, 1982, 88 págs.



Um dos raros pensadores brasileiros de participante militância filosófica, Tarcísio Padilha tem-se notabilizado pelo empenho em manter vivo o interesse pela especulação intelectual e sua consequente aplicação numa ordem prática. Por isso mesmo, a característica mais evidente de seus estudos filosóficos reside numa enraizada solidez realista que parte do concreto e do existencial para o abstrato e o metafísico, do que resulta uma harmoniosa síntese que deles constantemente promana. É um filósofo, portanto, que transita com naturalidade da teoria para praxis e vice-versa.

Mas a obra de Padilha tem também outra característica fundamental: o embasamento profundamente cristão que a impregna até a medula, sem que isso implique um claro-escuro entre teologia e filosofia. Bem ao contrário, ele delimita com muita nitidez os domínios da fé e da razão.

"Uma Filosofia da Esperança" é bem um resumo do discurso filosófico que Tarcísio Padilha vem desenvolvendo em seus livros, em conferências, artigos e na cátedra universitária,

sem esquecer a participação sempre eficaz em simpósios, congressos e encontros internacionais de Filosofia, que lhe tem dado respeitabilidade intelectual além-fronteiras. Uma Filosofia da Esperança, segundo o Autor, seria "... a inserção do trans-histórico no contexto histórico. É a abertura sem par de um universo ilimitado no âmbito restrito de uma sociedade consumista... A esperança se prende a um juízo de valor que transcende todos os julgamentos... reduz a distância entre as múltiplas dimensões temporais e apóia as arestas para a inserção existencial no plano transcendente. Num mundo que nos acena com negativismo e várias formas de escapismo, a esperança há de ser a morada habitual do nosso espírito".

O livro reproduz ensaios que o Autor publicou em revistas européias e conferências pronunciadas na Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, com destaque especial para os temas "Participação e Esperança", "Diálogo Metafísico e Monólogo Ideológico" e "Cultura e Civilização".

Segundo Hanns Ludwig Lippman, que escreveu o prefácio, Tarcísio Padilha "nunca descrente do futuro do Brasil e da sua gente... encontra-se constantemente empenhado em apontar novos caminhos e soluções divergentes das rotinas de um passado marcado pela exaustão e pelas insuficiências multiformes. Sabe, todavia, que qualquer solução só pode ser satisfatória se condizente com o respeito, por ele jamais renegado, pelas instituições duradouras, assinaladas com o selo da permanência, e com as tradições enraizadas nas cidades e nos campos por uma história multissécular".



REGISTROS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

COINA NEGRA, Nº 132, março-abril de 1982, Madri, Espanha — *El Soldado Paracaidista*, B.N.

CULTURA E FÉ, Nº 17, abril-junho de 1982, Porto Alegre, RS — *Foi Jesus um Revolucionário?* Giuseppe de Rosa.

DIGESTO ECONÔMICO, Nº 293, junho de 1982, São Paulo, SP — *O Direito de Viver*, Eugenio Gudín.

JÉRCITO, Nº 508, maio de 1982, Madri, Espanha — *Funcionalidad del Cuartel General*, Jesus Martín Biscarri.

FAMÍLIA DOS PRIMEIROS POVOADORES DO SUL DO BRASIL, UMA, Felicíssimo de Azevedo Aveline, Porto Alegre, RS, 1982.

GUERZAS ARMADAS, Nº 102, 1982, Bogotá, Colômbia — *Empleo del Submarino Alemán en la Primera Guerra Mundial*, Gustavo Salazar.

MILITARY REVIEW, Volume LXII, 2º Trim. 82, Vol. 2, Fort Leavenworth, Kansas, EUA — *O Apoio Aéreo Aproximado: Distorções Doutrinárias ou Desconhecimento?* Lauro Ney Menezes

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS, Nº 55, julho de 1982, Belo Horizonte, MG — *A Nova Ordem Internacional num Sistema Internacional em Transformação*, Celso Lafer; *As Relações Internacionais como Área de Estudo na América*

ca Latina, Antonio Paulo Cachapuz de Meireiros; *Direito do Mar: Implicações para a Fixação dos Limites Laterais Marítimos*, Antonio Augusto Cançado Trindade; *A Problemática Institucional do Brasil*, Emmanuel Malta; *Federalismo em Questão: Avanços e Recuos*, Thereza Lobo.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, Nºs 1, 2 e 3, janeiro-fevereiro de 1982, Rio de Janeiro, RJ — *A Política, a Estratégia e a Guerra*, Luiz Fernando Cunha de Oliveira.

REVISTA MILITAR, Nº 6/7, junho-julho de 1982, Lisboa, Portugal, *As Relações Econômicas Leste-Oeste e a Segurança do Ocidente*, Tito Capela.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA, V. 119, Nº 1, jan/mar 1982, Rio de Janeiro, RJ — *Segurança Nacional e Educação*, Ruy de Paula Couto.

RIVISTA MILITARE, Nº 2, março-abril de 1982, Roma, Itália — *La Scuola di Comando e Stato Maggiore Dell'Esercito del Brasile*, Massimo Iacopi.

TAM — *Tierre-Air-Mer*, março/junho de 1982, Paris, França — *Les Sous-Officiers*.

"A GUERRILHA DA COMUNICAÇÃO"

No artigo "A Guerrilha da Comunicação", do Ten Cel Agripino Barcelos Guimarães (A DEFESA NACIONAL, Nº 701, maio-junho/82), há uma corrigenda a ser considerada: a data da pág. 171, 1ª coluna, 13ª linha é 1922 e não 1822, como saiu impresso.



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO BIBLIEX EDITORA

Prezado leitor

A *Biblioteca do Exército* possui um dos maiores Clubes de Livro do País, com tiragens de ordem de 40.000 exemplares.

A ela pode associar-se qualquer pessoa, independente de nacionalidade, sexo ou idade.

A anuidade para 1982 é de Cr\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta cruzeiros) sendo que os livros, entregues na residência do Assinante, passam a ser de sua propriedade.

A anuidade dá direito a 10 (dez) volumes, remetidos pelo correio, em cinco remessas de dois livros cada, em princípio, nos meses de *abril, maio, junho, agosto e outubro*.

O pedido de assinatura, acompanhado do pagamento da anuidade, em qualquer época que seja remetido, dará direito ao recebimento de todos os livros do ano já expedidos.

A renovação da assinatura deve ser feita, de preferência, nos primeiros meses do ano.

O pagamento da anuidade poderá ser feito diretamente nos balcões da BIBLIEX, através de remessa de cheque nominativo, ordem de pagamento, vale postal ou desconto sob consignação; neste último caso, quando o leitor tiver vinculação com alguma Organização Militar.

Em toda Organização Militar existe um representante da *Biblioteca do Exército* que poderá fornecer qualquer esclarecimento sobre nossa Editora.

PROGRAMAÇÃO EDITORIAL PARA 1982

Além de outras publicações em estudo, constam da programação deste ano as seguintes:

NOVAS DIMENSÕES DA HISTÓRIA MILITAR, 2º Volume, Uma Coletânea de *Russell F. Weigley*

QUEBRA-CANELA — A Engenharia Brasileira na Campanha da Itália, do *Gen Raul da Cruz Lima Júnior*

ATÉ BERLIM — As Batalhas de um Comandante Para-quedista (1943-1946), em dois volumes, do *Gen James M. Gavin*

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI — Comando de Osório, 2º Volume, do *Gen Paulo de Queiroz Duarte* (Com primorosas ilustrações a cores e a preto)

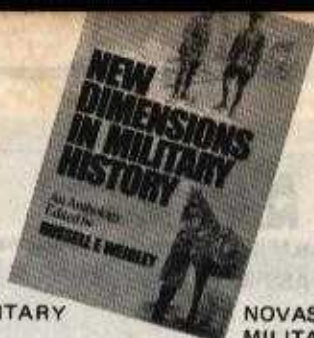
NAPOLEÃO — Um Retrato do Homem (Ricamente ilustrado a cores e a preto), de *Gaston Bonheur*

AMAZÔNIA — Natureza, Homem e Tempo, de *Leandro Tocantins*

**Biblioteca
do Exército**

**100 anos
de cultura**

1881 1981



NEW DIMENSIONS IN MILITARY

logy
y Russell F. Weigley

9141-002-3
9 pages

NOVAS DIMENSÕES DA HISTÓRIA
MILITAR

Uma Antologia
Editada por Russell F. Weigley
Obra em 2 volumes, sendo o
primeiro do Editorial de 81 e o
segundo do Editorial de 82

o preço em dólar o leitor verá das vantagens em ser Assinante da Bibliex.
or da Anuidade para 1982 que corresponde a 10 volumes: Cr\$ 1.650,00.
assinante de 1981 deverá renovar a sua assinatura para 1982, o quanto antes, para assegurar o
ento do 2º volume.
assando em 1982, terá direito ao 2º volume. E deve solicitar, pelo reembolso, de imediato, o
ex, para assegurar o seu recebimento.
qualquer livro editado pela Biblioteca do Exército, com edição não esgotada, poderá ser adquiri-
de reembolso postal, mesmo que o leitor não seja Assinante.
Biblioteca distribui relação de livros à venda, que poderá ser remetida mediante solicitação dos
ros.



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marcílio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio — RJ
Tels.: 283-0773 e 283-2078

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de forma)

Data de nascimento Sexo ☐ Masc. ☐ Fem. ☐ Identidade ☐ Profissão ☐

Endereço para o recebimento do livro

Bairro Cidade Estado CEP

Nome da Organização onde trabalha

Endereço da Organização onde trabalha

Militar ☐ Sim ☐ Não ☐ Ativa ☐ Sim ☐ Não ☐ Assinante Novo ☐ Renovação ☐

Data

Assinatura

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

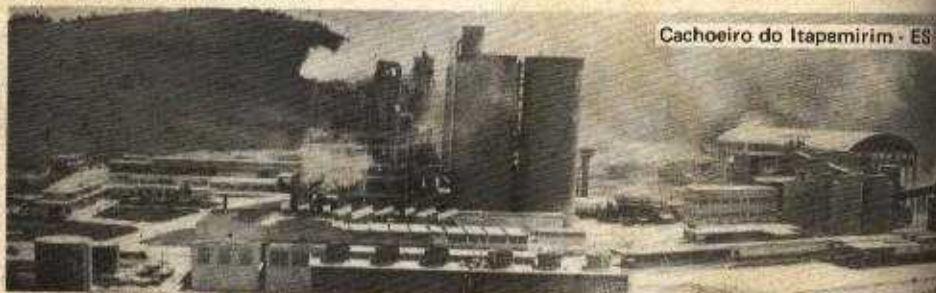
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP